

LINGUÍSTICA

REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. 14, 2019

FICHA TÉCNICA

Linguística
Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto
Vol. 14, 2019

ISSN: 1646-6195

Periodicidade: Anual

Diretora:
Ana Maria Brito

Editores:
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
e Centro de Linguística da Universidade do Porto

Capa:
José Osswald

Impressão e acabamentos:
Gráfica Firmeza, lda. - Porto

Depósito Legal:
248653/06

Tiragem:
200 exemplares

Os artigos publicados estão sujeitos a “peer review”.

Esta publicação contou com o apoio financeiro da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo da verba do programa de financiamento de unidades atribuída ao Centro de Linguística da Universidade do Porto (UID/LIN/00022/2019)

A Revista está registada no DOAJ e está indexada na base de dados Fonte Académica.

<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id191&sum=sim>

Espaço da direção

Depois de, no volume anterior, termos organizado uma publicação em honra do Prof. Óscar Lopes, ilustre semanticista e fundador do Centro de Linguística da Universidade do Porto, voltamos agora ao figurino habitual da *Linguística*, com um volume generalista, produzido uma vez mais por linguistas oriundos de diversas universidades.

A partir de um estudo empírico de observação de crianças do 1º e do 3º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico, Catarina Afonso e Maria João Freitas fazem uma proposta no sentido de identificar a ordem de disponibilização dos constituintes fonológicos no desenvolvimento da consciência fonológica.

Analisando o Futuro Simples em Português Europeu e tomando como ponto de partida um conjunto de exemplos retirados do *corpus* do CETEMPúblico, Luís Filipe Cunha mostra que esta forma verbal envolve dimensões temporais e modais interagindo dinamicamente entre si.

Fernando Martinho analisa a construção românica de medida “*alto de 2m*” comparando-a com a construção em inglês “*2m tall*” numa perspetiva sintática, que tem muito a dever à hipótese de Corver (1997) de uma projeção adjetival estendida.

António Kingui da Silva, Célia Lopes e Paulo Osório fazem um estudo sociolinguístico da variação das estratégias de imperativo afirmativo de segunda pessoa nos enunciados de provas produzidas por professores angolanos da Escola de Formação de Professores Ferraz Bomboco, da província do Huambo.

Alexandra Soares Rodrigues volta à pretensa “rivalidade” de diferentes sufixos que em Português Europeu permitem criar nomes deverbais com significado de evento / de indivíduo, propondo os valores que permitem a especialização de três desses sufixos: *-id(o)*, *-ment(o)* e *-dur(a)*.

Konrad Szczesniak constrói uma análise cognitiva da construção *terPRONINF* (*Não têm onde construir o hospital*), defendendo que as características da construção não são arbitrárias, mas sim icónicas e em grande medida previsíveis.

Seguem-se três resenhas de livros em Linguística recentemente publicados.

A direção agradece aos autores e aos avaliadores, muitos deles não pertencentes à Comissão Científica permanente da Revista, a confiança e o entusiasmo. Uns e outros são os responsáveis por mais um volume bastante diversificado que esperamos seja do agrado dos investigadores em Linguística.

Porto, 30 de junho de 2019

Ana Maria Brito

SUMÁRIO

Espaço da Direção	3
Artigos	
Consciência dos constituintes fonológicos: ordem de estabilização em crianças portuguesas <i>Catarina Afonso e Maria João Freitas</i>	9
O Futuro Simples em Português Europeu: entre a temporalidade e a modalidade <i>Luís Filipe Cunha</i>	35
The internal syntax of adjectival quantification in Romance <i>Fernando Martinho</i>	69
Variação do Imperativo de 2ª pessoa em Enunciados de Provas da Escola de Formação de Professores Ferraz Bomboco (Huambo, Angola) <i>António Kingui da Silva, Célia Lopes e Paulo Osório</i>	99
Niches in derivational morphology: Specialisation of suffixes within the formation of Portuguese deverbal nouns <i>Alexandra Soares Rodrigues</i>	125
“Não temos o que perder”. Negação na forma e significado da construção terPRON INF <i>Konrad Szczesniak</i>	147
Recensões	
Ana Cristina Macário Lopes Pragmática. Uma introdução <i>Isabel Margarida Duarte</i>	175
Gabriel de Ávila Othero e Eduardo Kenedy (Eds.). Sintaxe, Sintaxes, uma introdução <i>Ana Maria Brito</i>	181
Pilar P. Barbosa, Maria da Conceição de Paiva e Celeste Rodrigues (Eds.). Studies on variation in Portuguese <i>Alexandra Guedes Pinto e Clara Amorim</i>	189

Artigos

Consciência dos constituintes fonológicos: ordem de estabilização em crianças portuguesas

Catarina Afonso

Universidade de Lisboa, Centro de Linguística – CLUL

catarina.m.afonso@gmail.com

Maria João Freitas

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras –

FLUL, Centro de Linguística – CLUL

joaofreitas@letras.ulisboa.pt

ABSTRACT: The main goal of this paper is to contribute with empirical data for the identification of the order of availability of phonological constituents in the development of phonological awareness. For this purpose, the main study was based on 49 children, 22 1st graders and 27 3rd graders. To achieve our goal, the same segmentation task was used for the different phonological units: *segments*, *syllable constituents*, *syllables* and *words*. Success rate was the quantitative measurement used; comparative analyses for groups and tasks were performed; the types of errors in the sample were analyzed through the software SPSS 17.0.

The following rising scale of complexity was attested for 1st graders: *segmentation of words into syllables* (79,7%) >> *segmentation of sentences into words* (41%) >> *segmentation of syllables into syllabic constituents* (0,9%) and *segmentation of words into segments* (0,1%). For 3rd graders, the following rising scale of complexity was attested: *segmentation of words into syllables* (98,3%) >> *segmentation of sentences into words* (78%) >> *segmentation of syllables into syllabic constituents* (60,7%) >> *segmentation of words into segments* (20,5%).

KEYWORDS: word, syllable, syllable constituency, consonants, phonological awareness

RESUMO: Este trabalho pretendeu contribuir para a identificação da ordem de disponibilização dos constituintes fonológicos no desenvolvimento da consciência fonológica. Para o efeito, observaram-se 49 crianças, 22 do 1^o ano e 27 do 3^o ano do 1^o Ciclo do Ensino Básico, tendo-se aplicado uma mesma prova, a de segmentação, para diferentes unidades fonológicas: *segmento*, *constituintes silábicos*, *silaba* e *palavra*. Contabilizaram-se as taxas de sucesso, compararam-se os resultados entre grupos e entre provas e analisaram-se os tipos de erros realizados pela amostra através do programa SPSS 17.0.

Verificou-se, para o grupo do 1^o ano, a seguinte escala de complexidade crescente: *segmentação de palavras em sílabas* (79,7%) >> *segmentação de frases em palavras* (41%) >> *segmentação de sílabas/palavras em constituintes silábicos* (0,9%) e *segmentação palavras em segmentos* (0,1%). Para o grupo do 3^o ano, verificou-se a seguinte escala de complexidade

crescente: *segmentação de palavras em sílabas* (98,3%) >> *segmentação de frases em palavras* (78%) >> *segmentação de sílabas/palavras em constituintes silábicos* (60,7%) >> *segmentação de palavras em segmentos* (20,5%).

Palavras-Chave: palavra, sílaba, constituinte silábico, consoantes, consciência fonológica

1. Introdução

A ordem de estabilização dos constituintes fonológicos no processo de desenvolvimento da consciência fonológica infantil não se encontra totalmente clarificada na literatura. Se, por um lado, alguns autores referem a ordem *palavra* >> *sílaba* >> *constituintes silábicos* >> *segmentos* (Adams, 1990; Anthony & Lonigan, 2004; Wood & Terrell, 1998), para outros autores a consciência de palavra apresenta uma estabilização tardia, ocorrendo após o início da aprendizagem da leitura e da escrita (Antunes, 2013; Cardoso, 2011; Chaney, 1989; Rios, 2009; Tunmer, Pratt & Herriman, 1984). Rios (2009) sugere, em função dos resultados produzidos por uma amostra de crianças portuguesas, a seguinte ordem de estabilização da consciência dos constituintes fonológicos: *sílaba* >> *segmento* >> *palavra* >> *constituinte silábico*. Outros estudos, não se debruçando sobre o constituinte *palavra*, referem que a sílaba é o primeiro constituinte fonológico a ser disponibilizado no conhecimento metafonológico, seguido da Rima e, por fim, do segmento/fonema (Anthony *et al.*, 2002; Chaid & Dickson, 1999; Fox & Routh, 1975; Goswami, 2008; Treiman & Zukowski, 1991). Estudos recentes têm encontrado, no entanto, uma ordem distinta, referindo, sim, que a sílaba é o primeiro constituinte a ser disponibilizado mas que a unidade *segmento/fonema* e a unidade *Rima* surgem em simultâneo (Duncan *et al.*, 2013; Nohales & Giménez, 2014).

Percebe-se, assim, que existe ainda pouco consenso relativamente à questão da ordem de estabilização relativa da consciência dos vários constituintes fonológicos, todos eles cruciais para a promoção do sucesso da leitura e da escrita, e que diferentes autores têm identificado ordens de estabilização diferentes. Tal poderá estar relacionado com diferentes critérios metodológicos adotados, na medida em que alguns autores utilizam provas distintas para comparar as diferentes unidades fonológicas.

Um outro fator que poderá estar na base da ausência de consenso quanto ao grau de complexidade associado à avaliação da consciência intrassilábica é uso do conceito de *Rima* nos diferentes trabalhos de investigação. Se, por um lado, alguns autores testam a *rima métrica*, a qual se refere ao paralelismo estrutural entre os sons de duas palavras que rimam, desde a vogal ou ditongo tónico até ao último segmento da palavra, outros investigadores estudam a *Rima silábica*, proposta nos modelos de representação da estrutura interna da sílaba (nomeadamente no modelo de “Ataque-Rima”, de Selkirk (1982)) como o constituinte que domina o Núcleo e a Coda.

Tendo em consideração os resultados encontrados na literatura, colocou-se a seguinte questão geral de investigação:

1) *Qual a ordem de estabilização dos constituintes fonológicos no desenvolvimento da consciência fonológica em crianças portuguesas?*

No sentido de contribuir com dados empíricos para responder à questão atrás enunciada, foram avaliadas as quatro unidades fonológicas já referidas (*segmento, constituintes silábicos, sílaba e palavra morfossintática*¹) através da aplicação de um mesmo tipo de prova de consciência fonológica, a *prova de segmentação*, dado ser esta uma das tarefas mais utilizadas nas investigações nacionais e internacionais no domínio da consciência fonológica (entre muitos outros, Afonso, 2008; Liberman *et al.*, 1974; McBride-Chang, 1995; Nation & Hulme, 1997; Stahl & Murray, 1994; Rios, 2009; Sim-Sim, 2001; Treiman & Zukowski, 1991; Veloso, 2003). Desta forma, foi anulado o impacto da variável *tipo de tarefa*. Cada uma das quatro provas (*segmentação em segmentos, segmentação em constituintes silábicos, segmentação em sílabas, segmentação em palavras*) foi aplicada a uma mesma amostra, constituída por dois grupos, um de 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico e outro de 3º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Independentemente dos vários aspetos associados às variáveis fonológicas testadas nas provas que abaixo se apresentam, no presente

¹ O uso do termo *palavra morfossintática* decorre da necessidade de nos referirmos, neste estudo, a palavras com diferentes estatutos prosódicos e/ou lexicais mas que remetem sempre para a palavra integralmente construída e usada na tarefa de registo escrito do *continuum* de fala.

artigo temos como objetivos centrais os seguintes: (i) fornecer taxas de sucesso na segmentação das unidades linguísticas que integram as provas nos constituintes fonológicos sob avaliação (*segmento, constituintes silábicos, sílaba e palavra morfossintática*) por ano escolar avaliado; (ii) refletir sobre as estratégias usadas pelas crianças nos casos em que as respostas não correspondem a sucessos.

2. Metodologia

Nesta secção, apresentam-se os aspetos metodológicos envolvidos no presente estudo: (i) seleção e caracterização da amostra; (ii) construção dos estímulos linguísticos usados na avaliação dos quatro constituintes fonológicos selecionados para análise; (iii) procedimentos de aplicação das tarefas; (iv) tratamento dos dados.

Seleção e caracterização da amostra

As quatro provas (*segmentação de palavras em segmentos; segmentação de palavras em constituintes silábicos; segmentação de palavras em sílabas; segmentação de frases simples em palavras*) foram aplicadas a dois grupos de estudo: 22 crianças que frequentavam o 1.º ano e 27 crianças que frequentavam o 3.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Externato Flor do Campo (Ramada), perfazendo um total de 49 crianças. No Quadro 1, apresenta-se uma análise descritiva da amostra selecionada.

Quadro 1 - Distribuição da amostra de acordo com a idade e com o género.

Grupo	Média de Idades	Género
Crianças 1.º ano	6;02	6F / 16M
Crianças 3.º ano	8;04	9F / 18M

Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão de crianças na amostra: (i) serem falantes monolíngues de PE nascidos na região da Grande Lisboa; (ii) não terem perturbações da linguagem, cognitivas ou motoras que prejudicassem a realização da tarefa; (iii) terem frequentado o ensino pré-escolar; (iv) não beneficiarem de apoio em Terapia da Fala ou de apoio educativo.

Estímulos linguísticos

Considerando que é fundamental que os estudos que avaliam a consciência fonológica tenham na base estímulos linguisticamente controlados, procedeu-se à construção de um instrumento que contemplasse as variáveis fonológicas a analisar. Neste sentido, estabeleceram-se três critérios gerais para a seleção dos estímulos na totalidade das provas: (i) presença de sílabas do tipo CV em todos os itens lexicais, exceto na sílaba que contém a estrutura alvo, manipulada quanto à sua estrutura interna (exemplos: *olho*, *faca*, *braço* ou *balde*), dado este ser o padrão silábico mais frequente no português europeu (Andrade & Viana, 1993; Vigário & Falé, 1993), a estrutura não marcada nas línguas do mundo (Jakobson, 1941/68) e a primeira estrutura a emergir no processo de desenvolvimento infantil (Bernhardt & Stemberger, 1998; Fikkert, 1994; Freitas, 1997); (ii) no caso das tarefas de segmentação de palavras, uso exclusivo de Nomes, por ser o paradigma de emergência precoce no desenvolvimento linguístico infantil (Guasti, 2002); (iii) uso de itens frequentes no léxico infantil (Freitas, 1997; Santos, Freitas & Cardoso, 2014).

Posteriormente, definiram-se critérios para a seleção dos estímulos subjacentes a cada uma das provas. Na prova de segmentação de palavras em segmentos estabeleceram-se os seguintes critérios (vejam-se alguns exemplos dos estímulos no Quadro 2): (i) uso de palavras dissilábicas, dado ser a extensão de palavra mais frequente no português europeu, tanto em adultos (Vigário, 2003; Vigário & Falé, 1993) como em crianças (Vigário, Freitas & Frota, 2006); (ii) escolha de palavras paroxítonas, por ser este o padrão acentual mais frequente no português europeu, no que se refere à classe dos Nomes (Mateus & Andrade, 2000; Mateus *et al.*, 2006; Vigário, Martins & Frota, 2006), e nos dados das produções infantis (Vigário, Freitas

& Frota, 2006); (iii) controlo da estrutura silábica dos estímulos ao nível do Ataque (palavras com Ataque vazio, simples ou ramificado, sempre em posição inicial de palavra) e da Rima (palavras com Rima não ramificada ou com Rima ramificada, sempre na sílaba inicial da palavra).

Quadro 2 – Exemplos de estímulos utilizados na prova de segmentação de palavras em segmentos².

Exemplos de estímulos utilizados						
V	CV	CrV	C1V	CVr	CVɿ	CVʃ
Ovo	Pato	Prato	Blusa	Porta	Balde	Testa

Na prova de segmentação da sílaba/palavra em constituintes silábicos, estabeleceram-se os seguintes critérios (vejam-se exemplos dos estímulos utilizados no Quadro 3): (i) introdução de palavras monossilábicas, para evitar a ativação da segmentação silábica da palavra; (ii) utilização de palavras com Ataque ou Rima ramificados, no sentido de distinguir esta prova da prova de segmentação da palavra em segmentos.

Quadro 3 – Exemplos de estímulos utilizados na prova de segmentação da sílaba/palavra em constituintes silábicos.

Exemplos de estímulos utilizados			
[[CC]Ataque [VC]Rima]	[[C]Ataque [VG]Rima]	[[C]Ataque [VC]Rima]	[[CC]Ataque [VG]Rima]
Flor	Mão	Dez	Grão

Na prova de segmentação da palavra em sílabas, aplicaram-se os seguintes critérios: (i) uso de palavras com diferentes extensões (monossílabos, dissílabos, trissílabos e polissílabos); (ii) controlo da estrutura silábica dos estímulos ao nível do Ataque (palavras com Ataque vazio, simples ou ramificado, sempre em posição inicial de palavra) e da Rima (palavras com Rima não ramificada ou com Rima ramificada, sempre na sílaba inicial); (iii) uso de palavras paroxítonas e proparoxítonas.

² Para acesso a todos os estímulos usados nas várias prvas, consulte-se Afonso (2015).

Vejam-se alguns exemplos dos estímulos utilizados na prova supracitada:

Quadro 4 - Exemplos de estímulos utilizados na prova de segmentação de palavras em sílabas.

Extensão	Acento	Sílaba Inicial (Ataque)	Exemplo
Monossílabos	Oxítonos	CV	Pá
		V	Osso
		CV	Gato
		CrV	Bruxa
Dissílabos	Paroxítonos	ClV	Clara
		CVr	Porco
		CVɿ	Relva
		CVʃ	Festa
Trissílabos	Paroxítonos	CV	Banana
	Proparoxítonos	CV	Pássaro
Polissílabos	Paroxítonos	CV	Capacete

Na prova de segmentação da frase em palavras morfossintáticas, aplicaram-se os seguintes critérios para a construção das frases simples usadas (sobre o efeito de diferentes classes de palavras no sucesso da segmentação de frases em palavras, consulte-se Cardoso 2011, Afonso, 2015 e Afonso, Gonçalves & Freitas, 2014): (i) uso de palavras dissilábicas ou trissilábicas paroxítonas, dado serem as extensões e o padrão acentual mais frequentes no português europeu, tanto nos adultos como nas crianças (Vigário, Martins & Frota, 2004, 2006; Vigário, Freitas & Frota, 2006) – a palavra *mãe* é uma exceção mas está presente numa fase muito inicial do desenvolvimento linguístico, sendo muito frequente no português europeu e nos enunciados infantis (Freitas, 1997; Santos, Freitas & Cardoso, 2014); (ii) uso de formas verbais no presente do indicativo, ou no pretérito perfeito, quando foi necessário evitar fenómenos de sândi externo entre vogais, por serem os primeiros tempos verbais nos enunciados das crianças (Gonçalves, 2004); (iii) uso de verbos transitivos de tema em /a/, sempre que possível, por ser este o paradigma mais produtivo em português europeu (Villalva, 2000); (iv) uso do determinante átono na forma feminina <a>, ao invés do formato no masculino <o>, dada a sua maior preservação em contexto de fala espontânea, estando o <o> mais sujeito a processos de alteração da qualidade segmental em contextos de sândi externo; (v) uso do determinante demonstrativo tónico *esta*, dada a sua frequência no

léxico infantil (Freitas, 1997; Santos, Freitas & Cardoso, 2014); (vi) uso de frases com estrutura Sujeito-Verbo-Objeto (SVO), por ser esta a ordem básica dos constituintes sintáticos em português europeu; (vii) uso de quatro das preposições mais frequentes nos enunciados das crianças portuguesas: *para*, *em*, *de* e *a* (Freitas, 1997; Santos, Freitas & Cardoso, 2014). Ilustram-se, no Quadro 5, alguns exemplos das frases utilizadas para a recolha de dados.

Quadro 5 - Exemplos de estímulos utilizados na prova de segmentação de frases em palavras.

Variáveis	Exemplos
1. Frases sem determinante (<i>bare noun</i>)	Ø Meninos tomam sumo.
2. Frases com determinante átono	As pombas comem milho.
3. Frases com determinante tónico	Estas princesas fazem desenhos.
4. Frases com SN com função de OD sem determinante	A menina toma Ø xarope.
5. Frases com SN com função de OD com determinante átono	A fada beijou as princesas.
6. Frases com SN com função de OD com determinante tónico	A tia fechou estas portas.
7. Frases com SP em posição não inicial	A rainha gosta de jogos.
8. Frases com preposições “para”, “em”, “de”, “a” (esta última selecionada ou por verbos principais ou por verbos semiauxiliares aspetuais)	A mãe falou em prendas. A menina fugiu para casa. A fada chegou a casa.
9. Frases com controlo da qualidade da fricativa em fronteira de palavra	A [ʒ] gatas tomam leite. A [z] amigas compram vestidos. A [ʒ] pombas comem milho.

Com base nos critérios mencionados anteriormente, foram utilizadas 35 palavras para avaliar a unidade *segmento*, 5 palavras para avaliar os *constituintes silábicos*³, 54 palavras para avaliar a unidade *sílaba* e 34 frases para avaliar a unidade *palavra*. O instrumento construído (TCFC – *Tarefas de Consciência Fonológica para Crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico*) contém palavras sob a forma de estímulo áudio, com produções gravadas em gravador MARANTZ⁴, e a sua representação sob a forma de estímulo

³ O número reduzido decorre da necessidade de cruzamento entre o critério “itens lexicais monossilábicos com constituintes ramificados” e o conhecimento lexical das crianças, nas idades testadas.

⁴ Formato Stereo; PCM-24, 24 bit; 96kHz.

visual⁵. As frases da prova de segmentação de frases em palavras apenas foram apresentadas apenas sob a forma de estímulo áudio. Relativamente a este suporte, depois de concluídas as gravações incluídas no instrumento *TCFC – Tarefas de Consciência Fonológica para Crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico* (Afonso 2017⁶), todos os estímulos foram analisados acusticamente⁷. Os estímulos visuais foram testados através da aplicação de uma prova de nomeação a um grupo de controlo (cf. Afonso 2015).

Procedimentos de aplicação

As quatro provas de segmentação foram aplicadas aos grupos em estudo no decorrer dos meses de janeiro a junho de 2013, numa sala do estabelecimento de ensino supramencionado, frequentado pelas crianças da amostra.

Para a aplicação das provas, e após coligidas todas as autorizações assinadas pelos encarregados de educação, conduziu-se, individualmente, cada criança para uma sala isolada, tendo-a sentado de frente para o computador e ao lado do investigador. Em cima da mesa, estava colocada uma câmara de filmar, de forma a registar os movimentos dos dedos das crianças e as suas produções verbais. Cada criança foi informada de que a câmara de filmar estava a gravar as suas respostas, para que não se distraísse com a presença da mesma. Foram elaboradas folhas de registo para cada prova, tendo-se dito a cada criança que o investigador iria registar as suas respostas.

Para a apresentação do instrumento *TCFC – Tarefas de Consciência Fonológica para Crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico* e registo do tempo de reação das respostas, utilizou-se o programa *E-prime 2.0* (Schneider, Eschman & Zuccolotto, 2007), que permite manipular, em simultâneo,

⁵ Todas as imagens foram desenhadas por um *designer* gráfico especificamente para este projeto. Para observação das imagens, consulte-se <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/resources-pt> e Afonso (2015), apêndices 7 a 9.

⁶ Disponível em <http://www.clul.ulisboa.pt/pt/24-recursos/874-tcfc-tarefas-de-consciencia-fonologica-para-criancas-do-1-ciclo-do-ensino-basico>.

⁷ Foi realizada uma análise acústica dos estímulos áudio através do programa *PRAAT*; agradecemos à Terapeuta da Fala e investigadora do CLUL Susana Rodrigues, especialista em análise acústica de fala, a realização desta tarefa.

estímulos visuais, auditivos e gráficos. Na avaliação das unidades *palavra* e *sílaba*, tendo em conta o número elevado de estímulos e a natureza da tarefa, decidiu-se subdividir aleatoriamente a tarefa em duas subprovas para o grupo do 1º ano. Explicou-se a cada sujeito que iria ver uma imagem no ecrã e que iria ouvir uma palavra de cada vez, devendo ela ser dividida em sons (avaliação da unidade *segmento*), em partes (avaliação das unidades *constituintes silábicas*) ou em bocadinhos (avaliação da unidade *sílaba*). Na tarefa de segmentação da frase em palavras morfossintáticas, solicitou-se à criança que, depois de ouvir a frase, a dividisse em palavras. Em todas as aplicações foram utilizados itens de treino e a prova só era iniciada após verificação de que a criança entendera a tarefa.

Cada tarefa tinha início com um *slide* com o sinal de adição no ecrã do computador, para que a criança se preparasse para a realização da mesma. Surgia, em seguida, a imagem representativa da palavra-estímulo⁸ e, passados 0,3 segundos, a criança ouvia o estímulo áudio da palavra-estímulo; terminada a apresentação do estímulo auditivo, a imagem alvo desaparecia do ecrã, após o que a criança começava a segmentar o estímulo ouvido. Por cada palavra / sílaba / constituinte silábico / segmento identificado, a criança deveria carregar na tecla Y (com a imagem do Nemo), aparecendo, assim, um traço horizontal preto no limite inferior do ecrã; o objetivo era o de que criança tivesse *feedback* visual da sua decisão. Assim que a criança terminava a tarefa executada com base no estímulo ouvido, aparecia novamente no ecrã o sinal de adição. Foi realizada gravação áudio de todas as respostas dadas por cada criança⁹. A metodologia descrita foi semelhante para todas as provas, variando apenas a instrução dada.

Tratamento dos dados

Para a análise dos resultados, foi utilizado o programa informático *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 17.0*, tendo-se efetuado uma análise descritiva e inferencial por grupo e variável em estudo. Consideraram-se valores estatisticamente significativos quando $\text{sig} \leq 0,05$.

⁸ Na prova de segmentação da frase em palavras, apenas era apresentado o estímulo áudio de cada frase.

⁹ Câmara digital SONY DCR-SR37 – foi dada autorização prévia por parte dos encarregados de educação para a realização das filmagens.

3. Resultados e sua Discussão

Foi efetuada uma análise dos resultados globais obtidos pelos dois grupos de estudo nas quatro provas aplicadas: *segmentação da palavra em segmentos* (35 estímulos); *segmentação da sílaba/palavra em constituintes silábicos* (5 estímulos); *segmentação da palavra em sílabas* (54 estímulos); *segmentação da frase em palavras* (34 frases). No Gráfico 1, apresentam-se os resultados globais alcançados por tipo de prova em cada grupo escolar:

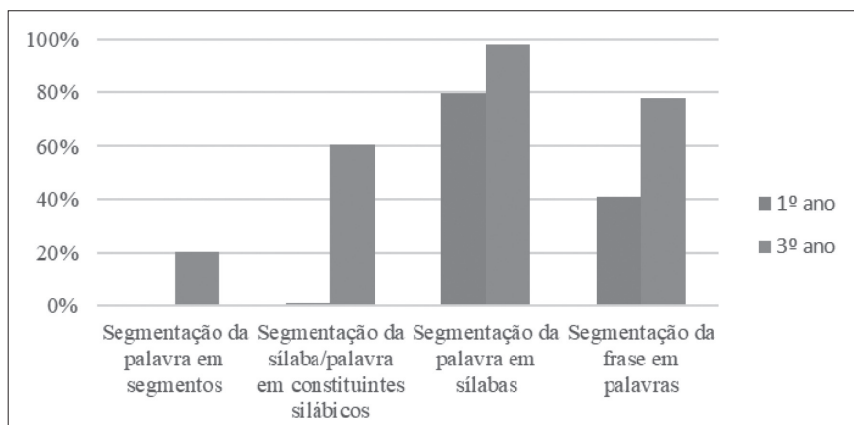


Gráfico 1 - Percentagens de sucesso para as diferentes unidades fonológicas consideradas.

Analisando o gráfico anterior, verifica-se que a consciência da unidade sílaba foi a que registou valores de sucesso mais elevados no presente estudo (1º ano – 79,7%; 3º ano – 98,3%; sig = 0,000), seguida da unidade palavra (1ºano – 41%; 3º ano 78%; sig = 0,000). Em ambos os grupos escolares, a segmentação de palavras em constituintes silábicos e a segmentação de palavras em segmentos são tarefas particularmente complexas (segmentação de palavras em constituintes silábicos: 1º ano – 0,9%; 3º ano – 60,7%; sig = 0,000; segmentação de palavras em segmentos: 1º ano – 0,12%; 3º ano – 20,5%; sig = 0,000). Para o grupo do 1º ano, tanto a prova de segmentação em constituintes silábicos como a prova de segmentação em segmentos foram extremamente complexas para as crianças testadas, com 0,9% e 0,1% de sucesso, respetivamente (sig > 0,05). Para o grupo do 3º ano, verifica-se que a unidade constituintes silábicos (60,7%) foi menos problemática do que a unidade segmento

(20,5%), a mais complexa no total das provas aplicadas (sig = 0,000).

A análise dos erros, extremamente importante para as práticas pedagógica e clínica, foi efetuada através da elaboração de tipologias de erros. Para a análise da unidade *palavra*, construiu-se uma tipologia de 11 erros, empiricamente motivada pelos resultados obtidos, tendo-se verificado as percentagens de ocorrência para cada tipo de erro expressas no quadro que se segue (os pontos nas frases exemplificativas representam o local da segmentação).

Quadro 6 – Tipologia de erros, com percentagem de ocorrência, para a prova de segmentação de frases em palavras.

Tipologia_ designação	Exemplo	Ocorrência (%)	
		1º ano	3º ano
Identificação da sequência átono + nome (posição inicial) determinante	“ as enhora.lava.roupa” (criança 22, 3º ano)	25,7%	0%
Identificação da sequência tónico + nome (posição inicial) determinante	“ est asmeninas.penteiam.bonecas” (criança 6, 1ºano)	1,8%	0%
Identificação da sequência átono + nome (posição medial) determinante	“a.mãe.penteou. as filhas” (criança 14, 1ºano)	3,5%	3%
Identificação da sequência tónico + nome (posição medial) determinante	“a.tia.fechou. est asportas” (criança 27, 3ºano)	0,8%	0%
Identificação da sequência átono + nome preposição + nome	“a.rainha.gosta. de jogos” (criança 19, 3ºano)	13%	20,4%
Inserção de determinante em SN-SU	“ os .meninos.tomam.sumo” (criança 6, 1ºano)	0,6%	4%
Inserção de determinante em SN-OD	“a.senhora.lava. a .roupa” (criança 2, 1º ano)	1,8%	0%
Omissão do determinante em SN-SU	“ Ø .Fada.chegou.acasa” (criança 6, 1ºano)	0,8%	0%
Omissão do determinante em SN-OD	“a.mãe.arranjou. Ø .camisolas” (criança 35, 3ºano)	0%	0%
Segmentação de frase ou palavra(s) em sílabas	“ a.me.ni.na.fu.gi.u.pa.ra.ca.s a” (criança 11, 1ºano)	50%	73%
Outro tipo de erros	“meninos. est ão.no.sumo” (criança 3, 1ºano)	2%	0%

Para a unidade *palavra*, importa salientar que, tanto para as crianças do 1º ano como para as crianças do 3º ano, o erro mais frequente foi a *segmentação de frase ou palavra(s) em sílabas*, inesperadamente com valores mais altos no 3º ano (73%) do que no 1º ano (50%), o que pode decorrer da emergência precoce da unidade prosódica *sílaba* no desenvolvimento fonológico e da natureza não marcada da tarefa de segmentação silábica no desenvolvimento metafonológico. As crianças tendem, assim, a optar por segmentar o *continuum* de fala ativando uma unidade que para elas é

mais intuitiva. O aumento dos valores no 3º ano pode dever-se a um menor trabalho sobre a consciência fonológica à medida que a escolaridade vai avançando.

O segundo tipo de erro mais frequente foi a *Identificação da sequência determinante átono + nome (posição inicial)*, no 1º ano (25,7%), e a *Identificação da sequência preposição + nome*, no 1º ano (13%) e no 3º ano (20,4%), o que segue a tendência geral para associar palavras átonas (determinantes e preposições) ao nome adjacente à direita.

Para a análise das segmentações incorretas na prova de segmentação da sílaba/palavra em constituintes silábicos, foi criada uma tipologia de quatro erros, também empiricamente motivada pelos dados obtidos no presente estudo. No quadro 7 apresenta-se a tipologia bem como a percentagem de ocorrência de cada tipo de erro para o 1º e o 3º anos de escolaridade.

Quadro 7 – Tipologia de erros, com percentagem de ocorrência, para a prova de segmentação da sílaba/palavra em constituintes silábicos.

Tipologia_ designação	Exemplo	Estímulos	Ocorrência (%)	
			1º ano	3º ano
Alteração da estrutura silábica com epêntese vocálica	<i>flor</i> – [fɿ . lɔɾ]	Flor	77,3%	86,4%
		Sol	90,9%	16,7%
		Grão	61,9%	81,3%
Alteração da estrutura silábica sem epêntese vocálica	<i>grão</i> – [gɾɐ . ũ]	Mão	100%	40%
		Dez	59,1%	25%
		Mão		40%
Designação do grafema	<i>sol</i> – [“S” . ɔɿ]	Sol		33,3%
		Dez		50%
		Grão		12,5%
		Flor	22,7%	13,6%
Outros	<i>dez</i> – [dɛ . εɿ]	Mão		20%
		Sol	9,1%	50%
		Dez	40,9%	25%
		Grão	38,1%	6,2%

No que se refere à unidade *constituente silábico*, verificou-se que as crianças têm muita dificuldade em isolar o Ataque da Rima no domínio de uma palavra monossilábica, sendo mais problemáticos os estímulos com Ataque ramificado. Como erro mais frequente, constata-se que as crianças tendem a *alterar a estrutura silábica com epêntese vocálica*, no domínio do Ataque ramificado [fɿ . lɔɾ] (criança 2, 1ºano), ou no final de palavra [ɔɿ . lɿ] (criança 1, 1ºano), com ressilabificação da Coda lateral final em Ataque.

Por fim, no que se refere à unidade segmento, foi criada uma tipologia com os erros mais frequentes. No quadro seguinte lista-se a tipologia criada bem como a percentagem de ocorrência para cada um dos tipos de erros por anos de escolaridade.

Quadro 8 – Tipologia de erros, com percentagem de ocorrência, para a prova de segmentação da palavra em segmentos.

Tipologia_ designação	Exemplos	Ocorrência (%)	
		1º ano	3º ano
Ativação de outro tipo de unidades – grafema	“O.V.O” (criança 24, 1ºano)	9,8%	66,1%
Ativação de outro tipo de unidades – sílaba	<i>garfo</i> – [gã.r . fũ] (criança 12, 1ºano)	72,1%	5,4%
Ativação de vários tipos de unidades	<i>porco</i> – [põ.r . k. u] (criança 32, 3ºano)	11,7%	24,3%
Alteração da identidade segmental	<i>olho</i> – [õ. l. u] (criança 35, 3ºano)	0,1%	0,5%
Alteração da estrutura silábica	<i>clara</i> – [k. a. r . ɐ] (criança 32, 3ºano)	0%	3,1%
Ausência de desempenho na tarefa	<i>festa</i> – [fɛʃtɐ] (criança 8, 3ºano)	6,3%	0,6%

Relativamente à unidade *segmento*, as crianças do 1º ano tendem a segmentar os estímulos em sílabas (*Ativação de outro tipo de unidades – sílabas*: 72,1%), recrutando, uma vez mais, uma unidade cuja consciência emerge precocemente no desenvolvimento metafonológico; já as crianças do 3º ano tendem a segmentar a palavra em grafemas (*Ativação de outro tipo de unidades – grafema*: 66,1%). Observa-se o efeito da natureza não marcada da tarefa de segmentação do *continuum* de fala em sílabas no 1º ano, já observado na tarefa de segmentação de frases, e o impacto do conhecimento ortográfico no 3º ano. Porém, a *Ativação de vários tipos de unidades* no 3º ano (24,3%) mostra ainda sensibilidade à estrutura sonora das palavras.

Em termos globais, e tal como referido em inúmeros estudos, a consciência da unidade *sílaba* foi a que registou valores de sucesso mais elevados no presente estudo. Este resultado pode decorrer da emergência da consciência da unidade *sílaba* numa fase precoce do desenvolvimento infantil, estando este facto na base das taxas de sucesso elevadas logo no início da escolaridade, o que vai ao encontro de múltiplos estudos disponíveis na literatura nacional e internacional (Høien *et al.*, 1995; Freitas, 2004;

Lieberman *et al.*, 1974; Pufpaff, 2009; Sim-Sim, 1997; Treiman & Zukowski, 1991; Santos & Pinheiro, 2010; Veloso, 2003). Ainda que exista, logo no início da escolaridade, uma percentagem de sucesso bastante elevada de sucesso, a consciência deste constituinte vai estabilizando ao longo do 1º Ciclo, atingindo valores de teto apenas na segunda metade do 1º Ciclo.

A consciência precoce da unidade *sílaba* decorre certamente da sua natureza não marcada nas línguas do mundo (Jakobson 1941/68) e da sua emergência precoce no processo de desenvolvimento fonológico infantil: muitas das primeiras palavras têm o formato de uma só sílaba ou de uma sequência da mesma sílaba reduplicada, parecendo ser esta a primeira unidade linguística a ser ativada no percurso de desenvolvimento linguístico, na produção (Freitas, 1997). A facilidade com que as crianças processam a unidade *sílaba* é também visível no uso inadequado da segmentação silábica quando se solicita a segmentação frásica em palavras ou a segmentação da palavra em segmentos/fonemas (cf. Quadros 7 e 9), o que argumenta a favor da natureza não marcada da unidade *sílaba* nas várias tarefas de segmentação do *continuum* de fala.

De acordo com os dados encontrados no presente estudo, a consciência da unidade *palavra*, entendida como palavra morfossintática, é a segunda a emergir no desenvolvimento da consciência fonológica, apresentando valores abaixo dos 50% no 1º ano (41%); ao longo do 1º Ciclo, a consciência da unidade *palavra* vai estabilizando. No entanto, como já referimos, em termos dos erros de segmentação registados, as crianças tendem a optar por segmentar o *continuum* de fala ativando uma unidade que para elas é mais intuitiva: a *sílaba*. O aumento dos valores de uso desta estratégia do 1º para o 3º ano (cf. Quadro 7) pode dever-se a um menor trabalho sobre a consciência fonológica em contexto académico, à medida que a escolaridade vai avançando. Tais resultados apontam para o facto de a unidade *palavra* ser bastante mais complexa do que a unidade *sílaba* no contexto da avaliação da consciência fonológica, possivelmente pelo facto de aquela unidade integrar vários tipos de informação linguística, havendo dificuldade em realizar uma tarefa de segmentação de frases em palavras morfossintáticas até bastante tarde. Os dados registados no presente trabalho vão ao encontro dos relatados em alguns trabalhos disponíveis na literatura (Antunes, 2013; Cardoso,

2011; Chaney, 1989; Rios, 2009; Tunmer, Pratt & Herriman, 1984). No entanto, não corroboram os estudos que referem que a unidade *palavra* é adquirida precocemente (Adams, 1990; Anthony & Lonigan, 2004; Wood & Terrell, 1998). Tal poderá estar relacionado com o facto de, nesses estudos, não serem considerados diferentes tipos de palavras, nomeadamente, palavras átonas e palavras gramaticais, relatadas como de processamento problemático em alguns estudos no domínio da consciência linguística (Cardoso, 2011; Karpova, 1955; Rios, 2009; Tunmer, Bowey & Grieve, 1983). À partida, esta dificuldade das crianças em isolarem as palavras num enunciado oral não seria de esperar tendo em conta os dados do desenvolvimento linguístico (Guasti, 2002), uma vez que os primeiros enunciados das crianças são constituídos por uma palavra e que esta é uma unidade precocemente processada durante o processo de aquisição do conhecimento implícito. Os resultados reportados no presente estudo parecem apontar para uma ausência de isomorfismo entre os factos observados no processo de aquisição e desenvolvimento linguístico e os decorrentes de tarefas de consciência linguística, aspeto que tem vindo a ser testado em alguns estudos para outras unidades fonológicas (Afonso, 2008; Alves, Faria & Freitas, 2010; Alves, 2012; Vicente, 2018).

A terceira unidade fonológica a emergir são os *constituintes silábicos*, ainda que com percentagens extremamente baixas no início da escolaridade (1º ano: 0,9%) e percentagens pouco elevadas no grupo do 3º ano (60,7%). Poucos trabalhos têm testado a consciência destes constituintes em tarefas que permitam avaliar a capacidade de identificação de fronteiras intrassilábicas. No entanto, os trabalhos que os estudaram em tarefas de segmentação também observaram um elevado grau de complexidade na sua realização (Treiman, 1985; Rios, 2009). No presente estudo, verificou-se que as crianças têm muita dificuldade em isolar o Ataque da Rima, sendo mais problemáticos os estímulos com Ataque ramificado. Fazemos notar que, como referido na introdução a este trabalho, nem sempre os investigadores usam o conceito de Rima na literatura como *Rima silábica*; a realização frequente de tarefas de consciência fonológica com recurso a *Rima métrica*, tida como de grau de dificuldade reduzido para as crianças, dificulta a comparação de resultados entre estudos.

De acordo com a literatura, o *segmento/fonema* parece ser a última unidade fonológica a emergir no desenvolvimento da consciência fonológica. Alguns estudos têm constatado que a consciência do segmento apenas surge após o desenvolvimento da consciência silábica e na interação com a aprendizagem da escrita alfabética, havendo uma promoção bidirecional da aprendizagem do princípio alfabético e da consciência dos segmentos no *continuum* de fala (Adrián, Alegria & Morais, 1995; Alegria & Morais, 1979; Martins, 2010; Morais, Alegria & Content, 1987; entre outros). Veloso (2003) salienta que o conhecimento ortográfico tem impacto não só no acesso metafonológico ao constituinte *segmento* como na realização de tarefas de segmentação com diferentes sequências segmentais e na construção das representações fonológicas. O impacto deste tipo de conhecimento é, de acordo com este autor, observável nas sequências *obstruinte + lateral* (*claro; flor*), processadas como heterossilábicas antes da aprendizagem da escrita; a silabificação destas unidades como tautossilábicas ocorrerá apenas após o ensino da escrita, em função da aprendizagem das regras ortográficas. Paralelamente, o caso das sequências obstruinte /S/ + *obstruinte* (*escola; estrada*) também permite aferir o impacto do conhecimento ortográfico no desenvolvimento do conhecimento metafonológico, na medida em que o processamento das duas consoantes como heterossilábicas apenas ocorre após a aprendizagem formal, explícita, das normas ortográficas de translineação. Assim, para Veloso (2003), o conhecimento ortográfico pode moldar aspetos importantes do conhecimento metafonológico, nomeadamente em tarefas de segmentação de sequências de segmentos na palavra.

Castelo (2012) realça igualmente o impacto das aprendizagens escolares na realização de diferentes tarefas no domínio da consciência segmental/fonémica. Segundo esta autora, quando os alunos são levados a refletir sobre esta unidade, tendem a dar primazia às representações ortográficas ou às representações fonológicas influenciadas pela ortografia, pois estas constituem o alvo das atividades de leitura e escrita às quais os alunos estão expostos diariamente. Assim, a utilização da designação de grafemas nas tarefas de consciência segmental/fonémica facilitará a capacidade de as crianças isolarem os segmentos da fala (Castles, Wilson & Coltheart, 2011). Por outro lado, este conhecimento ortográfico poderá

originar um impacto negativo nas diferentes tarefas de consciência fonológica, na medida em que, ao invés de designarem os segmentos, os alunos passam a designar os grafemas (Treiman & Cassar, 1997), tentando encontrar um segmento para cada grafema. Note-se que nem sempre este desempenho é cotado como insucesso nas tarefas de consciência fonológica, o que gera assimetrias na comparação de resultados de diferentes investigações. Segundo Castelo (2012), numa fase inicial de alfabetização, os alunos desenvolvem duas estratégias explícitas: i) uma estratégia fónica, inicial, em que se baseiam nas representações fonéticas explícitas; ii) uma estratégia ortográfica, posterior, em que recorrem à designação de grafemas aquando da realização de tarefas de consciência fonológica. Tal mudança de estratégia pode ter um impacto crucial na redução do sucesso em tarefas de segmentação segmental/fonémica, pelo recurso preferencial à designação dos grafemas.

No presente estudo, o segmento é uma unidade de acesso problemático em tarefas de consciência fonológica realizadas por crianças do 1º ano (0,1%), resultado esperado de acordo com o relatado na literatura sobre o PE (15% para Carvalho, 2012; 16% para Paulino, 2009; 37% para Sim-Sim, 1998; 50% para Veloso, 2003). Tendo em conta a forte correlação entre a aprendizagem do princípio alfabético e o desenvolvimento da consciência segmental assumida em múltiplos estudos nas últimas décadas, não eram esperadas taxas de sucesso tão baixas na prova de segmentação da palavra em segmentos por parte das crianças a frequentar o 3º ano (20,5%); tais resultados não são preditos por esta relação entre aprendizagem do princípio alfabético e promoção da consciência segmental/fonémica. Embora diversos estudos salientem que a aprendizagem da leitura e da escrita num sistema alfabético é essencial para a emergência da consciência segmental (Adrián, Alegria & Morais, 1995; Alegria & Morais, 1979; Martins, 2010; Morais, Alegria & Content, 1987; entre outros), as percentagens de sucesso bastante baixas obtidas pelas crianças do 3º ano neste estudo não replicam as de Alves, Castro & Correia (81%). Por outro lado, vão ao encontro de resultados congêneres noutros estudos para o português europeu (Leitão, 2013; Santos & Pinheiro, 2010), para o português do Brasil (Crenite *et al.*, 2008; Cunha & Capellini, 2009; Velasquez, 2007) e para outras línguas

(McBride-Chang, 1995; Nation & Hulme, 1997; Wagner, Torgesen & Rashotte, 1999). Estes dados parecem, assim, questionar a estabilização do princípio alfabético como fator crucial para o desenvolvimento da consciência segmental. Os resultados obtidos no presente estudo podem decorrer, não da ausência de consciência da unidade *segmento*, mas de uma particular dificuldade em desempenhar a tarefa específica de *segmentação da palavra em segmentos*. Para conseguir responder a esta questão, são necessários estudos que avaliem o desempenho de crianças a frequentar o 1º e o 2º Ciclos do Ensino Básico em diferentes tarefas de avaliação da consciência segmental/fonémica, no sentido de testar o grau de dificuldade inerente à consciência desta unidade e o impacto do tipo de tarefa utilizado na sua avaliação.

Em síntese, e relembrando a questão geral de investigação colocada – “Qual a ordem de disponibilização dos constituintes fonológicos no desenvolvimento da consciência fonológica?” – , procedemos à apresentação de resultados relativos à tarefa de segmentação do *continuum* de fala em diferentes constituintes fonológicos (*palavra, sílaba, constituintes silábicos, segmento*). A consciência da unidade *sílaba* foi a primeira a emergir nos dados observados neste estudo, seguindo-se a unidade *palavra*, não se tendo identificado diferença entre os constituintes silábicos e os segmentos, no 1º ano, mas tendo-se observado diferenças no 3º ano, tal como se ilustra de seguida.

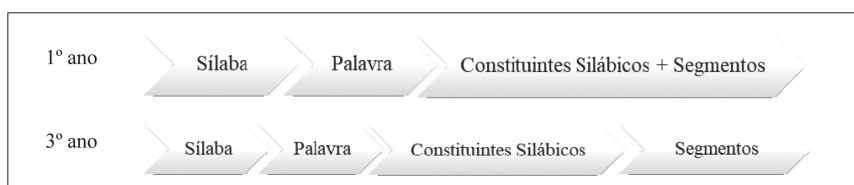


Figura 1 – Esquema representativo da ordem de disponibilização dos constituintes fonológicos encontrados no presente estudo.

Mais estudos utilizando uma mesma tarefa para testar o acesso aos diferentes constituintes fonológicos em tarefas de consciência linguística deverão ser realizados no sentido de confirmar ou infirmar a escala de emergência dos constituintes fonológicos no desenvolvimento fonológico

infantil que aqui se relata. Tais informações são extremamente relevantes para a prática clínica do Terapeuta da Fala, que assim consegue organizar a sua intervenção, estimulando primeiramente os constituintes mais fáceis e progredindo na escala de complexidade inerente à consciência dos restantes constituintes fonológicos, disponibilizados mais tardiamente. Resultados desta natureza são também muito relevantes para a programação das atividades em função das orientações programáticas não só no nível pré-escolar como no 1º Ciclo do Ensino Básico, em geral, que implicam o tratamento deste tipo de unidades, quer do ponto de vista metafonológico, quer do ponto de vista do trabalho sobre o conhecimento explícito (Buescu *et al.*, 2012/215; Silva, 1996). Confirmando-se a escala anteriormente citada, será importante que os educadores, no pré-escolar, realizem exercícios de estimulação da consciência silábica bem como da consciência de palavra, para que as crianças consigam, numa fase inicial da aprendizagem escolar, distinguir os constituintes *silaba* e *palavra*, evitando fenómenos de hipossegmentação ou de hipersegmentação no desempenho de tarefas de segmentação frásica, com benefícios para uma aprendizagem mais eficaz da leitura e da escrita. Por outro lado, no 1º Ciclo, altura em que os professores se debruçam mais sobre exercícios no domínio da consciência dos segmentos, seria igualmente importante a realização de trabalho ao nível dos constituintes silábicos, tendo-se verificado que as crianças apresentam dificuldades em isolá-los, confundindo-os, muitas vezes, com a consciência das unidades *silaba* e *segmento*. Tal trabalho ajudaria a prevenir a existência de erros na escrita por omissão ou metátese de constituintes silábicos.

REFERÊNCIAS

Adams, M. J. (1990). *Beginning to read: Thinking and learning about print*. Cambridge, MA: MIT Press.

Adrián, J. A., Alegria, J., & Morais, J. (1995). Metaphonological abilities of Spanish illiterate adults. *International Journal of Psychology*, 30(3), 329-351.

Afonso, C. (2008). *Complexidade prosódica e segmentação de palavras em crianças entre os 4 e os 6 anos de idade*. Dissertação de Mestrado em Terapia da Fala apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

Afonso, C. (2015). *Complexidade Prosódica – tarefas de consciência fonológica em crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico*. Tese de Mestrado em Linguística para

o Diagnóstico e Intervenção apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Afonso, C., Gonçalves, A. & Freitas, M.J. (2014). A princesa ficou *adormir ou a dormir? Dados sobre a consciência da unidade palavra em Português Europeu. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 9, 35-58.

Alegria, J., & Morais, J. (1979). Le développement de l'habileté d'analyse phonétique consciente de la parole et l'apprentissage de la lecture. *Archives de psychologie*, 183, 251-270.

Alves, D. (2012). *Efeito das propriedades segmentais em tarefas de consciência segmental, de leitura e de escrita*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Alves, D., Castro, A. & Correia, S. (2010). Consciência fonológica – dados sobre consciência fonémica, intrassilábica e silábica. *Actas do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 169-184.

Alves, D., Faria, I. & Freitas, M. J. (2010). O efeito das propriedades fonológicas do segmento em tarefas de consciência segmental. In Freitas, M. João, Anabela Gonçalves & Inês Duarte (orgs.) *Avaliação da Consciência Linguística: Aspectos Fonológicos e Sintáticos do Português* (pp. 19-44). Lisboa: Ed. Colibri.

Andrade, E. & Viana, M.C. (1993). Sinérese, diérese e estrutura silábica. *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 31-42.

Anthony, J.L. & Lonigan, C.J. (2004). The Nature of Phonological Awareness: Converging Evidence From Four Studies of Preschool and Early Grade School Children. *Journal of Educational Psychology*, 96 (1), 43–55.

Antunes, C. F. (2013). *Caracterização do nível de consciência fonológica em crianças de idade pré-escolar*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem na Criança apresentada à Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal.

Bernhardt, B., & Stemberger, J. (1998). *Handbook of phonological development from the perspective of constraint-based nonlinear phonology*. San Diego: Academic Press.

Buescu, H.C., Morais, J., Rocha, M. R. & Magalhães, V.F. (2012/215). *Metas Curriculares de Português*. Governo de Portugal: Ministério da Educação e Ciência.

Cardoso, S. (2011). *Consciência de palavra em crianças de idade pré-escolar e escolar*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem na Criança apresenta à Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal.

Cardoso-Martins, C. (1991). Awareness of phonemes and alphabetic literacy acquisition. *British Journal of Educational Psychology*, 61, 164-173.

Cardoso-Martins, C. (1995). Sensitivity to rhymes, syllables, and phonemes in literacy acquisition in Portuguese. *Reading Research Quarterly*, 30(4), 808-826.

Carvalho, A. (2012). *Avaliação de um programa para estimulação da consciência fonológica em contexto escolar*. Tese de Mestrado em Didática da Língua Portuguesa apresentada Escola Superior de Educação de Lisboa.

Castelo, A. (2012). *Competência Metafonológica e Sistema Não Consonântico no Português Europeu: Descrição, Implicações e Aplicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Tese de Doutoramento em Linguística Educacional apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Castles, A., K. Wilson & M. Coltheart (2011). Early orthographic influences on phonemic awareness tasks: Evidence from a preschool training study. *Journal of Experimental Child Psychology*, 108(1), 203-210.

Chaid, D.J. & Dickson, S.V. (1999). Phonological awareness instructional and assessment guidelines. *Intervention in school and clinic*, 34(5), 261-270.

Chaney, C. (1989). I pledge a allegiance to the flag: Three studies in word segmentation. *Applied Psycholinguistics*, 10(3), 261-282.

Crenite, P. A., Buso, E.M., Magalhães, F.F. & Jorge, T.M. (2008). Análise do desempenho nas provas de consciência fonológica de alunos de segunda, terceira e quarta séries com baixo desempenho em leitura e escrita. *Salusvita, Bauru*, 27(1),7-17.

Cunha, V. L. O. e S. A. Capellini (2009). Desempenho de escolares de 1ª a 4ª série do ensino fundamental nas provas de habilidades metafonológicas e de leitura – PROHMELE. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 14 (1), 56-68.

Duncan, L. G., Castro, S. L., Defior, S., Seymour, P. H., Baillie, S., Leybaert, J., Mousty, P., Genard, N., Sarris, M., Porpodas, C., Lund, R., Sigurdsson, B., Trainsdottir, A., Sucena, A. & Serrano, F. (2013). Phonological development in relation to native language and literacy: Variations on a theme in six alphabetic orthographies. *Cognition*, 127(3), 398-419.

Fikkert, P. (1994). *On the acquisition of prosodic structure*. Ph.D. Dissertation, HIL dissertations 6, Leiden University. The Hague: Holland Academic Graphics.

Fox, B & Routh, D. (1975). Analyzing Spoken Language into Words, Syllables, and Phonemes: A Developmental Study. *Journal of Psycholinguistic Research*, 4 (4), 331-342.

Freitas, M.J. (1997). *Aquisição da estrutura silábica do Português Europeu*. Tese de Doutoramento em Linguística Aplicada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Gonçalves, F. (2004). *Riqueza morfológica e aquisição da sintaxe em Português europeu e brasileiro*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora.

Goswami, U. (2008). The development of reading across languages. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1145(1), 1-12.

Guasti, M. T. (2002). *Language acquisition: The growth of grammar*. MIT Press.

Høien, T., Lundberg, I., Stanovich, K.E. & Bjaalid, I.K. (1995). Components of phonological awareness. *Reading and Writing: An Interdisciplinary Journal*, 7, 171-188.

Jakobson, R. (1941/1968). *Child Language, Aphasia and Phonological Universals*. The Hague: Mouton.

Karpova, S. N. (1955). Awareness of the word composition of speech in the preschool child. *Voprosy Psikhologii*, 1, 43-55.

Leitão, G.A. (2013). *Caracterização do nível de consciência fonológica em crianças de idade escolar*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem na Criança apresentada à Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal.

Liberman, I.Y, Shankweiler, D., Fisher, F.W & Carter, B. (1974). Explicit syllable and phoneme segmentation in young child. *Journal of Experimental Child Psychology*, 18(2), 201-212.

Martins, B. D. (2010). *Preditores da aprendizagem da leitura e da escrita: comparação entre dois testes de consciência fonológica utilizados em fase pré-escolar*. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Mateus, M. H., & d'Andrade, E. (2000). *The phonology of Portuguese*. Oxford University Press.

Mateus, M.H., Brito, A.M., Duarte, I., Faria, I.H., Frota, S., Matos, G., Oliveira, F., Vigário, M. & Villalva, A. (2006). *Gramática da língua portuguesa* (7ª edição). Lisboa: Editorial Caminho.

McBride-Chang, C. (1995). What is phonological awareness?. *Journal of Educational Psychology*, 87(2), 179-192.

Morais, J., Alegria, J. & Content, A. (1987). Segmental awareness: respectable, useful and almost always necessary. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 7(5), 530-556.

Nation, K., & Hulme, C. (1997). Phonemic segmentation, not onset-rime segmentation, predicts early reading and spelling skills. *Reading Research Quarterly*, 32(2), 154-167.

Nohales, P. S., & Giménez, T. M. (2014). Secuencia evolutiva del conocimiento fonológico en niños prelectores. *Revista de Logopedia, Foniatría y Audiología*, 34(3), 118-128.

Ouzoulias, A. (2001). L'émergence de la conscience phonémique: apprentissage sensoriel ou développement conceptuel?. In G. Chauveau (Ed.), *Comprendre l'enfant apprenti lecteur: Recherches actuelles en psychologie de l'écrit* (pp. 101-127). Paris: Éditions Retz.

Paulino, J.I. (2009). *Consciência fonológica - Implicações na aprendizagem da leitura*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Pufpaff, L. (2009). A developmental continuum of phonological sensitivity skills. *Psychology in the schools*, 46(7), 679-691.

Rios, A. C. (2009). *Competências fonológicas na transição do pré-escolar para o 1º Ciclo do ensino básico*. Tese de Mestrado em Ciências da Fala e da Audição apresentada à Universidade de Aveiro.

Santos, A. C., Freitas, M.J. & Cardoso, A. (2014). *CEPLEXicon - A Lexicon of Child European Portuguese*. Lisboa: Anagrama (CLUL, FLUL).

Santos, M. & Pinheiro, M. (2010). *Consciência Fonológica: Estudo Piloto do Protótipo de um Instrumento de Avaliação*. Monografia em Terapia da Fala apresentada à Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal.

Selkirk, E. (1982). 'The syllable'. In H. van der Hulst & N. Smith (eds), *The Structure of Phonological Representations* (pp.337-383). Dordrecht: Foris Pub.

Silva, A. C. (1996). Avaliação de competências fonológicas em crianças portuguesas de idade pré-escolar. *Análise Psicológica*, 14(4), 553-561.

Sim-Sim, I. (1997). *Desenvolvimento da linguagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Sim-Sim, I. (2001). *Avaliação da Linguagem Oral: um contributo para o conhecimento do desenvolvimento linguístico das crianças portuguesas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Stahl, S. A., & Murray, B. A. (1994). Defining phonological awareness and its relationship to early reading. *Journal of educational Psychology*, 86(2), 221-234.

Treiman, R. & Cassar, M. (1997). Can children and adults focus on sound as opposed to spelling in a phoneme counting task? *Developmental Psychology*, 33(5), 771-780.

Treiman, R. & Zukowski, A. (1991). Levels of phonological awareness. In S.A. Brady & D.P. Shankweiler (Eds.), *Phonological processes in literacy: a tribute to Isabelle Y. Liberman* (cap. 6, pp. 67-84). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

Treiman, R. (1985). Onsets and rimes as units of spoken syllables: Evidence from children. *Journal of experimental child psychology*, 39(1), 161-181.

Tunmer, W. E., Pratt, C. & Herriman, M. L. (1984). *Metalinguistic awareness in children: Theory, research, and implications*. New York: Springer-Verlag.

Tunmer, W., Bowey, J. & Grieve, R. (1983). The development of young children's awareness of the word as a unit of spoken language. *Journal of Psycholinguistic Research*, 12(6), 567-594.

Valente, F. & Martins, M.A. (2004). Competências metalinguísticas e aprendizagem da leitura em duas turmas do 1º ano de escolaridade com métodos de ensino diferentes. *Análise Psicológica*, 1 (XXII), 193-212.

Velasquez, M. G. M. de C. F. (2007). *Percursos desenvolvimentais de leitura e escrita: estudo longitudinal com alunos do 1.º Ciclo do ensino básico*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

Veloso, J. M. (2003). *Da influência do conhecimento ortográfico sobre o conhecimento fonológico – estudo longitudinal de um grupo de crianças falantes nativas do Português Europeu*. Tese de Doutoramento em Linguística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Vicente, F. (2018). *Impacto da Complexidade Silábica no Desenvolvimento Fonológico e na Aprendizagem da Ortografia em Português Língua Segunda nos 1º*

e 2º Ciclos do Ensino Básico Moçambicano. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vigário, M. & Falé, I. (1993). A sílaba do Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica. *Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 465-478.

Vigário, M. (2003). *The prosodic word in European Portuguese* (Vol. 6). Berlin, New York: Mouton de Gruyter.

Vigário, M., Freitas, M.J. & Frota, S. (2006). Grammar and frequency effects in the acquisition of prosodic words in European Portuguese. *Language and Speech*, 49(2), 175-203.

Vigário, M., Martins, F. & Frota, S. (2004). Frequências no Português Europeu: a ferramenta FreP. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 897-908.

Vigário, M., Martins, F. & Frota, S. (2006). A ferramenta FreP e a frequência de tipos silábicos e classes de segmentos no Português. *Actas do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 675-687.

Villalva, A. (2000). *Estruturas Morfológicas. Unidades e Hierarquias nas Palavras do Português*. Lisboa: FCG/FCT Schneider, W., Eschman, A., & Zuccolotto, A. (2012). *E-Prime User's Guide*. Pittsburgh: Psychology Software Tools, Inc.

Vloedgraven, J. M., & Verhoeven, L. (2007). Screening of phonological awareness in the early elementary grades: an IRT approach. *Annals of Dyslexia*, 57(1), 33-50.

Wagner, R. K., Torgesen J. K. & Rashotte C. A. (1999). *The comprehensive test of phonological processing*. Austin: Pro-Ed.

Wood, C. & Terrell, C. (1998). Preschool phonological awareness and subsequent literacy development. *Educational Psychology*, 18(3), 253-274.

O Futuro Simples em Português Europeu: entre a temporalidade e a modalidade

Luís Filipe Cunha

luisfilipeleitecunha@gmail.com

*Centro de Linguística da Universidade do Porto / Faculdade
de Letras da Universidade do Porto (Portugal)*

ABSTRACT. In this paper I discuss some semantic properties that characterise the *Futuro Simples* (Simple Future) in European Portuguese. Departing from examples gathered in the *CETEMPúblico corpus*, I claim that the *Futuro Simples* conveys an important range of modal meanings, particularly noticeable in contexts where a covert conditional sentence is assumed, where shared knowledge plays a particular role or where a hypothetical or conjectural reading, overlapping with the speech time, is carried out. Nevertheless, as I demonstrate, temporal information constitutes also a central feature in the semantics of this verbal form, since the *Futuro Simples* is perfectly compatible with contexts expressing certainty, predictable facts and accurate located future situations. Moreover, aspectual factors seem to restrict some modal interpretations ascribed to the structure under analysis. In view of its two-dimensional nature, I claim that the best analysis for the semantics of the *Futuro Simples* must involve temporal and modal features interacting dynamically.

KEY-WORDS. Semantics, Simple Future, modality, temporality, aspectual restrictions.

RESUMO. No presente artigo procuro descrever algumas das propriedades semânticas que caracterizam o Futuro Simples em Português Europeu. Tomando como ponto de partida um conjunto de exemplos retirados do *corpus CETEMPúblico*, defendo a ideia de que o Futuro Simples veicula importante informação de cariz modal, em particular em contextos em que se assume a presença de uma oração condicional implícita, em que o conhecimento partilhado pelos participantes na conversação desempenha um papel relevante ou em que ocorrem leituras conjecturais ou hipotéticas que favorecem uma relação de sobreposição ao momento da enunciação. No entanto, como procuro demonstrar, a informação de natureza temporal é igualmente relevante para a caracterização semântica desta forma verbal, na medida em que o Futuro Simples se revela perfeitamente compatível com contextos que exprimem certeza, factos previsíveis e a localização precisa de situações futuras. Para além disso, observo que fatores aspetuais parecem impor importantes restrições a alguns dos valores modais considerados. No sentido de acomodar a sua natureza complexa, advogo em favor de uma análise para o Futuro Simples que envolva simultaneamente as suas dimensões temporais e modais interagindo dinamicamente entre si.

PALAVRAS-CHAVE. Semântica, Futuro Simples, modalidade, temporalidade, restrições aspetuais.

1. Introdução

Em línguas como o Português, o Futuro Simples do Indicativo pode veicular informação de natureza inequivocamente modal, como, de resto, tem sido amplamente reconhecido na literatura (cf., e.g. Oliveira, 1986; Silva, 1997). Este valor modal estende-se para além da indeterminação que inerentemente se associa à expressão de situações futuras, ou seja, de eventualidades que ainda não ocorreram no momento da enunciação e cujo valor de verdade, por isso mesmo, não pode ser avaliado no intervalo em questão.¹ Encontra-se também representado, por exemplo, nos usos designados de “incerteza” ou de “conjetura” (cf. Laca, 2016), ilustrados em exemplos como (1):

- (1) A sondagem mostrou que a popularidade de Major, nas últimas semanas, caiu cinco por cento e que o Partido Trabalhista **estará agora** nove pontos à frente dos conservadores. (CETEMPúblico, par=ext102062-nd-91a-1)

Tal como a presença do adverbial “agora” nos sugere, em frases como as representadas em (1), a função principal do Futuro Simples não parece ser a de localizar uma situação num intervalo posterior ao momento da enunciação, mas antes a de fornecer informação modal de incerteza ou de possibilidade não totalmente confirmada.

Quererá isto dizer que, no Português Europeu, o Futuro Simples se comporta como um mero operador modal?

Como veremos ao longo do presente trabalho, a resposta à questão que acabámos de formular está longe de ser simples ou consensual. Na

¹ Sublinhe-se que, ao contrário do que sucede com o passado, “(...) o futuro é não-factual e supõe uma abertura para mundos ou histórias possíveis, dos quais o locutor escolhe um, sob qualquer critério preferencial, revelando assim a sua intenção, a sua disposição, o seu plano, a predeterminação dentro de uma relação de causa e efeito elaborada, por vezes, com base em conhecimentos experienciais ou outros.” (Oliveira, 1986: p. 356). Assim, uma das propriedades mais relevantes do futuro, tal como nota Dowty (1979), é o facto de este ser ramificante, no sentido em que suporta diferentes “continuações” possíveis.

realidade, e quando comparado com a construção *ir* + Infinitivo, que também estabelece uma relação de posterioridade, o Futuro Simples parece apontar fundamentalmente para a expressão da modalidade. No entanto, e para além das restrições a que a manifestação de certos valores modais associados ao Futuro Simples está sujeita, subsistem igualmente marcas de temporalidade bastante evidentes que será impossível ignorar.

No sentido de compreender melhor a relação entre temporalidade e modalidade nas estruturas envolvendo o Futuro Simples, começaremos por estabelecer, em 2, uma breve comparação entre esta forma verbal e a construção *ir* + Infinitivo, igualmente utilizada no Português Europeu (doravante também designado como PE) para dar conta de relações de posterioridade. Observaremos que o Futuro Simples parece estar mais apto para a expressão da modalidade, o que se torna evidente quando analisamos configurações de natureza conjetural ou as diferentes possibilidades combinatórias com certos verbos modais, nomeadamente com “poder” ou com “dever”. No entanto, os valores puramente modais associados ao Futuro Simples – em particular no que respeita à manifestação da incerteza num intervalo coincidente com o momento da enunciação – estão sujeitos a fortes restrições, sobretudo no que se refere às classes aspetuais das predicções envolvidas, como procuraremos deixar claro na secção 3. Por outro lado, e com base na análise de frases retiradas de *corpora*², parece inegável que o Futuro Simples veicula ainda importante informação de cariz temporal. Por fim, com base na discussão levada a cabo nas secções precedentes, procuraremos, em 4, fornecer uma caracterização do Futuro Simples que contemple simultaneamente as suas propriedades temporais e modais, tomando como ponto de partida algumas análises do futuro presentes na literatura referentes a outras línguas (cf. Gennari, 2000; Falas & Laca, 2014; Laca, 2016; Mari, 2009; Giannakidou & Mari, 2018).

² Embora, como já referimos, a nossa recolha se tenha centrado essencialmente no *corpus* CetemPúblico, recorreremos, igualmente, a exemplos obtidos noutras fontes, que serão devidamente identificadas ao longo do texto. Por outro lado, importa sublinhar que apresentaremos tanto exemplos retirados de *corpora* (sempre seguidos da referência à respetiva origem) quanto frases por nós manipuladas, no sentido de testar a validade das hipóteses avançadas.

2. O Futuro Simples e a expressão da modalidade

Embora revelem semelhanças bastante evidentes entre si, na medida em que são tipicamente utilizados para projetar situações num intervalo posterior ao momento da enunciação, o Futuro Simples e a construção *ir* (no Presente) + Infinitivo manifestam, igualmente, algumas divergências semânticas significativas que importa explorar.

Comparem-se, primeiramente, os seguintes exemplos:

- (2) Hoje à noite, Collins **vai cantar, dançar, tocar** bateria e **dizer** uma ou outra frase em português, para contento das massas. (CETEMPúblico, *par=ext34132-clt-92b-1*)
- (3) Hoje à noite, Collins cantará, **dançará, tocará** bateria e **dirá** uma ou outra frase em português, para contento das massas.
- (4) José Carreras e Sarah Brightman **interpretarão** a canção «Amigos para sempre», Plácido Domingo **cantará** o hino olímpico enquanto dez crianças **transportarão** a bandeira dos anéis depois de arreada e os norte-americanos de Atalanta, sede dos próximos Jogos, **apresentarão** um bailado moderno, isto entre muitas outras surpresas. (CETEMPúblico, *par=ext22362-des-92b-4*)
- (5) José Carreras e Sarah Brightman **vão interpretar** a canção «Amigos para sempre», Plácido Domingo **vai cantar** o hino olímpico enquanto dez crianças **vão transportar** a bandeira dos anéis depois de arreada e os norte-americanos de Atalanta, sede dos próximos Jogos, **vão apresentar** um bailado moderno, isto entre muitas outras surpresas.

O exemplo (2) surge originalmente no *corpus* CETEMPúblico com a estrutura *ir* + Infinitivo; no entanto, a substituição desta construção por formas do Futuro Simples (cf. (3)) parece não modificar substancialmente o significado da sequência em questão. Inversamente, o exemplo (4) ocorre no *corpus*, originalmente, com verbos flexionados no Futuro Simples; se procedermos à sua manipulação substituindo as formas em causa pelas correspondentes com *ir*+ Infinitivo, verificamos, igualmente, que não há uma alteração significativa em termos da interpretação final

da sequência. Dados como estes sugerem que, pelo menos em certos contextos, subsiste uma certa equivalência entre o Futuro Simples e a construção *ir* + Infinitivo.³

Mas um paralelismo tão próximo nem sempre se verifica. Contrastem-se os seguintes exemplos:

- (6) Segundo o acordo, ainda a ser ultimado, a AST **comprará** por 175 milhões de dólares (mais de 26 milhões de contos) todo o sector de informática à Tandy, incluindo a divisão Grid – especializada em modelos portáteis – e uma fábrica que a empresa tem na Escócia. (CETEMPúblico, *par=ext286464-clt-soc-93a-2*)
- (7) Segundo o acordo, ainda a ser ultimado, a AST **vai comprar** por 175 milhões de dólares (mais de 26 milhões de contos) todo o sector de informática à Tandy, incluindo a divisão Grid – especializada em modelos portáteis – e uma fábrica que a empresa tem na Escócia.

No exemplo (6), com Futuro Simples, a situação descrita por “comprar”, ainda que projetada para um intervalo posterior em relação ao momento da enunciação, parece ser encarada essencialmente como uma hipótese ou como uma mera possibilidade, entre outras, não se fazendo referência direta à sua efetiva realização no mundo de referência. A viabilidade deste tipo de interpretação pode ser comprovada pela possibilidade de substituição de “comprará” por formas equivalentes integrando verbos modais, como “deve comprar” ou “pode comprar”. A substituição pela estrutura *ir* + Infinitivo, porém, atribui à ocorrência da eventualidade em questão um maior grau de certeza (cf. (7)). Por outras palavras, em exemplos como estes o Futuro Simples conferirá um maior peso à componente modal, ao passo que a construção *ir* + Infinitivo remeterá preferencialmente para a localização temporal.

³ Neste mesmo sentido parecem ir algumas observações presentes em Mória (2017), as quais, tendo como ponto de partida a análise de exemplos do *corpus* CETEMPúblico, parecem corroborar a ideia de que, em determinados contextos, existe equivalência ou, pelo menos, um certo paralelismo entre formas do Futuro Simples e a construção *ir* + Infinitivo, como a seguinte afirmação deixa transparecer: “Um aspeto gramatical importante – que creio não ter sido suficientemente enfatizado – é que o futuro perifrástico mimetiza o comportamento do futuro sintético (ou imperfeito) em todo o seu espectro de valores temporais, nomeadamente no que respeita à diversidade de relações locativas que pode codificar.” (cf. Mória, 2017: 220).

Um contraste semelhante pode ser observado no par de frases apresentado em (8) e (9):

(8) No próximo ano, o João **acabará** o doutoramento.

(9) No próximo ano, o João **vai acabar** o doutoramento.

Se é um facto que tanto (8) como (9) projetam a situação de “o João acabar o doutoramento” num intervalo posterior ao momento da enunciação (aqui representado pelo adverbial “no próximo ano”), parece, ainda assim, que se podem encontrar algumas divergências interpretativas entre os dois exemplos apresentados: enquanto em (9) a conclusão do doutoramento é encarada como um acontecimento altamente provável, tomando em consideração o curso natural das coisas, em (8) ela surge sobretudo como uma possibilidade, como uma ocorrência plausível, até certo ponto condicionada pela emergência prévia de certas condições.

É neste sentido que Oliveira (1986) sugere que, em contextos como os que acabámos de observar, o Futuro Simples se encontra de alguma forma associado a uma oração condicional implícita: assim, uma frase como (8) equivale, nesta perspetiva, a uma estrutura do género de “No próximo ano, o João acabará o doutoramento se mantiver o seu ritmo de escrita, se não houver atrasos com o júri, etc.”, contrastando com (9), em que a situação de “o João acabar o doutoramento” nos é apresentada com um maior grau de certeza.

Existem outros casos em que os valores modais associados ao Futuro Simples se revelam de forma bastante evidente, contrastando com o que sucede com a construção *ir* + Infinitivo.⁴ Observem-se as seguintes frases, em que o Futuro Simples, embora continue a veicular uma relação de posterioridade, parece equivaler a um modal epistémico:

⁴ A literatura é unânime em considerar que o Futuro Simples, nas línguas românicas, pode veicular valores modais diversos (cf. Oliveira, 1986; Silva, 1997; Laca, 2016). No entanto, as restrições no que respeita à expressão de valores modais por parte do Futuro Simples podem variar de língua para língua. Stage (2002), no seu estudo acerca dos valores epistémico e deontico associados ao Futuro Simples, mostra que, em Francês, as leituras epistémicas estão sujeitas a restrições muito mais severas do que em Espanhol ou em Italiano; pelo contrário, o Francês parece admitir interpretações deonticas com maior facilidade do que o Português. Não desenvolveremos aqui a comparação entre o Futuro Simples nas diferentes línguas românicas, deixando esta questão para trabalho posterior.

- (10) Por outro lado, o Partido Popular, que se opõe veementemente a laços mais estreitos com a Europa, **ganhará** (= pode ganhar) mais um deputado, ficando com 26, segundo esta projecção inicial. (CETEMPúblico, *par=ext4242-pol-91b-1*)
- (11) A taxa de inflação em Espanha **alcançará** (= deve alcançar) 2,5 por cento em 1998, de acordo com as previsões do jornal económico «Expansion», com base em estimativa de analistas. (CETEMPúblico, *par=ext57832-eco-97b-2*)
- (12) São 19 horas em Newcastle (Inglaterra) e o navio vai zarpar dentro de poucos minutos, rumo a Bergen, na Noruega, onde só **chegará** (= deve chegar) na tarde do dia seguinte. (CETEMPúblico, *par=ext17258-soc-95b-1*)
- (13) Na avaliação efectuada por alguns responsáveis e especialistas, o número de desempregados **alcançará** (= pode alcançar) os 15 milhões de russos ainda este ano caso se concretize o programa governamental das falências. (CETEMPúblico, *par=ext840137-nd-94b-1*)

Embora se verifique alguma variação relativamente ao grau de certeza associado ao uso do Futuro Simples em frases como estas – o que pode ser atestado pela oscilação em termos de adequação que se observa entre a escolha de paráfrases com “poder” e com “dever” –, o certo é que, em qualquer dos casos, nos encontramos face à expressão de modalidade epistémica, na medida em que não é plenamente assumida a veracidade das proposições envolvidas, subsistindo, em maior ou menor grau, dúvida ou incerteza quanto à sua concretização no mundo de referência. Nesse sentido, o Futuro Simples pode receber um significado equivalente ao de verbos modais como “poder” ou “dever”, tal como as interpretações preferenciais dos exemplos de (10) a (13) nos confirmam.

Apesar de se mostrar menos frequente e de se encontrar sujeito a um maior número de restrições, o uso deontico do Futuro Simples pode também ser observado no Português Europeu, como o exemplo que se segue nos confirma:

- (14) O mandamento da avó de Russell não podia ser mais claro: **não seguirás** (= debes seguir) uma multidão para fazer o mal. (CETEMPúblico, *par=ext769053-nd-93b-2*)

Em (14), o Futuro Simples recebe uma interpretação de natureza deontica, manifestando um significado que se aproxima bastante daquele que caracteriza o verbo modal “dever”, na medida em que descreve uma obrigação ou uma imposição (relação de necessidade) em função de determinadas regras ou normas sociais.⁵

Em qualquer destes casos, a substituição das formas do Futuro Simples pela construção *ir* + Infinitivo, em exemplos como (10), (12) e (14), resulta em disparidades consideráveis ao nível do significado final das frases, como os exemplos que se seguem podem comprovar.

- (15) Por outro lado, o Partido Popular, que se opõe veementemente a laços mais estreitos com a Europa, **vai ganhar** mais um deputado, ficando com 26, segundo esta projecção inicial.
- (16) São 19 horas em Newcastle (Inglaterra) e o navio vai zarpar dentro de poucos minutos, rumo a Bergen, na Noruega, onde só **vai chegar** na tarde do dia seguinte.
- (17) O mandamento da avó de Russell não podia ser mais claro: **não vais seguir** uma multidão para fazer o mal.

Nos exemplos representados em (15)-(17) os diversos valores modais associados ao Futuro Simples parecem perder-se quase por completo com o recurso à construção *ir* + Infinitivo. Assim, nas duas primeiras frases, a verdade das situações descritas (i.e., “o Partido Popular ganhar mais um deputado” e “o navio chegar a Bergen na tarde do dia seguinte”) é-nos apresentada com um elevado grau de certeza, o que indicia que a informação meramente temporal de posterioridade desempenha aqui um papel fulcral, sobrepondo-se de forma bastante evidente a eventuais efeitos semânticos ligados à expressão da modalidade. Também em frases como (17) a substituição do Futuro Simples pela estrutura *ir* + Infinitivo parece ter como consequência um enfraquecimento notório da “força” deontica manifestada pela proposição em causa.

São, no entanto, os designados usos conjecturais ou de incerteza ostentados pelo Futuro Simples (cf. Laca, 2016) que mais notoriamente

⁵ Como nota um revisor deste trabalho, um caso típico deste uso do Futuro Simples pode ser encontrado nos dez mandamentos: “Não matarás”; “Honrarás pai e mãe”, etc.

evidenciam o significado modal associado a esta forma verbal. Considerem-se os seguintes exemplos ilustrativos:

- (18) O «pequeno timoneiro», 91 anos em Agosto, se lá chegar, já não é visto em público desde Fevereiro de 1994 e **estará** gravemente doente. (CETEMPúblico, *par=ext1179544-pol-95a-2*)
- (19) Na fábrica há carrocéis, que não são de brincadeira – o maior **terá cerca** de 50 metros, com 35 bastidores de cada lado – e que giram em frente das operárias a ritmos estipulados em função do trabalho que está para sair. (CETEMPúblico, *par=ext143721-soc-95a-2*)
- (20) A explicação para o facto de o carro só ter sido descoberto duas semanas depois **residirá** na profundidade do precipício e na densa vegetação aí existente. (CETEMPúblico, *par=ext197149-soc-97a-2*)

Ao contrário do que foi observado nos exemplos anteriormente discutidos, em casos como (18)-(20) o Futuro Simples não exprime qualquer tipo de relação temporal de posterioridade, na medida em que as proposições em que comparece são concebidas como ocorrendo num intervalo que se sobrepõe ao momento da enunciação. Nesse sentido, a contribuição desta forma verbal parece limitar-se à modalização das situações descritas, que nos são apresentadas como meras hipóteses, possibilidades ou conjecturas.

Assim, por exemplo, em (18), “o «pequeno timoneiro» estar gravemente doente” é-nos apresentada como uma possibilidade (não confirmada), válida para o intervalo da enunciação, equivalendo a “o «pequeno timoneiro» deve estar gravemente doente”. Da mesma forma, em (19), “o maior [carrocel] terá cerca de 50 metros” corresponderá a uma formulação do género de “o maior [carrocel] deve ter cerca de 50 metros” e “residirá”, em (20), pode ser parafraseado por “reside provavelmente”.

Note-se que, curiosamente, as paráfrases com o Presente do Indicativo em conjugação com um adverbial modalizador parecem ser mais adequadas para descrever as situações representadas nestas frases do que as que recorrem à forma *ir* + Infinitivo, que veiculam um significado

bastante diferente, o que confirma a observação de que, em casos como estes, o Futuro Simples não projeta as situações com que se combina num intervalo prospetivo. Comparem-se as sequências seguintes, resultantes da manipulação dos exemplos de (18) a (20):

- (21) O «pequeno timoneiro», 91 anos em Agosto, se lá chegar, já não é visto em público desde Fevereiro de 1994 e **provavelmente / possivelmente está** gravemente doente.
- (22) Na fábrica há carrocéis, que não são de brincadeira – o maior **tem provavelmente / possivelmente** cerca de 50 metros, com 35 bastidores de cada lado – e que giram em frente das operárias a ritmos estipulados em função do trabalho que está para sair.
- (23) A explicação para o facto de o carro só ter sido descoberto duas semanas depois **reside provavelmente / possivelmente** na profundidade do precipício e na densa vegetação aí existente.
- (24) O «pequeno timoneiro», 91 anos em Agosto, se lá chegar, já não é visto em público desde Fevereiro de 1994 e ??? **vai estar** gravemente doente.
- (25) Na fábrica há carrocéis, que não são de brincadeira – ??? o maior **vai ter** cerca de 50 metros, com 35 bastidores de cada lado – e que giram em frente das operárias a ritmos estipulados em função do trabalho que está para sair.
- (26) A explicação para o facto de o carro só ter sido descoberto duas semanas depois ??? **vai residir** na profundidade do precipício e na densa vegetação aí existente.

A serem aceites, as configurações integrando a estrutura *ir* + Infinitivo parecem só poder ser interpretáveis se as situações envolvidas forem localizadas num intervalo de tempo posterior ao momento da enunciação (i.e., se, de alguma forma, for expressa uma relação temporal de futuridade), perdendo-se, por outro lado, grande parte do conteúdo modal associado às frases em que comparece o Futuro Simples.

Um outro contexto que tipicamente confere uma interpretação modal de conjectura ao Futuro Simples é aquele em que este tempo gramatical

surge em interação com certas interrogativas, como nos mostra o exemplo que se segue:

- (27) Também é natural que artistas consagrados procurem apoio nos novatos, mas **chegará** para explicar a situação quase anedótica de o consumidor abrir uma revista de espetáculos e perguntar “Mas quem é aquele tipo ali ao lado do Lenny?”, quando o «desconhecido» é um veterano como Curtis Mayfield ou Michael McDonald? (CETEMPúblico, *par=ext23955-soc-93a-1*)

Mais uma vez, o Futuro Simples é utilizado, neste género de construções, para a expressão da dúvida ou da incerteza das proposições a que se aplica num intervalo que inclui o momento da enunciação, facto que é reforçado pela própria natureza semântica das interrogativas. A substituição pela estrutura *ir* + Infinitivo parece dar origem a anomalia semântica (cf. (28)):

- (28) * Também é natural que artistas consagrados procurem apoio nos novatos, mas **vai chegar** para explicar a situação quase anedótica de o consumidor abrir uma revista de espetáculos e perguntar “Mas quem é aquele tipo ali ao lado do Lenny?”, quando o «desconhecido» é um veterano como Curtis Mayfield ou Michael McDonald?

Um último argumento em favor da ideia de que o Futuro Simples expressa essencialmente informação modal, contrastando com a construção *ir* + Infinitivo, que será preferencialmente utilizada para dar conta de relações temporais, prende-se com as (in)compatibilidades manifestadas no que respeita à combinação com verbos modais como “poder” e “dever”.⁶

⁶ Tendo em conta os objetivos deste nosso trabalho, não nos será possível fornecer aqui uma caracterização dos verbos modais e da expressão da modalidade em geral. A este respeito, veja-se, por exemplo, Portner (2009) e, para o Português, Oliveira& Mendes (2013).

Considerem-se os seguintes exemplos:

- (29) A elevada taxa de consanguinidade leva à degradação genética das espécies e **poderá** conduzir ao desaparecimento da população. (CETEMPúblico, *par=ext972609-clt-soc-93a-1*)
- (30) Para além disso, a legislação agora apresentada **poderá** ser ineficaz: como a Internet é uma rede mundial, qualquer fornecedor de serviços pornográficos electrónicos norte-americano **poderá** mudar a sua sede para fora dos Estados Unidos, e prosseguir a sua actividade. (CETEMPúblico, *par=ext1177527-soc-95b-2*)
- (31) O «software» destinado às crianças **poderá** assim, por exemplo, rejeitar as informações cujo conteúdo apenas seja apto para adultos. (CETEMPúblico, *par=ext749442-clt-soc-95b-1*)
- (32) O chefe do Estado só o **poderá** fazer até 28 de Novembro, seis meses antes das presidenciais, pois que após isso fica de mãos atadas pelos preceitos constitucionais. (CETEMPúblico, *par=ext666456-pol-98b-2*)
- (33) «O meu marido **poderá** sair em breve em liberdade condicional, mas se lhe cortaram agora as precárias, se calhar também lhe cortam a liberdade condicional», acrescentou Graciete Flores. (CETEMPúblico, *par=ext6947-soc-97b-1*)

Como os exemplos acima deixam transparecer, o Futuro Simples combina-se, sem grandes problemas, com o verbo “poder”, exprima esta modalidade epistémica (cf. (29) e a primeira ocorrência em (30)), capacidade (cf. a segunda ocorrência em (30) e (31)) ou modalidade deontica (cf. (32)-(33)). Em qualquer destes casos, o Futuro Simples não parece interferir com a expressão dos valores modais observados, podendo mesmo, em certos contextos, reforçá-los.

Se substituirmos as formas de Futuro Simples pela construção *ir* + Infinitivo, verificamos que esta se encontra sujeita a restrições combinatórias bastante relevantes. Em particular, ocasiona anomalia semântica nos contextos em que “poder” exprime modalidade epistémica, só se revelando compatível com o verbo em questão

quando este remete para a manifestação de capacidades ou para a modalidade deôntica, como se pode observar nos exemplos que se seguem:

- (34) A elevada taxa de consanguinidade leva à degradação genética das espécies e ??/* **vai poder** conduzir ao desaparecimento da população. (modalidade epistémica)
- (35) Para além disso, a legislação agora apresentada ??/* **vai poder** ser ineficaz: como a Internet é uma rede mundial, qualquer fornecedor de serviços pornográficos electrónicos norte-americano **vai poder** mudar a sua sede para fora dos Estados Unidos, e prosseguir a sua actividade. (modalidade epistémica; manifestação de capacidade)
- (36) O «software» destinado às crianças **vai poder** assim, por exemplo, rejeitar as informações cujo conteúdo apenas seja apto para adultos. (manifestação de capacidade)
- (37) O chefe do Estado só o **vai poder** fazer até 28 de Novembro, seis meses antes das presidenciais, pois que após isso fica de mãos atadas pelos preceitos constitucionais. (modalidade deôntica)
- (38) «O meu marido **vai poder** sair em breve em liberdade condicional, mas se lhe cortaram agora as precárias, se calhar também lhe cortam a liberdade condicional», acrescentou Graciete Flores. (modalidade deôntica)

Quando tomamos em consideração o verbo modal “dever”, o contraste entre o Futuro Simples e a construção *ir* + Infinitivo parece ser ainda mais evidente. Considerem-se os seguintes exemplos:

- (39) A terceira fase do empreendimento turístico de Covelas, em Amarante, que inclui um parque aquático coberto, **deverá** abrir ao público no segundo trimestre de 1998, anunciou a RTA -- Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA, a empresa promotora. (CETEMPúblico, *par=ext351920-soc-97b-1*)
- (40) O PSD **deverá** reagir hoje em comunicado às conclusões da reunião da direcção socialista. (CETEMPúblico, *par=ext195906-pol-97b-2*)

- (41) E, para esta situação, poderão concorrer as alterações efectuadas recentemente no traçado do IC-9, que, de acordo com informações obtidas pelo município junto da Comissão de Coordenação Regional do Centro, **deverá** agora unir localidades como Tomar, Ourém, Fátima, Batalha, Alcobaça e Nazaré – um dos «principais eixos turísticos do país», segundo Raul Castro. (CETEMPúblico, *par=ext576568-soc-94b-2*)
- (42) Além da fiscalidade sobre a actividade social da empresa «**deverá** obrigatória e anualmente solicitar uma auditoria» sobre os fins do «montante compensatório» devido ao serviço público. (CETEMPúblico, *par=ext439019-clt-91a-2*)
- (43) Em cada lar não **deverá** ser inquirida mais de uma pessoa. (CETEMPúblico, *par=ext859747-pol-91b-1*)

Sequências como as acima apresentadas revelam-nos que o Futuro Simples se combina sem restrições com o verbo “dever” nas suas diversas aceções de cariz modal, em particular quando este exprime modalidade epistémica (cf. (39)-(40)), a atribuição de capacidades (cf. (41)) ou modalidade deôntica (cf. (42)-(43)).⁷ Em qualquer destes casos, o Futuro Simples parece corroborar o valor modal da construção em que comparece.

Em contrapartida, a construção *ir* + Infinitivo é completamente excluída deste género de configurações, dando origem a anomalia semântica quando combinada com o verbo modal “dever”, independentemente do tipo de modalidade envolvida, tal como os seguintes exemplos nos confirmam:

- (44) A terceira fase do empreendimento turístico de Covelas, em Amarante, que inclui um parque aquático coberto, * **vai dever** abrir ao público no segundo trimestre de 1998, anunciou a RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, SA, a empresa promotora. (modalidade epistémica)

⁷ Embora, na ausência de um contexto mais alargado, o exemplo (43) possa receber igualmente uma interpretação epistémica, tal como foi notado por um revisor deste trabalho.

- (45) O PSD * **vai dever** reagir hoje em comunicado às conclusões da reunião da direcção socialista. (modalidade epistémica)
- (46) E, para esta situação, poderão concorrer as alterações efectuadas recentemente no traçado do IC-9, que, de acordo com informações obtidas pelo município junto da Comissão de Coordenação Regional do Centro, * **vai dever** agora unir localidades como Tomar, Ourém, Fátima, Batalha, Alcobaca e Nazaré – um dos «principais eixos turísticos do país», segundo Raul Castro. (manifestação de capacidade)
- (47) Além da fiscalidade sobre a actividade social da empresa «* **vai dever** obrigatória e anualmente solicitar uma auditoria» sobre os fins do «montante compensatório» devido ao serviço público. (modalidade deôntica)
- (48) Em cada lar não * **vai dever** ser inquirida mais de uma pessoa. (modalidade deôntica)

Em suma, e com base nos dados que acabámos de discutir, diremos que o Futuro Simples difere da construção *ir* + Infinitivo na medida em que não manifesta qualquer tipo de restrição combinatória no que aos verbos modais aqui apresentados diz respeito. Por seu turno, a estrutura *ir* + Infinitivo, embora possível em certos contextos, ocasiona frequentemente anomalia semântica quando coocorre com os verbos modais “poder” e “dever”.

Os diversos comportamentos linguísticos manifestados pelo Futuro Simples que analisámos até ao momento – nomeadamente (i) a associação a uma oração condicional implícita, (ii) a possibilidade de exprimir valores inequivocamente modais, em particular no que toca à modalidade epistémica e, embora menos frequentemente, à modalidade deôntica, (iii) a ocorrência em configurações conjeturasais ou hipotéticas cotemporais com o momento da enunciação e (iv) a plena compatibilidade, em termos de possibilidades combinatórias, com os verbos modais “poder” e “dever” – parecem apontar para a ideia de que estamos perante um elemento que veicula informação de natureza essencialmente modal.

Nesse sentido, poderia ser colocada a hipótese de que o Futuro Simples se comportaria como um operador de natureza eminentemente modal,

contrastando com a construção *ir* + Infinitivo, que veicularia informação essencialmente temporal.

No entanto, como teremos oportunidade de verificar em seguida, esta pode tornar-se uma abordagem demasiado simplista, já que existem razões que desaconselham uma tomada de posição tão radical. Em particular, a componente temporal associada ao Futuro Simples parece desempenhar ainda um papel de inegável relevância nas suas possibilidades interpretativas e a construção *ir* + Infinitivo não se revela completamente isenta de “matizes” modais.

3. O Futuro Simples e a expressão da posterioridade

3.1. O Futuro Simples como localizador temporal

Nem sempre o Futuro Simples exprime, de forma inequívoca, valores claramente modais. Como já observámos no início da secção 2 deste trabalho, existem muitos casos em que o Futuro Simples e a construção *ir* + Infinitivo se afiguram semanticamente equivalentes, promovendo a localização das situações com que coocorrem num intervalo posterior ao momento da enunciação. Os exemplos em (2)-(5), aqui repetidos como (49)-(52), ilustram o que acabámos de referir:⁸

(49) Hoje à noite, Collins **vai cantar, dançar, tocar** bateria e **dizer** uma ou outra frase em português, para contento das massas. (CETEMPúblico, *par=ext34132-clt-92b-1*)

(50) Hoje à noite, Collins cantará, **dançará, tocará** bateria e **dirá** uma ou outra frase em português, para contento das massas.

(51) José Carreras e Sarah Brightman **vão interpretar** a canção «Amigos para sempre», Plácido Domingo **vai cantar** o hino olímpico enquanto dez crianças **vão transportar** a bandeira dos anéis depois de arreada e os

⁸ Embora, para alguns falantes, subsista uma diferença interpretativa, ainda que ténue, na medida em que *ir* + Infinitivo descreve uma mera localização num intervalo futuro, asserindo a factualidade da situação em questão, ao passo que o Futuro Simples reteria ainda valores modais relativos a planificação ou a intencionalidade, encontrando-se as predicções sujeitas, por isso mesmo, a eventuais alterações.

norte-americanos de Atalanta, sede dos próximos Jogos, **vão apresentar** um bailado moderno, isto entre muitas outras surpresas.

(52) José Carreras e Sarah Brightman **interpretarão** a canção «Amigos para sempre», Plácido Domingo **cantará** o hino olímpico enquanto dez crianças **transportarão** a bandeira dos anéis depois de arreada e os norte-americanos de Atalanta, sede dos próximos Jogos, **apresentarão** um bailado moderno, isto entre muitas outras surpresas. (CETEMPúblico, *par=ext22362-des-92b-4*)

Em frases como estas, não será fácil estabelecer uma distinção explícita entre o significado associado às formas de Futuro Simples e à construção *ir* + Infinitivo, na medida em que ambos os mecanismos linguísticos parecem contribuir fundamentalmente para a localização prospetiva das eventualidades descritas.⁹

Além disso, e tal como Mória (2017) refere de passagem, não são raros os casos em que o Futuro Simples surge em sequências que exprimem um alto grau de certeza quanto à realização das eventualidades envolvidas num intervalo prospetivo, exibindo, assim, um comportamento perfeitamente análogo ao que caracteriza a construção *ir* + Infinitivo. Os exemplos que se seguem vão ao encontro desta observação:

(53) Donovan **morrerá** efectivamente no final do filme mas, por qualquer motivo, essas palavras de Huppert não funcionam como deveriam funcionar.¹⁰ (CETEMPúblico, *par=ext140116-clt-95a-1*)

(54) Em dia de aniversário, Luís Rouxinol ofereceu a si mesmo a prenda de um triunfo redondo, que com toda a certeza **figurar**á com destaque na colecção de louros da sua carreira. (CETEMPúblico, *par=ext1487915-soc-93b-1*)

⁹ A incerteza que eventualmente possa estar associada a frases como estas, quer no caso do Futuro Simples, quer no da construção *ir* + Infinitivo, parece derivar unicamente da expressão da futuridade que, ao contrário do que sucede com o passado, por não poder ver o seu valor de verdade confirmado no momento da enunciação, abre a possibilidade da consideração de “histórias” ramificantes, i.e., de vários futuros possíveis (cf. a discussão em Dowty, 1979).

¹⁰ Este exemplo poderá também ser interpretado como um caso especial, em que comparece o designado futuro narrativo, cujas propriedades, no entanto, não serão exploradas neste trabalho.

- (55) «No Corunha não **jogará** de certeza absoluta, porque no dia 20 acabou a opção que tinham sobre o jogador e não a exerceram. (CETEMPúblico, *par=ext418075-des-95a-1*)
- (56) As quatro primeiras cabeças de série, vão amanhã lutar por um lugar na final, onde **estará** de certeza uma tenista espanhola. (CETEMPúblico, *par=ext1045249-des-95b-1*)

Dado o elevado grau de certeza manifestado em frases como as que acabámos de apresentar, a interpretação essencialmente temporal do Futuro Simples parece sobrepor-se às eventuais significações modais que lhe possam estar associadas. A confirmar tal observação está o facto de que, como os exemplos seguintes nos comprovam, o Futuro Simples é preferencialmente comutável, nestes contextos, pela construção *ir* + Infinitivo, sendo mesmo, na maior parte dos casos, impossível a paráfrase com verbos modais do tipo de “poder” ou de “dever”:

(57) Donovan {**vai morrer** / # **pode morrer** / # **deve morrer**} efectivamente no final do filme mas, por qualquer motivo, essas palavras de Huppert não funcionam como deveriam funcionar.

(58) Em dia de aniversário, Luís Rouxinol ofereceu a si mesmo a prenda de um triunfo redondo, que com toda a certeza {**vai figurar** / # **pode figurar** / # **deve figurar**} com destaque na colecção de louros da sua carreira.

(59) «No Corunha não {**vai jogar** / # **pode jogar**¹¹ / # **deve jogar**} de certeza absoluta, porque no dia 20 acabou a opção que tinham sobre o jogador e não a exerceram.

(60) As quatro primeiras cabeças de série, vão amanhã lutar por um lugar na final, onde {**vai estar** / # **pode estar** / # **deve estar**} de certeza uma tenista espanhola.

¹¹ Embora, neste caso, seja também perfeitamente possível uma interpretação modal de natureza deontica, equivalente a “não lhe vai ser permitido jogar”, não parece ser esta a leitura preferencial associada ao uso do Futuro Simples no exemplo (55). A aceitabilidade de “não pode jogar de certeza” em exemplos como (59) está relacionada com a negação de uma modalidade fraca que se torna forte (agradeço a um revisor anónimo o ter-me chamado a atenção para este facto). Uma outra questão que exemplos como (54)-(56) e (58)-(60) levantam prende-se com o papel desempenhado pela palavra “certeza” e a sua interação com o Futuro Simples e com os verbos modais. Dado que esta é uma problemática bastante complexa, teremos de a deixar para trabalhos futuros.

O nosso conhecimento do mundo, em particular quando estão em causa certos fenómenos naturais perfeitamente previsíveis, pode contribuir para a emergência de uma interpretação eminentemente temporal do Futuro Simples, como acontece em frases como as que são apresentadas em seguida:

- (61) Com a forma semelhante a uma caveira, o pequeno asteroide 2015 TB145 gira em torno do seu eixo e **passará** próximo da Terra, pela segunda vez, em novembro do próximo ano. (Jornal de Notícias, 26 de dezembro de 2017 às 18:33. Obtido online em <https://www.jn.pt/mundo/interior/asteroide-em-forma-de-caveira-passara-perto-da-terra-em-2018-9009653.html>)
- (62) Mas, quando as chuvas pararem, daqui a umas semanas, e a comida começar a escassear, o destino destes insectos já está marcado: **formarão** imensas nuvens vivas e **migrarão** para as regiões habitadas e cultivadas. (CETEMPúblico, *par=ext1077164-clt-soc-93b-2*)

Neste género de frases, a paráfrase mais adequada para o Futuro Simples parece ser a que contempla a construção *ir* + Infinitivo, dado estar envolvida, também aqui, a expressão de um alto grau de certeza, habitualmente pouco compatível com o recurso a verbos modais:

- (63) Com a forma semelhante a uma caveira, o pequeno asteroide 2015 TB145 gira em torno do seu eixo e {**vai passar** / # **pode passar** / # **deve passar**} próximo da Terra, pela segunda vez, em novembro do próximo ano.
- (64) Mas, quando as chuvas pararem, daqui a umas semanas, e a comida começar a escassear, o destino destes insectos já está marcado: {**vão formar** / # **podem formar** / # **devem formar**} imensas nuvens vivas e {**vão migrar** / # **podem migrar** / # **devem migrar**} para as regiões habitadas e cultivadas.

Um último indicador que parece apontar para a viabilização de uma interpretação essencialmente temporal associada ao Futuro Simples

prende-se com a possibilidade de surgimento desta forma verbal em contextos de localização precisa num intervalo futuro. Vejamos os exemplos em (65)-(67):

- (65) Assim, o Quarteto Cedrón e la Típica **actuará** no Teatro da Trindade, em Lisboa, no dia 18, terça-feira, às 21h45, enquanto o outro grupo, El Vieju Almacén, se **apresentará** no mesmo local e à mesma hora nos dias 19, 20, 21, 22 e 24, e a 23 e 25 às 16h. (CETEMPúblico, *par=ext164521-clt-95a-2*)
- (66) Sempre às 17.30, **teremos** amanhã solistas da Escola Superior de Música de Lisboa fazendo um recital de ópera com «Così fan tutte» de Mozart; no fim-de-semana seguinte, o quarteto inglês Vellinger **tocará** Purcell, Haydn e Britten (dia 11) e o contratenor Manuel Brás da Costa **fará** um recital barroco (dia 12). (CETEMPúblico, *par=ext323185-clt-97b-1*)
- (67) O Primeiro-Ministro **discursará** ao fim da manhã, depois segue para o encerramento do Congresso da Juventude Socialista, em Portimão, mas os ministros dividir-se-ão por todo o dia. (CETEMPúblico, *par=ext75528-pol-98a-1*)

Os diferentes adverbais temporais, ao fornecerem uma localização precisa para as eventualidades no Futuro Simples com que se combinam, parecem propiciar-lhes uma interpretação preferencialmente temporal de localização num intervalo bem definido, posterior ao momento da enunciação.¹² A confirmar esta ideia, saliente-se a alternância entre o Futuro Simples (“discursará”) e o Presente do Indicativo com valor futuro

¹² Um revisor anónimo deste trabalho, a quem agradeço, chama a atenção para o facto de que, na presença de adverbais de localização temporal, são igualmente admitidas leituras com um valor modal bastante evidente, como sucede, por exemplo, nas frases de (11) e (12), aqui repetidas por comodidade em (i)-(ii):

(i) A taxa de inflação em Espanha **alcançará** (= deve alcançar) 2,5 por cento em 1998, de acordo com as previsões do jornal económico «Expansion», com base em estimativa de analistas. (CETEMPúblico, *par=ext57832-eco-97b-2*)

(ii) São 19 horas em Newcastle (Inglaterra) e o navio vai zarpar dentro de poucos minutos, rumo a Bergen, na Noruega, onde só **chegará** (= deve chegar) na tarde do dia seguinte. (CETEMPúblico, *par=ext17258-soc-95b-1*)

("segue") no exemplo (67), sem que seja notório, no contexto em apreço, qualquer tipo de divergência, em termos de modalização, entre as duas formas em questão.¹³

Em suma, embora, como deixámos claro na secção 2, o Futuro Simples manifeste de modo inequívoco valores de cariz modal, isso não significa que esta forma verbal tenha perdido por completo a capacidade de localização temporal num intervalo futuro. Pelo contrário, como acabámos de observar, são múltiplos os contextos em que o Futuro Simples recebe uma interpretação preferencial de localizador temporal que remete para a posterioridade, nomeadamente quando se encontra explicitamente indicado um alto grau de certeza, quando as situações envolvidas são, de alguma forma, previsíveis ou nos casos de expressão de uma localização temporal precisa.

3.2. Restrições às leituras puramente modais do Futuro Simples

Como já foi referido anteriormente, um dos contextos em que o Futuro Simples, de modo mais evidente, exprime valores de cariz modal é o designado futuro conjetural ou hipotético (cf. Martin, 1987; Gennari, 2000; 2002; Rocci, 2000).

Neste género de configurações, o Futuro Simples não localiza necessariamente uma situação num intervalo de tempo posterior ao

Independentemente da intervenção de outros fatores linguísticos que possam interferir na interpretação final das situações envolvidas, é importante notar que a delimitação, em termos temporais, imposta pelos adverbais de localização representados nestes exemplos ("em 1998" ou "na tarde do dia seguinte") não se revela tão "restritiva" quanto aquela que podemos observar em frases como (65)-(66). Não será, portanto, o tipo de adverbial mas o "nível" ou "grau" de precisão na determinação temporal que estará em causa: quanto mais precisa ou exata é a localização da situação, maior a tendência para a interpretação temporal atribuída ao Futuro Simples. A confirmar uma tal hipótese, observe-se a manipulação do exemplo (ii), em que a substituição do adverbial "na tarde do dia seguinte" por "no dia seguinte, exatamente às 19.45 h" altera substancialmente a leitura preferencial da frase, remetendo para uma interpretação temporal do Futuro Simples:

(iii) São 19 horas em Newcastle (Inglaterra) e o navio vai zarpar dentro de poucos minutos, rumo a Bergen, na Noruega, onde só **chegar** (= vai chegar) na tarde do dia seguinte, exatamente às 19.45 h.

O papel desempenhado pelos diferentes tipos de adverbais de localização temporal nas interpretações preferenciais do Futuro Simples merece, sem dúvida, uma investigação mais aprofundada, que teremos de fazer para trabalho posterior.

¹³ Esta observação leva-nos a considerar a necessidade de questionar qual a relação entre o Futuro Simples e o Presente do Indicativo com interpretação futurativa em contextos em que as duas formas coexistem. No entanto, teremos de deixar uma análise mais aprofundada deste tópico para um trabalho futuro.

momento da enunciação, dando conta de uma conjectura ou de uma hipótese, i.e., apresenta a proposição com que se combina como uma possibilidade em aberto, válida para um período de tempo que tipicamente inclui o momento da fala. Os exemplos que se seguem ilustram o uso conjectural ou probabilístico associado à referida forma verbal:

- (68) A notícia, difundida entre nós pela Lusa, acrescenta que Sintra **estará agora** sob maiores cuidados devido a um recente ataque cardíaco. (CETEMPúblico, *par=ext750298-nd-96b-2*)
- (69) Assim, a maior parte dos trabalhadores despedidos nessa altura **viverá agora** com «mais problemas», e a doença, a insegurança e a solidão são as situações mais evidenciadas. (CETEMPúblico, *par=ext399485-nd-91b-2*)
- (70) Antes de feitas todas as contas, o vice-presidente Fernando Gomes garantiu que o FC Porto **terá agora** mais de 112.500 sócios, a que corresponde um encaixe directo de mais de 60 mil contos (cada novo associado pagou três meses de quotas). (CETEMPúblico, *par=ext77150-des-95a-1*)

As diferentes situações no Futuro Simples representadas nos exemplos de (68)-(70) manifestam duas características comuns: por um lado, são consideradas cotemporais em relação ao momento da enunciação, e não a um qualquer intervalo de tempo futuro (cf. a compatibilidade com o adverbial “agora”); por outro, são concebidas apenas como meras hipóteses não confirmadas, como conjecturas, veiculando informação deixada em aberto, não assumida ou validada pelo locutor.

No entanto, e como observado já por diversos autores (cf. Gennari, 2000; 2002; Rocci, 2000), este futuro conjectural está sujeito a importantes restrições. Em particular, parece só funcionar quando a predicação com que comparece descreve um estado, sendo os diversos tipos de eventos excluídos deste género de configuração. Comparem-se os exemplos que se seguem:

- (71) O João terá agora uns cinquenta anos. (estado)
- (72) A Maria viverá agora em Paris. (estado)

- (73) * O João fará agora festas ao seu gato. (processo)
- (74) * A Maria comerá agora a sopa. (processo culminado)
- (75) * O Pedro ligará agora o rádio (culminação)¹⁴

No sentido de confirmar tal observação, podemos invocar o facto de que, quando os eventos sofrem alterações, em termos aspetuais, que conduzam a um qualquer processo de “estativização”, passam a poder integrar este tipo de configurações. Assim, por exemplo, sempre que eventos básicos comparecem em sequências que remetem para a habitualidade (cf. (76)-(77)) ou sob o escopo do operador de Progressivo (cf. (78)-(79)), contextos que lhes conferem propriedades inequivocamente estativas, a emergência de uma leitura conjetural do Futuro Simples é imediatamente viabilizada:¹⁵

- (76) O João **fumará** (= é possível que fume / deve fumar) agora dois maços de cigarros por dia.
- (77) Tendo tido conhecimento das suspeitas da polícia, os traficantes **venderão** (= é possível que vendam / devem vender) agora a droga em bairros mais periféricos.
- (78) Outros analistas estão alarmados porque o «pipeline» atravessa a montanha Tarhuna, onde Kadhafi **estará a construir**, de acordo com informações dos serviços de espionagem americanos e europeus, uma central de armas químicas e biológicas. (CETEMPúblico, *par=ext5944-pol-97b-1*)
- (79) Crê-se que Fergie, que tem estado de férias, ainda não concluiu o livro, pois **estará a preparar** outro capítulo sobre o processo de divórcio de Carlos e Diana. (CETEMPúblico, *par=ext77546-soc-96b-1*)

É importante sublinhar, no entanto, que esta interpretação puramente conjetural ou probabilística do Futuro Simples não é obrigatória,

¹⁴ Excluimos aqui, naturalmente, o significado de “agora” correspondente a “dentro de momentos”, já que este licencia uma projeção futura das situações envolvidas, perfeitamente compatível com qualquer classe aspetual de predicacões.

¹⁵ Para um conjunto de argumentos em favor da ideia de que o operador de Progressivo funciona como um verdadeiro estativizador, veja-se Dowty (1979) e Cunha (1998); para a relação entre habitualidade e estatividade, veja-se Katz (1995) e Cunha (2004/2007; 2006; 2012).

mesmo com estados. Na verdade, encontramos no *corpus* uma amostra significativa de ocorrências em que predicções de natureza estativa são localizadas num intervalo futuro, como os exemplos que se seguem deixam bem claro:

- (80) E porque as flores e os livros sempre se deram bem, algumas floristas **estarão** (= vão estar) logo à entrada, deixando as suas folhas coloridas competir com o preto e branco dos livros. (CETEMPúblico, *par=ext659394-clt-95a-2*)
- (81) Hoje e amanhã, o Papa **viverá** (= vai viver), em Varsóvia, os dois dias que se poderão considerar como os mais importantes desta visita. (CETEMPúblico, *par=ext257614-soc-91a-1*)
- (82) A nova fábrica empregará 150 trabalhadores e **terá** (= vai ter) uma capacidade de produção anual de três mil toneladas. (CETEMPúblico, *par=ext984939-eco-91b-1*)

Naturalmente, esta possibilidade de localização num intervalo futuro estende-se também aos estados derivados, nomeadamente em contextos de habitualidade (cf. (83)) ou sob escopo do progressivo (cf. (84)):

- (83) O presidente do Corunha, Augusto Lendoiro, afirmou que o atacante brasileiro José Roberto Gama de Oliveira (Bebeto) **jogará** (= vai jogar) nas três próximas épocas naquele clube espanhol. (leitura habitual, não episódica) (CETEMPúblico, *par=ext973024-des-92b-1*)
- (84) O novo edifício do Hospital de Setúbal, para onde vão passar os serviços cirúrgicos, **estará a funcionar** (= vai estar a funcionar) totalmente em Março ou Abril de 1997 e permitirá à unidade aumentar a sua capacidade das actuais 384 camas para mais de 500. (CETEMPúblico, *par=ext45129-soc-96b-1*)

Em suma, podemos afirmar que, embora seja possível obter interpretações puramente modais do Futuro Simples – nomeadamente a designada leitura conjetural ou hipotética –, estas parecem, por um lado, estar sujeitas a um conjunto de restrições semânticas bastante relevantes

e, por outro, não invalidam a atribuição de um valor de natureza essencialmente temporal à forma verbal em questão.

4. Contributos para uma caracterização semântica do Futuro Simples

Os dados que fomos examinando ao longo do presente trabalho deixam antever que a caracterização semântica do Futuro Simples envolve um nível de complexidade bastante elevado. No sentido de tentarmos compreender algumas das propriedades mais relevantes que identificam esta forma verbal, passaremos, em seguida, a uma breve discussão de diferentes hipóteses de análise, confrontando-as com as observações que efetuámos nas secções precedentes.

Uma primeira possibilidade seria encarar o Futuro Simples como um mero operador modal, distinguindo-o, assim, da construção *ir* + Infinitivo, que veicularia informação essencialmente temporal de posterioridade.

Tratamentos eminentemente modais do Futuro Simples são-nos oferecidos, por exemplo, em Giannakidou & Mari (2013; 2018) para o Grego e para o Italiano. As autoras consideram que o Futuro Simples funciona sempre como um operador modal, apoiando-se na ideia de que a projeção de uma eventualidade num intervalo que ainda não teve lugar no momento da enunciação inviabiliza a atribuição de um valor de verdade às predicções envolvidas. Nesta conceção, o futuro é encarado como necessariamente “ramificante” e a escolha das situações representadas depende, em grande medida, do conjunto de conhecimentos atribuídos ao locutor. Giannakidou & Mari não deixam, contudo, de reconhecer a necessidade de distinguir dois tipos de interpretação para o Futuro Simples: uma leitura epistémica (‘epistemic reading’), equivalente àquela que identificámos aqui como futuro conjectural, e uma leitura preditiva (‘predictive reading’), mais próxima de uma interpretação essencialmente temporal.

Seja como for, atribuir ao Futuro Simples uma caracterização unicamente modal – tomando a modalidade em sentido estrito – levanta problemas de inegável relevância.

Em primeiro lugar, a par com os seus usos claramente modais (epistémicos ou deônticos), discutidos na secção 2, observámos, em

3.1., que o Futuro Simples manifesta igualmente a possibilidade de se comportar como um localizador temporal, em particular em contextos que favorecem um alto grau de certeza, em que as situações representadas são previsíveis ou em que está envolvida, de uma forma ou de outra, a expressão da localização precisa das eventualidades. Como vimos, neste género de configurações o Futuro Simples não pode ser substituído por um operador modal do género de “poder” ou de “dever”, remetendo, pelo contrário, para a localização das situações num intervalo posterior ao momento da enunciação e equivalendo à estrutura *ir* + Infinitivo.¹⁶

Em segundo lugar, a consideração do Futuro Simples como um operador modal deixa por resolver duas questões importantes. A primeira prende-se com as restrições impostas à sua interpretação conjetural, nomeadamente no que respeita à possibilidade de as hipóteses ou conjeturas apresentadas no Futuro Simples estabelecerem uma relação de sobreposição com o momento da enunciação: por que razão apenas os estados podem receber este tipo de interpretação? Como explicar a inviabilidade de leituras conjeturais ou hipotéticas sobrepostas a *t0*¹⁷ com eventos? O segundo problema com que teremos de nos confrontar diz respeito à possibilidade de localização de estativos num intervalo futuro: se o Futuro Simples fosse um mero operador de modalidade, permitindo leituras de sobreposição ao momento presente, como explicar os casos como (80) (aqui repetido, por comodidade, em (85)) em que os estativos são projetados num intervalo posterior ao momento da enunciação?

- (85) E porque as flores e os livros sempre se deram bem, algumas floristas **estarão** (= vão estar) logo à entrada, deixando as suas folhas coloridas competir com o preto e branco dos livros. (CETEMPúblico, *par=ext659394-clt-95a-2*)

Finalmente, há que admitir que, em Português Europeu, a expressão de valores modais em contextos de posterioridade não se restringe ao

¹⁶ Na terminologia de Giannakidou & Mari (2018), estes usos do Futuro Simples corresponderiam à designada “predictive reading”.

¹⁷ Assumimos aqui que *t0* é o tempo mais básico a partir do qual se podem localizar as diferentes situações, equivalendo, assim, ao momento da enunciação.

Futuro Simples. Na verdade, como os exemplos que se seguem nos demonstram, também a estrutura *ir* + Infinitivo pode veicular informação de natureza modal, nomeadamente quando ocorre no contexto de orações condicionais.¹⁸ Nessa medida, somos forçados a reconhecer que a expressão da modalidade associada ao Futuro Simples não parece constituir um fator distintivo suficientemente sólido no sentido de estabelecer uma fronteira cabal entre as suas propriedades semânticas e as que caracterizam a construção *ir* + Infinitivo.

- (86) Se ganhar o euromilhões, o João **vai comprar** um Ferrari.
- (87) Só que, desta vez, existe uma diferença: os partidos nacionalistas, se ganharem, **vão estar** no poder nas respectivas zonas de influência e vão ter de governar. (CETEMPúblico, *par=ext204734-nd-96b-2*)
- (88) Se, em Portugal, se der mais atenção ao basquetebol e se trabalharem o suficiente, o nível **vai melhorar** bastante». (CETEMPúblico, *par=ext668245-des-91a-2*)

Embora obrigatoriamente localizadas num intervalo posterior a t_0 , as predicções com *ir* + Infinitivo, em virtude das propriedades semânticas das construções condicionais em que se integram, não podem ser concebidas como necessariamente verdadeiras num tempo futuro, ou seja, exprimem, de alguma forma, um valor modal de probabilidade ou de hipótese (e.g., em (86), está longe de ser garantida a veracidade de “o João comprar um Ferrari” num qualquer intervalo posterior ao momento da enunciação), aproximando-se, assim, de configurações em que ocorre o Futuro Simples em idênticos contextos.¹⁹

¹⁸ Embora, como nota um dos revisores deste trabalho, o recurso ao Presente do Indicativo seja, no contexto deste género de condicionais, o mais natural e frequente, teremos de deixar para uma próxima oportunidade a análise das construções envolvendo o referido tempo gramatical, uma vez que, ao longo do nosso trabalho, nos temos centrado essencialmente no contraste entre o Futuro Simples e a construção *ir* + Infinitivo.

¹⁹ Se é certo que, como apontado por um revisor deste trabalho, o valor modal destas frases depende da construção condicional na sua globalidade, não deixa, contudo, de ser igualmente verdade que a estrutura *ir* + Infinitivo se revela perfeitamente compatível com este tipo de leitura, o que indicia, em contextos adequados, a possibilidade da sua interpretação em termos modais.

Como consequência destas observações, podemos afirmar que, em condições adequadas, a estrutura *ir* + Infinitivo pode, também ela, receber interpretações em que a modalidade está envolvida²⁰, pelo que a hipótese de considerar o Futuro Simples como um operador puramente modal, distinguindo-se, assim, da construção *ir* + Infinitivo, que teria uma função unicamente temporal, parece não se adequar aos factos aqui discutidos.

Uma segunda possibilidade de análise para o Futuro Simples, subjacente, por exemplo, a trabalhos como os de Condoravdi (2003) [citado em Mari, 2009], Falaus & Laca (2014), Laca (2016), e, em certa medida, Mari (2009), apresenta esta forma verbal como sendo “ambígua” entre uma interpretação temporal e uma leitura modal. Nesse sentido, certas propriedades (semânticas ou pragmáticas) que lhe estão associadas permitiriam desambiguá-la, obtendo-se, assim, a interpretação relevante em cada tipo de contexto.²¹

Embora um tratamento deste género nos permita dar conta – pelo menos de um modo parcial – de alguns dos factos observados (nomeadamente da sensibilidade do Futuro Simples às classes aspetuais das predicções com que se combina²²), não deixa, contudo, de colocar desafios difíceis de ultrapassar.

Se o Futuro Simples é concebido como “ambíguo” entre uma interpretação modal e uma leitura temporal, como explicar casos, como os observados na secção 2, em que valores temporais (de posterioridade) e modais (deónticos ou epistémicos) se combinam numa mesma

²⁰ Este facto está, naturalmente, relacionado com a própria natureza do tempo futuro, uma vez que a projecção para um intervalo posterior ao momento da enunciação – mesmo se efetuada por tempos gramaticais como o Presente do Indicativo – acaba por envolver, de uma forma ou de outra, um certo nível de modalização. É, aliás, por isso mesmo que Dowty (1979) propõe que o futuro é ramificado em vários mundos possíveis.

²¹ Dada a grande diversidade e a complexidade das diferentes hipóteses de tratamento para o Futuro Simples mencionadas, não nos será possível proceder aqui à sua exploração, deixando esta análise comparativa para trabalhos futuros.

²² De uma forma muito simplista, diríamos que, sempre que estão presentes eventos, obtemos uma interpretação essencialmente temporal; a presença de estativos favoreceria, por seu lado, uma leitura modal, “desambiguando” as possibilidades interpretativas subjacentes ao Futuro Simples. No entanto, e como notado por um revisor deste trabalho, em muitos casos de eventos a leitura temporal do Futuro Simples é acompanhada por informação inequivocamente modal. É o que sucede, por exemplo, numa frase como “A Maria casará no próximo ano”, em que, à localização num intervalo futuro parece estar indissociavelmente ligada a expressão da dúvida ou da incerteza, o que não ocorre com as estruturas equivalentes envolvendo o Presente do Indicativo ou *ir* + Infinitivo (cf. “A Maria vai casar no próximo ano / A Maria casa no próximo ano”).

ocorrência? Os exemplos (89)-(90), que aqui retomamos, ilustram bem o problema que acabámos de expor:

(89) Por outro lado, o Partido Popular, que se opõe veementemente a laços mais estreitos com a Europa, **ganhará** (= pode ganhar) mais um deputado, ficando com 26, segundo esta projecção inicial. (CETEMPúblico, *par=ext4242-pol-91b-1*)

(90) São 19 horas em Newcastle (Inglaterra) e o navio vai zarpar dentro de poucos minutos, rumo a Bergen, na Noruega, onde só **chegará** (= deve chegar) na tarde do dia seguinte. (CETEMPúblico, *par=ext17258-soc-95b-1*)

Como já referido em 2, frases como (89)-(90) combinam a localização da predicação no Futuro Simples num intervalo posterior ao momento da enunciação com um inequívoco valor modal epistémico, confirmado pela possibilidade das paráfrases obtidas a partir dos verbos modais “poder” ou “dever”. Ora, a conjugação de informação temporal e modal numa mesma sequência torna pouco defensável uma abordagem baseada na ideia de “ambiguidade”, sobretudo se a concebermos como uma opção entre dois valores possíveis, independentes entre si, associados ao Futuro Simples, visto que uma análise nestes termos suporia, em princípio, uma escolha clara entre uma leitura temporal ou uma interpretação modal.²³

Por outro lado, considerar o Futuro Simples como “ambíguo” entre leituras temporais e modais dificultaria a adoção de um tratamento unificado para a forma verbal em questão, tratamento esse que, em nossa opinião, se constitui como a estratégia mais adequada tendo em vista a descrição dos factos aqui discutidos.

É nesse sentido que autores como Gennari (2000; 2002) propõem para o Futuro Simples uma análise que envolve a consideração simultânea e integrada de fatores temporais e modais.

²³ Estamos a pensar aqui em concepções que assumem que, sob um certo ponto de vista, existem dois Futuros Simples, relativamente independentes entre si, um de natureza temporal, outro de cariz modal. Se optarmos por considerar que existe apenas um Futuro Simples e que este pode assumir ou valores modais ou valores temporais, o problema sob análise persiste, na medida em que será necessário estabelecer em que contextos é que esta forma veicula cada uma das interpretações referidas e por que razão em alguns casos é possível encontrar construções em que ambas são viabilizadas e outros em que apenas uma delas parece ocorrer.

Em primeiro lugar, Gennari assume que o Futuro Simples veicula consistentemente informação temporal de posterioridade. Isto permite explicar o facto de que, tipicamente, os eventos ocorrem sempre num intervalo posterior a $t0$, revelando-se incompatíveis com as designadas configurações conjecturais, dado estabelecerem com o seu intervalo de localização uma relação obrigatória de inclusão (cf. Kamp & Rhorer, 1983; Kamp & Reyle, 1993).²⁴ Ora, sendo este intervalo necessariamente posterior ao momento da enunciação e estando os eventos nele incluídos, a única relação possível é a de posterioridade, o que explica a anomalia semântica de sequências como “# Neste momento, a Ana dormirá / fará o almoço / partirá um copo”.

Os estativos, pelo contrário, na medida em que estabelecem com o seu intervalo de localização uma relação típica de sobreposição, podem, em condições apropriadas, prolongar-se para além deste, sobrepondo-se, assim, ao momento da enunciação. Em tais condições, obteríamos as designadas interpretações conjecturais, que, como vimos, estão limitadas à comparência de situações não dinâmicas. No entanto, como já foi observado anteriormente, as predicções estativas podem ocorrer também em intervalos totalmente posteriores a $t0$, o que reforçaria a ideia de que o Futuro Simples veicula efetivamente informação temporal de posterioridade.

Concomitantemente, o Futuro Simples transmitiria informação modal epistémica e eventualmente deontica, que se tornaria mais relevante nos casos em que a sua função temporal fosse menos saliente – o que explicaria as interpretações conjecturais ou hipotéticas sobrepostas ao momento da enunciação –, quando fosse tido em conta, de um modo implícito ou explícito, na computação final das frases, o papel desempenhado pelo contexto conversacional (‘Conversational Background’; cf. Kratzer, 1981), ou seja, o conjunto de premissas, crenças e assunções que fazem parte da base de conhecimento comum aos participantes de uma determinada

²⁴ Uma explicação alternativa para a impossibilidade de comparência dos eventos no contexto de configurações conjecturais com Futuro Simples e sobreposição ao momento da enunciação, baseada em questões de epistemicidade, que, por limitações de espaço, não teremos oportunidade de explorar aqui, é-nos oferecida em Rocci (2000).

conversação, ou quando a existência de uma condicional implícita fosse tomada em consideração.

Dado que a construção *ir* + Infinitivo não permite leituras de sobreposição a *t0*, mesmo quando estão em causa predicções estativas (cf. o contraste entre (91) e (92)) e não supõe normalmente a existência de uma condicional implícita, as leituras modais a ela associadas serão, naturalmente, muito mais limitadas em comparação com o que se passa com o Futuro Simples.

(91) Neste momento, os traficantes **estarão** no Brasil.

(92) # Neste momento, os traficantes vão estar no Brasil.

Em síntese, e tomando em consideração os dados discutidos neste trabalho, podemos afirmar que o Futuro Simples combina informação de natureza tanto temporal quanto modal, dependendo a leitura final das predicções em que comparece de uma complexa inter-relação dinâmica entre estes dois fatores.

5. Conclusão

O comportamento linguístico manifestado pelo Futuro Simples em Português Europeu parece apontar para o facto de que esta forma verbal oscila entre a veiculação de informação temporal de posterioridade e de informação modal, particularmente de cariz epistémico.

Se, por um lado, as designadas leituras conjecturais, as configurações que supõem a consideração de uma oração condicional implícita e outras interpretações em que o Futuro Simples é parafraseável por verbos modais do género de “poder” ou de “dever” apontam para uma caracterização eminentemente modal desta forma verbal, os contextos que favorecem um alto grau de certeza, em que as situações representadas são, de algum modo, tidas como verdadeiras ou em que está envolvida a expressão de uma localização precisa, por outro, parecem remeter para a consideração de uma função essencialmente temporal.

Sob este ponto de vista, das diversas opções de análise que foram consideradas no presente trabalho, parece-nos preferível a adoção de um tratamento que integre, de uma forma dinâmica e interdependente, as componentes temporais e modais associadas ao Futuro Simples.

Uma questão que terá de ficar para trabalhos futuros diz respeito à caracterização de uma distinção clara entre o Futuro Simples e a construção *ir* + Infinitivo. Se, como vimos, ambos parecem poder expressar temporalidade e modalidade, o que os diferencia, afinal? Uma possível resposta poderá passar pelas restrições temporais e modais a que cada uma destas formas se encontra sujeita, o que nos obrigará a prestar especial atenção aos contextos em que tais estruturas divergem no seu comportamento linguístico.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pelo suporte financeiro à investigação conducente a este trabalho; ao Centro de Linguística da Universidade do Porto por todo o apoio que me tem prestado; ao grupo de semântica do CLUP pela discussão de alguns dos problemas que me foram surgindo e aos dois revisores deste artigo pelos valiosos comentários, que em muito contribuíram para o melhorar.

REFERÊNCIAS

Condoravdi, C. 2003. Moods and modalities for *will* and *would*. Comunicação apresentada ao Colóquio de Amsterdão. Citada em Mari (2009).

Cunha, L. F. 1998. *As Construções com Progressivo no Português: uma Abordagem Semântica*. Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Cunha, L. F. 2004. *Semântica das Predicações Estativas: para uma Caracterização Aspectual dos Estados*. Dissertação de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Publicado em 2007, Munique, Lincom Europa.

Cunha, L. F. 2006. Frequência vs. habitualidade: distinções e convergências. In *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*. León: Sociedad Española de Lingüística, 333-357. Disponível online em <http://www3.unileon.es/dp/dfh/SEL/actas/Cunha.pdf>

Cunha, L. F. 2012. Frequentative and habitual structures: similarities and differences. In C. Schnedecker & C. Ambrecht (eds.), *La Quantification et ses Domaines – Actes du Colloque de Strasbourg*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 339-352.

Dowty, D. 1979. *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: Reidel Publishing Company.

Falaus, A. & Laca, B. 2014. Les formes de l'incertitude. Le futur de conjecture en espagnol et le présomptif futur en roumain. *Revue de Linguistique Romane*, 78: 313-366.

Gennari, S. 2000. Semantics and pragmatics of future tenses in Spanish. In *Hispanic Linguistics at the Turn of the Millennium*, 264-281.

Gennari, S. 2002. Spanish past and future tenses: less (semantics) is more. In J. Gutiérrez-Rexach (ed.), *From Words to Discourse: Trends in Spanish Semantics and Pragmatics*. Amsterdam: Elsevier, 21-36.

Giannakidou, A. & Mari, A. 2013. A two dimensional analysis of the future: modal adverbs and speaker's bias. In *Proceedings of the Amsterdam Colloquium 2013*, 115-122.

Giannakidou, A. & Mari, A. 2018. A unified analysis of the future as epistemic modality. *Natural Language & Linguistic Theory*, 36 (1): 85-129.

Kamp, H. & Reyle, U. 1993. *From Discourse to Logic. Introduction to Model-Theoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Kamp, H. & Rohrer, C. 1983. Tense in texts. In R. Bauerle, C. Schwarze & A. von Stechow (eds.), *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin: Walter de Gruyter, 250-269.

Katz, E. 1995. *Stativity, Genericity and Temporal Reference*. Dissertação de Doutoramento, University of Rochester, Department of Linguistics.

Kratzer, A. 1981. The notional category of modality. In H. J. Eikmeyer & H. Rieser (eds.) *Words, Worlds and Contexts. New Approaches in World Semantics*. Berlin: de Gruyter, 38-74.

Laca, B. 2016. Variación y semántica de los tiempos verbales: el caso del futuro. Working paper disponível online em <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01533046/>

Mari, A. 2009. Disambiguating the Italian future. In *Proceedings of Generative Lexicon*, 209-216.

Martin, R. 1981. Le futur linguistique: temps linéaire ou temps ramifié? (à propos du futur et du conditionnel français). *Langages*, 64: 81-92.

Móia, T. 2017. Aspetos da gramaticalização de *ir* como verbo auxiliar temporal. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 3: 213-239.

Oliveira, F. 1986. O Futuro em Português: alguns aspectos temporais e/ou modais. In *Actas do I Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 353-374.

Oliveira, F. & Mendes, A. 2013. Modalidade. In E. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. Mota, L. Segura & A. Mendes (orgs.), *Gramática do Português*, Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 623-672.

Portner, P. 2009. *Modality*. Oxford: Oxford University Press.

Rocci, A. 2000. L'interprétation épistémique du futur en italien et en français: une analyse procédurale. *Cahiers de Linguistique Française*, 22: 241-274.

Silva, A. 1997. *A Expressão da Futuridade na Língua Falada*. Dissertação de doutoramento, Campinas, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem.

Stage, L. 2002. Les modalités épistémique et déontique dans les énoncés au futur (simple et composé). *Revue Romane*, 37 (1): 44-66.

The internal syntax of adjectival quantification in Romance

Fernando Martinho
fmart@ua.pt
Universidade de Aveiro

ABSTRACT

The theoretical framework of this paper is based on the Extended Adjectival Projection hypothesis first introduced by Corver (1997). In *Absolute Measure Phrase constructions* (AMPC), of the “2m tall” type, we argue that, in the Romance equivalent “*alto de 2m*”, the adjective first merges with the functional item ‘*de*’, and then with an inflected functional head, above the MP position. As there is independent motivation that this position is [Spec, QAP], we consider ‘*de*’ as a spell-out of the functional quantifier head QA^o. We propose the *Adjectival Linker Hypothesis* (ALH), in which ‘*de*’ is a binding particle whose function is to allow the projection of absolute measurement expressions in Romance gradable adjectives syntax. The data resulting from the insertion of ‘*de*’ is then crossed with other adjectival expressions in Romance, Germanic and Scandinavian, in which the QA position is alternatively filled by different QA spell-outs. Further Romance data is then confronted with some cases of pseudopartitive adjectival ‘*de*’ in a Small Clause like configuration. We finally introduce a MP parameter to justify how variations affect the adjectival expressions of measurement across languages, and how and why the functional head QA may be null or filled with ‘*de*’, therefore postulating a phonetically null form as one of its various spell-outs. In the absence of an absolute MP and its related ALH, QA is alternatively filled with regular, lexical spell-outs such as superlative suffixes or autonomous morphemes. Lastly, in the case of *relative MP* expressions, a functional head DegA is lexically filled with a degree morpheme, switching the whole adjectival expression to a comparative form.

KEYWORDS

Adjectival phrase, gradable adjectives, quantifier, degree morpheme, measure phrase, predicate inversion, pseudopartitives, small clause.

0. Introduction

Within the semantics of gradable adjectives, two complementary cases of adjectival constructions involving expressions of measurement can be identified. In the first case, the interpretation of a gradable adjective is a function of the relation between an ‘*absolute extension*’ and the reference entity. In the second one, the gradable adjective is associated with a differential or ‘*relative extension*’ in which the adjectival degree is compared to a reference degree by means of a fixed-value quantified expression (Kennedy, 1997).

Now, a fundamental difference between the groups of languages analyzed here - Germanic and Scandinavian languages, on the one hand, and Romance languages on the other- is that, in the first group, gradable adjectives can be freely combined with expressions that denote ‘*absolute extension*’ reading – as *2 m* in (1.a) -or ‘*relative extension*’ reading – as *5 cm* in (1.b) -, whereas, in Romance, the adjective can only be combined with expressions denoting ‘*relative extension*’ reading - (2. b) is grammatical but (2.a) is not:

(1) a. John is [**2 m tall**]

(English)

b. John is [**5 cm taller**] than Mary

(2) a. * O João é [**2 m**] alto]

(Portuguese)

b. O João é [mais alto **5 cm**] que a Maria

The João is more tall 5 cm than the Maria

The ‘*absolute extension*’ denotation, however, is partially available in Romance, when the quantified expression is inserted in a PP to the right of the adjectival head (3.b):

¹ I would like to thank the two anonymous reviewers for their comments and relevant suggestions, which have greatly benefited this work.

- (3) a. * [**150 milhões de km distante**], o Sol é uma pequena estrela
(Portuguese)
150 millions of km distant, the sun is a small star
b. [**Distante de 150 milhões de km**], o Sol é uma pequena estrela
distant of 150 millions of km

The previous examples bring up several issues relevant to the adjectival syntax, such as the apparent adjectival movement away from the *absolute extension*: unlike *tall* in (1.a), the adjective *distante* in (3.b), is on the left of **150 milhões de km**. Another intriguing matter is the item ‘*de*’, whose presence does not seem to be motivated by argument structure. Let us therefore devote our reflection to these questions: (i) How can we account for word order in (1), (2) and (3)? (ii) How do we justify the insertion of ‘*de*’ in (3.b)?

1. Adjectival MP constructions

One of the syntactic characteristics of the Germanic and Scandinavian languages is the way quantified expressions, which surface usually as quantified DPs, integrate the functional domain of the adjective. These ‘Measure Phrases’ (MP) (Ross, 1964) appear to verify superficial adjacency on the left of the head A° , as seen in the examples of *adjectival MP constructions* (AMPC) in (4). In these absolute measurement constructions, where the interpretation of the adjective is a function of the relation between an ‘*absolute extension*’ (of fixed value, such as ‘2m’) and the entity referred to, the gradable adjectival system is a head-final AP projection:²

(4) **Absolute AMPC{MP+A}** (*Germanic and Scandinavian languages*)

- a. This door is [**80 cm**] **wide**
(English)

² Cf. Martinho (2007:397)

- b. Ei [**200 kroners**]dyr lampe
 (Norwegian)
 one 200 crowns expensive lightbulb
- c. [**100 Tonnen**] schwer
 (German)
 100 tons heavy
- d. Jan is [**2 boekenrijk**]
 (Dutch)
 Jan is 2 books rich

In these languages³, there is a second type of *adjectival MP construction*, where the MP now receives a *relative reading*: in these *relative* (or *comparative*) *measurement constructions*, the interpretation of the gradable adjective is a function of the difference between the measurement and a reference value, as measured by a ‘*differential extension*’ of fixed value (such as ‘20 cm’ in (5)).

(5) **Relative AMPC** (*Germanic and Scandinavian languages*)

- a. John is **20 cm taller** than Mary
 (English)
- b. John ist **20 cm größer** als Mary (German)
- c. John is **20 cm langer** dan Mary (Dutch)
- d. John er **20 cm højere** end Mary
 (Danish)
- e. John er **20 cm høyere** enn Mary
 (Norwegian)
- f. John är **20 cm längre** än Mary (Swedish)

³ Here are more AMPC examples:

- a. [20 grader varmt] vann (Norwegian)
 20 degree hot water
- b. [60 Stundent kilometer schnell] (German)
 60 km-per-hour fast
- c. Der Mann war [zwei Meter hoch]
 The man was two meter tall
- d. Het dorp is [twee kilometer] ver (Dutch)
 The village is two km distant

The previous constructions are not available for Romance; however, *comparative, relative constructions* also exist in Romance:

(6) **Relative AMPC (*Romance languages*)**

a. O João é **20 cm mais alto** que a Maria
(Portuguese)

The João is 20 cm more tall than the Maria

b. Jean est **20 cm plus haut** que Marie
(French)

c. Juan es **20 cm mas alto** que Maria
(Spanish)

d. Giovanni è **20 centimetri più alto** di Maria
(Italian)

e. Ion este **20 cm maiinalt** decat Maria
(Romanian)

In contrast with comparative, the insertion of an absolute expression in the left periphery of A^o is thoroughly discarded. The degraded content of the data in (7) shows that a *non-comparative quantified AP* cannot be head-final in Romance.

(7) **Absolute AMPC {MP+A}(*Romance languages*)**

a. * O João é/está [**cem quilos gordo**]
(Portuguese)

The João is one hundred kilos fat

b. * Jean est [**2m] haut**]
(French)

c. * L'uomo era [**duemetri] alto**
(Italian)

d. * Este hombre es [**80 años viejo**]
(Spanish)

However, Romance reveals a variant of the *AMPC*, in which the absolute expression is post-adjectival and preceded by ‘*de*’:

(8) **Absolute AMPC{A+de+MP}(Romance languages)⁴**

a. Eis o estreito da Formosa, [**extenso de 160 quilómetros**]

(Portuguese)

Here is the strait of Taiwan, long of 160 km

b. Esta ciudad es [**vieja de mil años**]

(Spanish)

This city is old of a thousand years

c. Un pont [**long de 2 km**] a été construit

(French)⁵

A bridge long of 2 km has been built

d. Un pod [**largă de 30 m**] căzut

(Romanian)

A bridge wide of 30m fallen

The main question that these data raise is the relation between the constructions of *absolute MP* in (4) - in which the measurement is pre-adjectival - and the constructions of *absolute MP* in (8) - in which the measurement is inserted in a prepositional construction.

2. Internal AP structure

As initially suggested by Corver (1997) for Germanic languages and extended to Romance by Martinho (2007), the extended adjectival

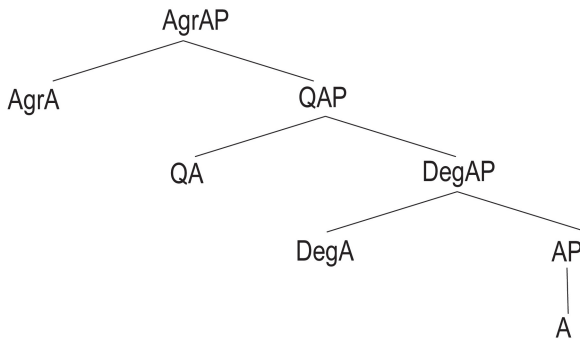
⁴ The adjectives which can take a MP preceded by ‘*de*’ as an argument are the *gradable adjectives on their positive antonym form*. Therefore, not all Romance adjectives accept MP, only *positive gradable predicates* like (in Portuguese) **longo**, **profundo**, **alto**, **velho**. Negative antonyms (**novo**, **curto**, **baixo**...) cannot have MP arguments. Cf. Kennedy & Svenonius (2005), Schwarzschild (2005).

⁵ French seems to be very resourceful with *AMPC* constructions:

- a. Des murs [épais de 2m] isolent bien
- b. Une salle [large de 8m 50] exige des meubles énormes
- c. Un immeuble [haut de 10 étages] s’est effondré durant le séisme
- d. Ma famille est [riche de 20 membres]
- e. Ce vin est au moins [vieux de 5 ans]

phrase reveals several internal functional projections, including two positions associated with the quantification of adjectival properties and with the comparison between adjectival properties. These positions appear encoded in syntax by both QAP and DEGAP internal functional projections.⁶ A higher AgrAP projection is also suggested in order to account for (Romance)adjectival morphology. Here is a simplified phrasal structure of the extended gradable AP:⁷

(9) FIGURE 1 -QAP / DEGAP hypothesis



A clear benefit of the *QAP / DEGAP hypothesis* is that it harmonizes the adjectival syntax framework in the typology of the analyzed languages, as follows:

QAP/DEGAP hypothesis

- (10) a. [_{QAP} muito [_{DEGAP} maior]]
(Portuguese)
b. [_{DEGAP} mais [_{AP} inteligente]]

⁶ Presumably, the functional phrases DegAP and QAP are not projected when the adjective is not a gradable predicate.

⁷ Presumably, the functional phrases DegAP and QAP are not projected when the adjective is not a gradable predicate.

- c. [_{QAP} inteligentíssimo]
 d. [_{QAP} muito [_{DEGAP} mais [_{AP} inteligente]]]

- (11) a. [_{QAP} much [_{DEGAP} bigger]]
 (*English*)
 b. [_{DEGAP} more [_{AP} intelligent]]
 c. [_{QAP} 2 meters [_{QA} [_{DEGAP} [_{AP} tall]]]]
 d. [_{QAP} much [_{DEGAP} more [_{AP} intelligent]]]

The functional structure of the gradable adjectives shown in (9) is summarized in (12):⁸

(12) **Functional structure of gradable adjectives**

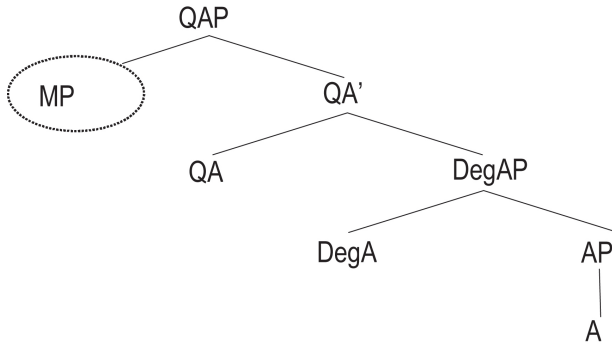
- (a) AgrA selects QAP as its internal argument
 (b) QA selects DegAP as its internal argument
 (c) DegA selects AP as its internal argument
 (d) A° verifies and merges with its morphemes DegA°, QA° and AgrA°

Some parameters apply: in Germanic and Scandinavian, QA° is an empty head, whereas in Romance QA° is filled with lexical material. A linear difference is related to the predicate movement up to the AgrA° position, which does occur in Romance.

From the perspective of (9) and (12) above, it is suggested that the adjectival MPs are quantified DPs inserted in a specifier position. The *QAP / DEGAP hypothesis* supports the idea that MPs are in fact specifiers of a functional head within the adjectival system. First, since an *absolute MP* is associated with a measurement of the adjectival extension, its semantics naturally associates it with the set of absolute *QA expressions*, as (in Portuguese) *muito*, *bastante*. The representation of the proposed structure in Martinho (2007:373) is as follows:

⁸ Cf. Martinho (2007)

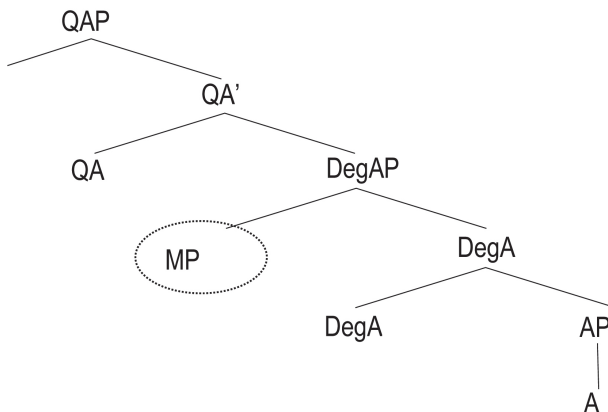
(13) FIGURE 2 - **Structural position of adjectival absolute MP**



In (13) it is assumed that an *absolute MP* is inserted in [Spec, QAP], as it is a quantified operator in a specifier configuration in order to set a value for the adjectival variable in its scope.

On the other hand, the *QAP / DEGAP hypothesis* also supports the idea that a *relative MP* can be inserted in the specifier position of the DegA functional head, as in (14). The MP is then associated with the measurement difference of the extension of an adjectival predicate, and its semantics naturally links it to the set of comparative, *DegA expressions*, as (in Portuguese) *mais, menos*, in contrast with absolute, *QA expressions*.

(14) FIGURE 3 - **Structural position of adjectival comparative MP**



The relevant data is explained as follows: in Germanic and Scandinavian, the MP in [Spec, QAP] precedes the lexical head A°, as in (15.a) - in which case an *absolute measurement reading* is set - or the MP precedes A° by means of the DegAP functional projection, as in (15.b) –in which case a *relative / comparative reading* is set:⁹

- (15) a. John is [_{QAP}[_{MP} **2 m**] **tall**]
 b. John is [_{DEGAP}[_{MP} **5 cm**] [_{DEGA} taller] [than Mary]]¹⁰

Also in Romance, the *relative MP* insertion implies that the DegA° head is lexically filled, in order to license its specifier. It is then, strictly speaking, a *comparative construction*, in which the MP is a quantified expression with a *relative reading*, as in (16.b), with the comparative morpheme **mais** in DegA°. However, in Romance, as shown before, there is no such configuration denoting an *absolute measurement* extension, as in (16.a):

- (16) a. * o João é [_{QAP}[_{MP} **2 m**] **alto**]
 b. o João é [_{AGRAP} [**mais alto**], [_{DEGAP}[_{MP} **5 cm**] [_{DEGA} **X_i**]] [que a Maria]]¹¹ (*relative measurement*)

Starting, on the one hand, from the general principle of an equivalence between the semantics of the adjective and its syntax, and, on the other hand, from the idea that the semantics of gradable adjectives can be syntactically projected in an operator / variable configuration, we can turn back to the initial questions. What mechanism appears to prohibit expressions like * [_{QAP}[_{MP} ...]A] in Romance? Why is an intermediate ‘de’ necessary?

⁹ DegA° must be filled (with a comparative morpheme) in order for the DegAP to be projected.

¹⁰ We assume the proposal that the term of comparison may be described as an adjunction to the adjectival degree (Cf. for example Kennedy & Svenonius, 2005). The term of comparison (an elliptical sentence in Portuguese) directly de notes a reference degree to which the adjectival degree is compared to. This reference term is not relevant in order to describe the internal syntax of absolute MPs in adjectival phrases.

¹¹ Cf. previous note.

3. Absolute MPs with ‘de’

The ‘*absolute extension*’ denotation, as we have seen, is partially available in Romance for gradable adjectives – the ones whose semantics involves an act of measurement –, when this measurement is an *absolute MP* to the right of the adjectival head. The adjective is on the left and disjointed from the MP by ‘*de*’. This construction does not seem to be very productive in modern Portuguese as in Portuguese literary and historical texts, but it occurs systematically through Romance, especially in Spanish and French. Let’s look at some examples in modern and classical Portuguese and other Romance languages:¹²

- (17) a. É um debate [já **velho** de muitos anos]
(Portuguese)
b. O atual estado do piso é bem pior do que o antigo tapete verde, [**velho** de vinte anos]
c. O Cairo é um megalópolis [**velho** de 5000 anos] que estica às pirâmides
d. Queria eu dizer, excelentíssima senhora, que o juízo em mim, [**velho** de cinquenta anos], não se recomenda, lastima-se¹³
e. O que é melhorzinho em «Noiva Procura-se» é roubado a um filme [**velho** de 75 anos]
f. Será que o corrimão, [**velho** de trezentos anos], guarda a lembrança da mão de Baudelaire?
g. O Brasil das cartas da professora, embora [**velho** de 120 anos], é atualíssimo
h. Em verdade é um assunto que, de certa forma, pode-se considerar [**velho** de alguns anos]

¹² As noted, these examples have, in Portuguese, a low frequency. The adjective “*velho*” seems to be an exception in this context. All these examples are from Martinho (2007), and most of them come from online databases such as CETEM (in Portuguese) and, for other Romance languages, mainly from Google’s search for recurring adjectival expressions (blogs, publications, social networks, press, etc.) and online corpora. Due to their extension, these examples are not all translated to English.

¹³ Camilo Castelo Branco, “Gracejos que matam”, in *Novelas do Minho*, Tomo II.

- (18) a. Pensaba en él, cuando, [ya **viejo** de ochenta años], regresa a su casa (*Spanish*)
 b. Este creador a la vez [**viejo** de mil años] y conmovedoramente infantil
 c. Un jabón [**viejo** de 3.000 años] realizado según las tradiciones ancestrales
 d. Un hombre [**alto** de casi dos metros]
 e. Un montículo cónico [**alto** de cuatro metros] domina el complejo
 f. El cerro de Tucuragua, [**alto** de mil doscientos metros]
- 19) a. Jean est [**haut** de 2m] (*French*)
 b. Un pont [**long** de 2 km] a été construit
 c. Ce vin est au moins [**vieux** de 5 ans]
 d. Des murs [**épais** de 2m] isolent bien

Although the adjectival ‘*absolute MP construction*’ does not apply to all gradable adjectives, the absolute quantified expression can appear indeed as a post-adjectival phrase containing the MP, actually reversing the pre-adjectival position which is typical of Germanic languages. Equivalence between the Germanic / Scandinavian sequence {MP-A} and the Romance sequence {A-de-MP} is thus postulated.

It should be noted that the insertion of ‘*de*’ is only possible, as in (20.a), with *absolute measurement constructions*, and is disqualified with *relative measurement constructions* (20.b):

- (20) a. O João é **alto** *(de) 2m
 (*absolute measurement*)
 b. O João é mais **alto** *(de) 5 cm que a Maria
 (*relative measurement*)

Another note relates to the exact position of ‘*de*’ in the AP structure: if the position of the *relative MP* is [Spec, DegAP], as is suggested in (21.a), then the question arises as to what is the position of ‘*de*’ in (21.b):

- (21) a. Oasteroide está [_{DEGAP}[_{MP}5 milhões de km] [_{DEGA} mais
[_{AP}distante]]] do que se pensava
b. Um asteroide [_?distante [_?de [_{MP}55 milhões de km]]] foi
identificado
An asteroide far of 55 millions of km has been identified

In fact, it should be possible to account for this position in the theoretical framework outlined above. Let us therefore examine the possibility that the {A-de-MP} construction fits within the internal structure of the extended adjectival projection introduced in (9), (13) and (14). The insertion of 'de' between the adjective and its MP can thus be explained if we accept that this preposition is a *spell-out* of a functional head.

4. Nominal predicate Inversion

The inversion of the sequences {MP-A} / {A-de-MP} may be advantageously compared to *Predicate Inversion Constructions* (PIC) (Dikken, 1998). We argue that in PICs like *o idiota do João* the item 'de' has some properties in common with 'de' in AMPC. Let us first look at a brief presentation of PIC and then examine some cross-data.

4.1. 'de' as a possible nominal copula

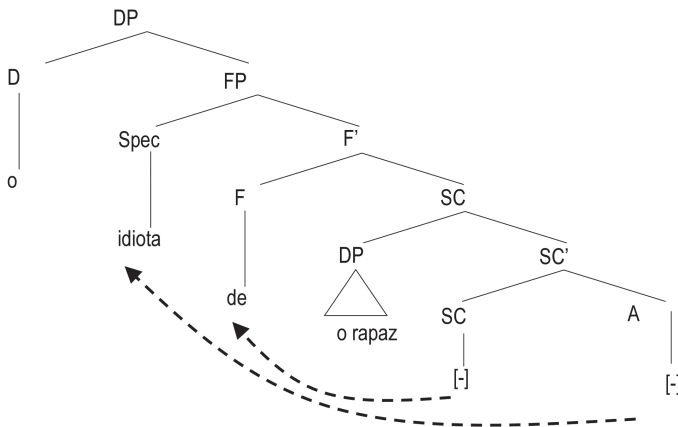
PICs involve the DP insertion of a small clause (SC). The adjectival predicate passes through the SC subject position and ends in the Specifier position of a higher functional projection, selected itself by a Det. In this case, extensible to Romance 'de', the element 'of' corresponds to a 'nominal copula' and results from raising and subsequent incorporation of the SC in a functional head. 'of' may be seen as the nominal equivalent of the copulative verb *to be*, which appears in predicate inversion at the sentence level (Dikken, 1998):

- (22) a. I consider the most idiot **to be** John
(*sentential small clause*)

b. I just met that idiot **of** John
 (nominal small clause)

The parallel between these two constructs favors the hypothesis that ‘**of**’ corresponds to a copulative particle, whose insertion is justified when the predicate **idiot** raises in the internal structure of the DP.¹⁴ The predicate **idiot** and its external argument form a SC whose head, spelled out ‘**of**’, raises to a functional head F°- which in turn licenses raising the predicate to [Spec-FP].¹⁵ Likewise, in Romance, PICs like **o idiota do rapaz, uma joia de pessoa, cet idiot de Jean** or **un amour d’enfant** would be described with the predicative element ‘**de**’ surfacing in the SC head. Therefore, in Portuguese, the representation of **o idiota do rapaz** would be as follows in (23), :

(23) FIGURE 4– Phrasal structure of the PIC **o idiota do rapaz**



¹⁴ Which excludes the possibility that ‘**of**’ would be related with attribution of case to *John*.

¹⁵ Here are other examples of PIC:

- (i) “A treasure of a child”
- (ii) “An idiot of a student”

Now, does this element spelled '**de**' also correspond to some predicative head in *AMPCs* in the extended AP?

4.2. *PIC* vs *AMPC*

A first note is that both *PIC* and *AMPC* constructs involve an *absolute degree*: the *PIC* in (24.a) is equivalent to a positive quantification, which the QA **muito** in (24.b) and the exclamation in (24.c) confirm. Likewise, the *AMPC* in (25.a) refers to an *absolute degree* (25.b), which the exclamation again confirms in (25.c). That reading is natural since the adjectives that can select an *absolute degree* are *positive polar antonyms*,¹⁶ predicates which have precisely the ability to force an extreme or positive reading:

- (24) a. o idiota do rapaz
b. o rapaz é **muito** idiota
c. **que** idiota! (=muito)
- (25) a. X é comprido de 15 km
b. X é **muito** comprido
c. **que** comprido! (=muito)

Second, neither the *PIC* nor the *AMPC* admit the insertion of a possessive form, which indicates that the item '**de**' does not correspond to a case marker. Unlike (26.c), where the possessive 'seu' and the PP {*de* + DP} are equivalent, in (26.a) and (26.b) '**de**' cannot select a DP / MP to which he assigns case. The ungrammaticality of (26.b) demonstrates that the referred scale (length) cannot be a possessive, unlike the thematic subject in (26.c), which confirms that '**de**' is not a canonical preposition.

- (26) a. * o seu idiota (seu = do rapaz)
b. * a sua ilha comprida (sua = de 15 km)
c. o seu livro (seu = do João)

¹⁶ Cf. Schwarzschild (2005) and footnote 4.

Thirdly, both *PIC* and *AMPC* are incompatible with explicit adjectival quantifiers, as well as with superlatives. This result should not be surprising if we assume that the predicate in both *PIC* and *AMPC* is already quantified, so the insertion of an explicit quantifying item is redundant:

- (27) a. * o **muito** idiota do rapaz
 b. * a ilha **muito** comprida de 15 km
 c. * que **muito** comprida!
 d. * a ilha **mais** comprida de 15 km (superlative)
 e. * o **mais** idiota do rapaz (superlative)

Fourth, in case of A-bar extractions, the sequence {*de-MP*} cannot be moved to an A-bar position (28). As expected, the extraction from the *PIC* is also not possible (29):

- (28) a. * **De 15 km** , Balena é comprida
 Of 15 km, Balena is long
 b. * **15 km** , Balena é comprida de
 c. **Comprida de 15 km** , Balena situa-se...

- (29) a. * **Do rapaz** , detesto o idiota
 b. **O idiota do rapaz** , tenho pena dele

Finally, the previous observations find confirmation in that it is also not possible to interrogate the internal constituents of the sequence {*de + MP*} or the *PIC*, as shown in (30) and (31):

- (30) a. *Quantos km é a ilha comprida de [...]? —15 km
 b. *O que é que a ilha é [...] de 15 km? —comprida

- (31) * Que rapaz é o idiota do [...]? —o João

Thence, there seems to be, in these cases, a rigid hierarchy between the relevant positions. In the case of *AMPC*, such a constraint can be properly captured within the *QAP/DEGAP hypothesis*: as the sequence

{*de* + *MP*} cannot be extracted out of the AP (28.a), and '*de*' cannot be stranded (28.b, 30.a), we will suggest *infra* that data in (28) and (30) is explained if we assume that '*de*' (in QA°) must incorporate with A° when the adjective moves in Romance up to $AgrA^\circ$. The adjective can move to an A-bar position (28.c), but not without its measurement argument.¹⁷

4.3. Predicative '*de*' and adjectival '*de*'

We can now check if the Romance *AMPC* is somehow related to predicative '*de*' involving quantification, in the line of the initial proposal for the *PIC* in the DP. First, the predicative '*de*' - Dikken (1998) suggests "*linker*"- appears, in adjectival constructs, as a mediating element between the adjectival predicate and its quantified argument, and not as a canonical preposition dedicated to case allocation.¹⁸ It could be then considered as the same functional, semantically null item, whose main purpose is to enable the insertion of a SC in the structure.

However, although the Romance constructions here analyzed superficially correspond to an inversion of the constituent's linearity with regard to Germanic and Scandinavian, the Romance order between A and its MP only depends on internal AP projections, namely the type and ordering of its internal functional categories. In the AP internal syntax, the ordering is motivated by the necessity for the adjective to check its features (Corver 1997, Martinho 2007). The insertion of '*de*' in the adjectival domain does not cancel the ascent of the lexical head A° , whose final step is *in fine* triggered by a higher functional category, $AgrA$ (Corver 1997, Martinho 2007). In *AMPC*, '*de*' is inserted in the

¹⁷ Paradigms (28.b) and (30.a) both illustrate *Preposition Stranding* (which is ungrammatical in Portuguese), '*de*' is not possible if not adjacent to its argument). This could suggest that this linker also has prepositional features, but, as we will see, other explanations for this data may be invoked.

¹⁸ The fact that, in paradigm (i) below, the elliptical answer is possible is another strong argument against a prepositional status for the element '*de*' :

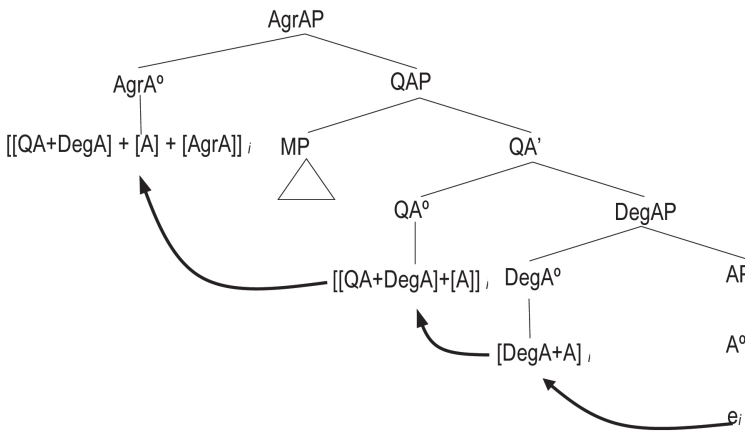
(i) De quantos km é esta ilha comprida? – De 15km.
Of how many km is this island long? – De 15km.

In the interrogative sentence, "*De quantos*" refers to the MP argument extracted from inside the AP extended projection, and raised to the Specifier of the CP with '*de*'. The answer is the elliptical sentence "*de 15km*", which suggests that in both cases the MP cannot survive without the linker '*de*' (which we assume to surface in QA° in order to license the MP).

functional head QA° , and is to be seen as one of the QA spell-outs. We consider it is not a predicative particle as in *PIC*.¹⁹

The configuration relation between the adjective and its functional heads determines the raise of the former to its functional domain, so as to check non-interpretable features.²⁰ The figure 5 in (32) summarizes the previous generalizations, and also includes the higher functional projection *AgrAP*, which holds the morphological features of the adjective:²¹

(32) FIGURE 5– Adjectival feature checking²²



¹⁹ An interesting difference between *PIC* and *AMPC*, related to ellipsis, may strengthen this distinction. First, *PIC* does not accept adjectival ellipsis, even in contexts known to be able to favor ellipsis (Cf. Martinho, 1998). Therefore, the adjectival predicate in the *PIC* small clause in (i) is not visible to the syntax of ellipsis:

(i). * Estive com o idiota do João e com o [e] do Paulo (([e]=idiota)

I was with the idiot of the João and with the [e] of the Paulo

In (ii), however, in the same kind of coordination structure, the adjectival predicate is now visible to ellipsis:

(ii). Balena é comprida de 15 km e Yaoré [e] de 18 km (([e]=é comprida)

Balena is long of 15km and Yaoré [e] of 18km

This difference may be related to the fact that the predicate “*idiota*”, once moved to [Spec, FP] in the SC in (i), cannot license elliptical, null positions. An obvious and natural conclusion is that in (ii) there is no predicate inversion, and ‘de’ is not a predicative particle.

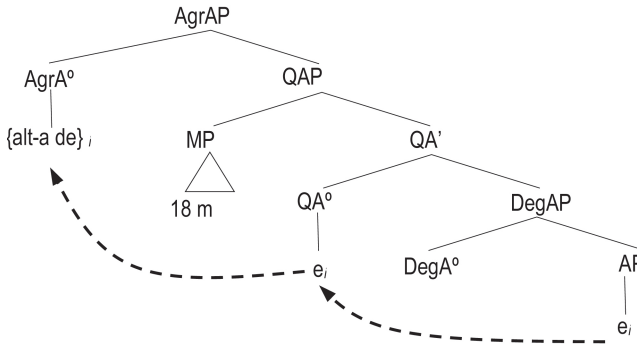
²⁰ This verification movement, which involves an inflectional head and two quantified, functional heads, could be partially described based on Distributed Morphology -cf. Halle & Marantz (1993) -, more precisely based on the ‘Morphological Merger’ operation, which adjuncts morphological units into a new unit in the phonology. Indeed, in Romance the adjective manifests several typical situations of morphological composition, such as the synthetic comparison (*melhor*), the synthetic superlative (*gravissimo*) and, obviously, the morphological features of number and gender. The ‘Morphological Merger’ operation therefore seems peaceful in its application to adjectival morphology as the sequence of internal AP heads is rearranged in a single morphological unit at the interface with the phonological level.

²¹ For further references on the *AgrAP* projection, cf. Corver 1997, Martinho 2007.

²² Cf. Martinho (2007:437)

Romance data as (33.a) can therefore be figured as in (33.b):

- 33 a. Uma ponte **alta de 18 metros** foi destruída pela tempestade
 A bridge high of 18 meters was destroyed by the storm
 b. FIGURE 6 – “alta de 18 metros”



When an *absolute MP* such as ‘**18 metros**’ is inserted in the QAP specifier, the adjective **alto** raises in the structure to verify its absolute measurement, thus incorporating with ‘de’ in QA°, before climbing up to AgrA°, and producing the final sequence ‘**alta de 18 metros**’. In languages where AgrA is not available or where phi-features are weak or silent, the adjective would raise at most to QA°, which may be why the AP in these latter languages stays head-final, as in **2m tall**.

Thence, the ‘**de**’ *adjectival linker hypothesis (ALH)* confirms, we think, that the *AMPC* corresponds to a construction in which ‘**de**’ is a functional head associated with the syntax of measurement between the gradable adjectival predicate and its *absolute MP* argument. The functional nature of ‘**de**’ in adjectival measurement constructs is related to the fact that this item surfaces in the [QAP, Head] position. More precisely, ‘**de**’ is one of the spell-outs of the QA° head: it is a functional item whose purpose is to project the QAP specifier position, in order to enable the *absolute MP* reading in the derivation. In the *ALH* framework, the *linker ‘de’* is incorporated as the adjective moves up in Romance to QA° and to AgrA° in order to check all its functional features. As a link between the

measurement expression and the adjectival predicate, the linker '**de**' is a functional item inside the AP and belongs, in Portuguese and Romance, to the set of QA items.²³

Lastly, we consider that the *ALH* '**de**' must be distinguished from the predicative '**de**', which, as assumed for *PIC*, is usually interpreted as a Small Clause head in predicate inversion. We now explore this latter distinction in the next section.

5. Adjectival quantification with *de*

Some Romance '**de**' occurrences can be associated with constructions involving *ALH* '**de**' or predicative '**de**'.

5.1. Adjectival pseudopartitives

Romance provides convincing data in favor of a double '**de**' particle, namely cases of *adjectival quantifier raising*. The following Romance examples illustrate a type of adjectival pseudopartitive involving '**de**' insertion and quantifier movement:²⁴

- (34) a. Pierre a beaucoup **de** méchant
(French)
Pierre has much of evil

²³ In examples like (33), there does not seem to be obvious directionality assigned to the way the different items incorporate finally to each other in AgrA°. We can first assume that, in head-to-head movement languages, there would take place a left-branch adjunct operation, which seems to apply correctly to most data in (33.a). The main question, however, would be to explain how the linker '**de**' appears on the right side of the [*alt-a*] sequence. We could here postulate that '**de**', as an autonomous morpheme, does not have to incorporate with the adjectival stem *alt-* itself, which would account for its right, final position in the AgrA° complex head. On the other hand, the morpheme *-a* is directly dependent on the stem *alt-* (as all inflectional morphemes in Romance). Thanks to a reviewer to point out this question, for which further research is needed.

²⁴ Corver (1998) analyzes nominal 'pseudopartitive constructions' (*N-of-N - a glass of wine*) as cases of internal DP predication by means of a 'small clause', resulting from a predicate inversion: the base sequence {*wine glass*} would lead to a derived one by moving the predicate *glass* to the left of the massive noun *wine*, with the insertion of the item *of*. These pseudopartitive constructions are also available for {*N-de-N*} in Portuguese, in which case *copo* in *copo de vinho* denotes, by metonymy, a measure – it's a merological expression, like *uma garrafa de*, etc. Cf. Lopes (1971). On pseudopartitives in Portuguese, cf. Brito (1988), Baptista & Ranchhod (1998).

b. Pablo es así **de** alto

(Spanish)

Pablo is that of tall

c. o João tem muito **de** estúpido

(Portuguese)

The João has much of stupid

d. Ainda há muito **de** feio no mundo

(Brazilian Portuguese)

Still there is much of ugly in the world

e. Cît **de** frumoasă e Maria!²⁵

(Romanian)

How of beautiful is Maria

f. Maria e enorm **de** fericit

Maria is extremely of happy

These {QA+**de**+A} constructions²⁶ reveal the predicative role of '**de**' as a link between an adjectival predicate and its quantified extension. On the *ALH* side, one could first conceive that '**de**' is inserted to license a *quantified expression* in [Spec, QAP], as it seems to be the case in *beaucoup de joli* or *muito de feio*. However, it appears that the adjective does not raise in the structure up to AgrA°, as expected (note that it has no morphological features, as shown in (35)), so the adjective would merge at most with the QA° head, but not with AgrA°, which appears to be enigmatic in the *ALH* outline:

²⁵ Cf. Grosu (1974), cited by Corver (1997). Based on Romanian examples in (34), Corver suggests '**de**' as a Romance adjectival pseudopartitive morpheme. This implies that '**de**' is not here a QA spell-out, but a grammatical marker close to pseudopartitive particles constructions.

²⁶ Here are other {QA+**de**+A} Romance examples from Martinho (2007):

a. Il y a beaucoup de joli dans ces textes

(French)

there is much of beautiful in these texts

b. Me la imagino mucho de grande

(Spanish)

c. Hay mucho de bonito en todo esto

d. Estamos muy orgullosos de tener una playa así de bonita

e. Morrer pela Pátria não tem nada de doce e, muitas vezes, tem pouco de honroso

(Portuguese)

c. O jogo tem bastante de sanguinário e profano

d. A blogosfera tem muito de mau, mas tem bastante de bom

e. Esse tipo de discussão tem muito de emocional

(Brazilian Portuguese)

f. Será bom levar um pouco de bonito para a região sul

- (35) a. A blogosfera tem bastante de **bom**
The blogosfera has much of good
b. * A blogosfera tem bastante de **boa**
c. A situação tem muito de **feio**
The situation has much of hugely
d. * A situação tem muito de **feia**

In order to account for the lack of morphology of **bom** and **feio** in (35), this particular configuration could be better explained in terms of a predicative relationship between the gradable adjective and the quantified expression itself. This relation could be described in terms of a Small Clause (SC) configuration (Corver 2004), where 'de' is inserted in the SC head and the quantified expression raises to the SC Specifier in order to saturate the adjectival extension. As a consequence, the adjective, which ends in the SC head, has no further access to morphology, as shown consistently in paradigms (34) and (35). In fact, this kind of predicative 'de' configuration is frequently selected as an internal argument by *light* or existential verbs²⁷ like **ter** or **haver**, ending in lexicalized sequences like **ter bastante de bom**, **haver muito de bonito**, which may account for the lack of adjectival inflection.²⁸

5.2. AbsoluteMP rising

On the same ground, the linear difference illustrated in the paradigm in (36) between (a) and (b) could receive a quantifier raising explanation, in which the *absolute MP 2m* raises when a SC headed by the pseudopartitive 'de' is inserted and is selected as an internal argument by **ter** (36.b):²⁹

²⁷ Cf. footnote 33.

²⁸ As a side note, European Portuguese has cases of 'de' in verbal constructions, where an element *de* appears to link an intransitive verb with a gradable adjective (with an empty degree). Cf. Fonseca (1993):

a. *O João chorou de contente* (=he cried because he was so happy)

b. *O seguro morreu de velho* (= very old)

c. *A maçã caiu de madura* (=it was too mature)

All these cases seem also to be related to a SC insertion headed by a pseudopartitive 'de'.

²⁹ According to Corver (1998), this kind of alternation is due to the fact that 'de' is a nominal copula -so that its SC insertion is justified. Like the pseudopartitive expression **copo de vinho**, the quantified expression **2m de alto** also has a quantified reading, in which the measured height is equal to **2 m**, and also a reading pointing to the height of the referent. In the case of the adjectival predicate **alto**, we can therefore conclude that the pseudopartitive reading in {MP-de-A} is confirmed.

- (36) a. A Maria é alta de 2m
b. A Maria tem 2m de alto³⁰
The Maria has 2m of tall

It is important to clarify that, no matter its apparent sameness, the adjectival '*de*' which appears in the *AMPC* *alta de 2m* in (36.a) is not of the same nature as the one from the pseudopartitive expression *2m de alto* in (36.b). Let's look at the following adjectival paradigms in Romance:³¹

- (37) a. Uma colina alta de 400m
(Portuguese)
A hill high of 400m
b. ?A colina tem 400m de alto / altura
The hill has 400m of high

- (38) a. Un pont long de 2 km
(French)
b. Le pont a 2 km de long / longueur

- (39) a. Un hombre viejo de ochenta años
(Spanish)
b. El hombre tiene ochenta años de viejo

In the previous examples, paradigm (a) refers to an adjectival predicate with an *absolute MP* argument. The paradigm (b), on the other hand, refers to a verbal construction with *ter* / *avoir* / *tener* and an *absolute MP* inside a Small Clause, the later selected as the verbal internal argument.

³⁰ In support of the pseudopartitive analysis, we should note that the predicate can surface as an adjective (marginally in Portuguese) or as a noun: *400m de ?alto_A / de altura_N*. Cf. footnote 31 for a variant of this construction.

³¹ There is another nominal construction in Portuguese, showed in (i), which seems to alternate with the adjectival one in (37):

(i) "A colina tem uma altura de 400 metros"
The hill has a height of 400 meters

In (i), *altura* is the nominal form of the predicate. In this particular case, it appears that the absolute MP is inside a indefinite DP which is itself selected as an internal argument by *ter*. Cf. footnote 32 about the verb *ter*.

In the first case, '*de*' is a clear *ALH* occurrence, inserted in the QA° head. In the second case, '*de*' is the head of a pseudopartitive Small Clause, as testified by the lack of inflection on the adjective. Indeed, in order to account for the lack of morphology, the *2m de alto* configuration would better be described in terms of a Small Clause headed by '*de*', as suggested previously, and it explains, as a consequence, that the adjective loses access to morphology, as shown in paradigms (37) to (39).³²

6. Summary: the Romance adjectival linker '*de*'

In short, in *AMPC*, the adjective first moves to QA° , where it merges with the functional item '*de*', and then to $AgrA^\circ$, above the *absolute MP*. As there is independent motivation to confirm that the position of *MP* is [Spec, QAP], it makes sense to consider '*de*' as a possible spell-out of QA° - what we called the *Adjectival Linker Hypothesis (ALH)*. It is thus set that '*de*' is not a canonical preposition but rather a *binding particle* whose main function in *AMPC* is to allow the projection of *QAP*, so as to be able to insert in the derivation, in non-comparative constructions, an *absolute measurement*.

The data resulting from the *ALH* can be crossed with adjectival expressions in which the same position is filled by other spell-outs of *QA*. Generally, a complementary distribution between these variants is observed, confirming their vocation to occupy the same QA° position. In (40), the [Head, QAP] position is filled with the three possible variants in Portuguese: synthetic superlative suffix, adjectival quantifier, "*linker*". In (41), it is observed that the sentences systematically generate

³² As reported in a previous footnote, the item *alto* in (37.b) is ambiguous in European Portuguese between N and A: it's not the N *altura*, and it's not an inflected adjective either. This ambiguous nature may explain why *alto* is here marginal in modern Portuguese, but it should be noted that pairs like *alto/altura* are common and grammatical in other Romance languages. The solution lies probably in the semantics of the Portuguese verb *ter*. This one is usually considered a 'stative verb', but Duarte (2003) suggests that it can also be classified as a 'light verb', and is then able to undergo a *semantic emptying process* in order to integrate a '*complex predicate*' in which the semantic center is moved to the internal argument. When integrating expressions of adjectival measurement, *ter* necessarily selects constructions of type (MP-de-N). The marginality of *alto* stems directly from the selection constraints of *ter*, which are nominal expressions of type (MP-de-N), with N as a term of scale: this type of measurement process would partly exclude in Portuguese the form {MP de-A}. Cf. Duarte (2003). As suggested by the examples in (34) and footnote 26, the same analysis can be extended to Spanish and French verbs *tener* and *avoir*.

ungrammaticality if several spell-outs co-occur - presumably in the same position. The fact that these adjectival expressions are strongly degraded must be related, we think, to the restrictions on the structure of the adjectival functional system, which in (41) are not respected:

QA° Spell-outs in Portuguese

- (40) a. O João é alt-**íssim**-o (synthetic superlative)
b. O João é **muito** alto (adjectival quantifier)
c. O João é alto **de** 2m (“linker” **de**)
- (41) a. * O João é **muito** alt-**íssim**-o
b. * O João é **muito** alto **de** 2m
c. * O João é alt-**íssim**-o **de** 2m

A parametric variation of the adjectival *absolute* MP can therefore be formulated, based on the fact that the [Head, QAP] position can be both empty and full in *AMPC*:³³

(42) *Absolute* MP parameter:

- (i) Germanic languages: when [Spec, QAP] is filled with an absolute MP, [Head, QAP] is empty;
(ii) Romance languages: when [Spec, QAP] is filled with an absolute MP, [Head, QAP] is filled with the ‘*de*’ spell-out.

According to (42), ‘**de**’ is a phonetic realization of the functional head QA° when an *absolute* MP occupies the [Spec, QAP] position. If, as it seems to be, the adjective incorporates with ‘**de**’ in its rising to AgrA°, a final sequence as **alto de 2m** is justified.

³³ The formulation of a parameter for *relative* MPs is irrelevant because, in all the analyzed languages, a *relative* MP can only be inserted in a comparative adjectival construction with a filled DegA°.

The parameter (42) shows how this variation affects the adjectival expressions of measurement, and that there are languages in which the QA functional head is null (**2 m tall**) and others in which it has to be filled (**alto de 2m**). The parameter (42) does not affect, however, adjectival constructions without expressions of absolute measurement or with expressions of relative measurement. In the absence of *absolute MP*, the QA° head is not filled by 'de' but by spell-outs such as synthetic superlative (**fastest, altíssimo**) or autonomous morphemes such as **muíto (muíto alto)** or **very (very fast)**. Therefore, we must add to the various spell-outs of QA° a phonetically null form, which applies to Germanic and Scandinavian. Finally, in the case of *relative MP*, it is the DegA° head that must be lexically filled, then switching the whole adjectival expression to a comparative form. The relative reading may then be compared to a reference degree by means of a fixed-value difference expressed by a quantified expression inserted in [Spec, DegAP]

Contrary to what happens in other Romance languages, no *ALH* occurs in Italian: no 'de' linker is inserted into [Head, QAP] in *AMPC*. Let's look at the following example:³⁴

- (43) L'uomo era alto [_{MP} due metri] (Italian)
the man was tall two meters

Looking at (43), it is possible to describe the syntax of *AMPC* in Italian based on (42): just as for other Romance languages, and for the same reasons, the adjective **alto** raises up to [Head, AgrAP]. In the absence of an explicit *ALH* in Italian *AMPC*, the intermediate sequence, obtained presumably by *Morphological Merger*, is reduced to {A + MP} and the final sequence is {{A + AgrA°} + MP} as shown in (43). Italian appears in this case to be an intermediate language with respect to the parameter (42), since it verifies the Romance order {A + MP} without *ALH*. The phonetic null variant of the linker in QA°, which we considered for Germanic / Scandinavian, should therefore be extended to Italian.

³⁴ Cf. Zamparelli (1993)

Finally, in cases of adjectival quantifier rising, as in (34), *'de'* surfaces as a pseudopartitive particle headed in a Small Clause configuration, which cancels adjectival morphology and qualifies the *absolute MP* as a verbal internal argument.³⁵

7. Conclusion

From the initial data, it was proposed that an *absolute MP* is inserted into the AP structure in [Spec, QAP]. The problem is that this configuration constrains the occurrence of adjectival MPs in Romance, limiting their occurrence to adjectival comparatives and excluding absolute measurements. The existence, in Germanic/Scandinavian, of constructions of absolute MP with null QA^o, would then introduce an undesirable asymmetry: why, we asked, is Romance prohibiting constructions of the type *2m alto*, although the *alto de 2m* type is accepted, when, in fact, these two constructions should reveal an equivalent cross-linguistic structure?

The answer consists of two arguments: (i) the sequence **2m alto* is ungrammatical because the adjective must necessarily move in explicit syntax above the absolute MP; (ii) the *alto de 2m* sequence is allowed because QA^o is filled by *'de'*, which licenses the absolute MP as its specifier and merges with the adjective. In Romance, this functional *linker* is internal to the AP and has therefore as main goal to project MP expressions.

³⁵ If *'de'* is pseudopartitive head in Romance, as shown for French, Spanish, Romanian and Portuguese, there seems to be other adjectival pseudopartitive particles available in other languages. Indeed, as pointed by Corver (2004), some Dutch dialects have an emphatic degree construction, with what he calls the “grammatical marker” –e in a Small Clause structure:

(i) Hi rôp ôfgrislíke lû (Frisian dialect)

He shouted terrible-E loud

He shouted very loud

He also points the marker –s, which, in modern Dutch, acts as a linking element between the gradable adjective and the degree expression, again in a SC configuration:

(ii) Hel-s koud (Dutch)

Hell-s cold

Very cold

REFERENCES

- Baptista, J. & Ranchhod, E. M. 1998. Propriétés de Phrases Élémentaires Associées à l'Expression de Grandeurs Mesurables. Exemples du Portugais. In: *Actes du 16^o Colloque européen sur la grammaire et le lexique comparé*, Klein, Lamiroy & Pierret (eds), Cahiers de L'Institut de Linguistique de Louvain, 24, 3-4, Volume 1, 49-61.
- Brito, A.M. 1988. *Construções quantitativas e partitivas: um esboço de análise sintáctica*, Prova Complementar de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Corver, N. 1997. The Internal Syntax of The Dutch Extended Adjectival Projection, in *Natural Language and Linguistic Theory* 15: 289-368, Kluwer Academic Publishers.
- Corver, N. 1998. Predicate Movement in Pseudopartitive Constructions. In: *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*, Alexiadou, A., Wilder, C. (Eds.), Amsterdam, John Benjamins, Volume 22, 215-257.
- Corver, N. 2004. Some Notes on Emphatic Forms and Displacement in Dutch. In: *Triggers*, Breitbarth, A. & van Riemsdijk, H. (eds.), Mouton de Gruyter, The Hague, 137-172.
- Corver, N. 2013. Lexical categories and (extended) projection. In M. Den Dikken (Ed.), *The Cambridge Handbook of Generative Syntax* (Cambridge Handbooks in Language and Linguistics, pp. 353-424). Cambridge: Cambridge University Press.
- Dikken, M. den. 1998. Predicate Inversion in DP. In: *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*, Alexiadou, A. Wilder, C. (Eds.), Amsterdam, John Benjamins.
- Duarte, I. 2003. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: *Mateus et alii, Gramática da Língua Portuguesa*, série Linguística, Caminho, pp.277-321.
- Fonseca, J. 1993. *Estudos de Sintaxe, Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora.
- Halle, M. & Marantz, A. 1993. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: *The View from Building 20*, Kenneth Hale and S. Jay Keyser (Eds.). MIT Press, Cambridge, 111-176.
- Kennedy, C. 1997. *Projecting the Adjective: The Syntax and Semantics of Gradability and Comparison*, PhD thesis, University of California, Santa Cruz.
- Kennedy, C. & Svenonius, P. 2005. Severing the Degree Argument from the Adjective, Universität Stuttgart, 17-06-2005 -<http://semantics.uchicago.edu/kennedy/docs/stuttgart-sever.pdf>
- Lopes, O. 1971. *Gramática Simbólica do Português*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

McNally L. & Kennedy, C. 2008. *Adjective and Adverbs. Syntax, Semantics and Discourse*, Oxford University Press.

Martinho, F. 1998. *A Elipse Nominal em Português e Francês*, dissertação de Mestrado, CLUP, Universidade do Porto.

Martinho, F. 2007. *Sintaxe e Semântica dos Adjectivos Graduáveis em Português*, tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Ross, J. 1964. *The grammar of measure phrases in English*. Unpublished MIT paper read at the December meeting of the LSA.

Schwarzschild, R. 2005. Measure Phrases as Modifiers of Adjectives, *Recherches Linguistiques de Vincennes*, 34 | 2005.

Stickney, H. 2004. The pseudopartitive and its illusory projections, Ms, University of Massachusetts, Amherst.

Zamparelli, R. 1993. Prenominal Modifiers, Degree Phrases and the Structure of AP. In *University of Venice Working Papers in Linguistics*, 138-161.

Variação do Imperativo de 2ª pessoa em Enunciados de Provas da Escola de Formação de Professores Ferraz Bomboco (Huambo, Angola)

António Kingui da Silva

kinguisilva@outlook.com

Universidade de Évora (Portugal)

Célia Lopes

celiar.s.lopes@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil)

Paulo Osório

pjtrso@ubi.pt

Universidade da Beira Interior (Portugal)

ABSTRACT

The present paper aims to conduct a sociolinguistic study of the variation of strategies of affirmative second-person imperative (second-person form and third-person form) in the instructions of tests produced by Angolan teachers of the Teacher Training School Ferraz Bomboco, in the Huambo province. Thus, we aim to identify the factors favouring the variant forms of the imperative, based on the researches developed mainly for Brazilian Portuguese. Our hypothesis is that the imperative, in the third-person form, would be more present in written texts of a non-dialogical nature, in the case of test instructions, as they are controlled and monitored texts. We have also taken Labovian Sociolinguistics (Labov, 1972) as a theoretical support. As a methodological tool, we employed the statistical program *Goldvarb-X* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), in order to assist us in the quantitative analysis of the sample data. Regarding the structural factors, the results showed that the group titled “regularity of verbs” was relevant in the multivariate analysis, as Scherre (2002) showed for Brazilian Portuguese. The least marked regular verbs favoured the imperative-second-person form, while the more marked irregular verbs favoured the third-person form. As for the extralinguistic factors, the observed results show that the imperative mood in the third-person form occurs mostly in the test statements of Portuguese language and entrepreneurship tests, whereas in other disciplines there was a more relevant variation of the two imperative strategies, possibly revealing the vernacular of teachers and students.

KEYWORDS: imperative, Labovian sociolinguistics, variation and change.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo fazer um estudo sociolinguístico da variação das estratégias de imperativo afirmativo de segunda pessoa (forma de segunda pessoa (2P) e forma de terceira pessoa (3P), *Escreve (tu) vs. Escreva (você/o senhor)* nos enunciados de provas produzidas por professores angolanos da Escola de Formação de Professores Ferraz Bomboco, da província do Huambo. Pretendemos, deste modo, identificar os fatores que favorecem o uso das formas variantes do imperativo, com base nas pesquisas sobre o tema desenvolvidas, principalmente, para o português do Brasil. A nossa hipótese é de que o imperativo na forma de 3P estará mais presente em textos escritos de natureza não-dialógica, no caso dos enunciados de provas, por se tratar de textos controlados e monitorados. Tivemos, igualmente, em consideração a Sociolinguística Laboviana (Labov, 1972), como suporte teórico. Como ferramenta metodológica, utilizámos o programa estatístico *Goldvarb-X* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), com o objetivo de nos auxiliar na análise quantitativa dos dados da amostra. Quanto aos fatores estruturais, os resultados mostraram que o grupo de fatores “regularidade dos verbos” se mostrou relevante na análise multivariada, como apresentou Scherre (2002) para o português brasileiro. Os verbos regulares menos marcados favoreceram o *imperativo-forma de 2P*, ao passo que os verbos irregulares mais marcados motivaram *imperativo-forma de 3P*. Quanto aos fatores extralinguísticos, os resultados observados mostram que o modo imperativo na forma de 3P se apresenta com maior ocorrência nos enunciados de provas de língua portuguesa e de empreendedorismo, enquanto, em outras disciplinas, houve maior variação das duas estratégias imperativas, possivelmente trazendo ao de cima o vernáculo de professores e alunos.

PALAVRAS-CHAVE: imperativo, sociolinguística laboviana, variação e mudança.

1. Apresentação geral do fenómeno

O imperativo é, tradicionalmente, reconhecido como um modo verbal particular em que um locutor formula um ato diretivo para um interlocutor normalmente para expressar uma determinada súplica, ordem ou desejo. As formas para verbalizar o imperativo na língua portuguesa sofreram, desde a sua origem no latim, muitas alterações, tanto do ponto de vista

morfossintático e fonético, quanto no que se refere aos diferentes matizes que tais formas podem assumir nos contextos interacionais. Tais alterações acompanharam, em alguns casos, as mudanças que ocorreram no quadro de pronomes pessoais no geral e nas formas de tratamento de segunda pessoa em particular, principalmente, no português brasileiro.

Sem levar em conta o imperativo negativo, devido aos limites do nosso estudo, vamos deter no que a tradição gramatical e os estudos descritivos sobre o tema denominam de *imperativo afirmativo de segunda pessoa*. Em geral, são consideradas duas formas variantes nesse contexto. A primeira delas é designada como *imperativo-forma de segunda pessoa (2P)* ou *imperativo de tu* (**Calcula** pela definição os seguintes logaritmos e **determina** a sua função). Tal forma imperativa é utilizada normalmente em contextos de maior proximidade entre os interlocutores, ou seja, contextos informais para pessoas da mesma faixa etária e, também, nas relações de superior para inferior. A segunda forma imperativa afirmativa será designada, no nosso estudo, como *imperativo-forma de terceira pessoa (3P)*: (**Calcule** pela definição os seguintes logaritmos e **determine** a sua função). Mais no português europeu do que no português brasileiro, a estratégia de 3P do imperativo é, muitas vezes, usada em situações de maior distanciamento entre os interlocutores, consideradas assim mais formais para pessoas com quem não se tem intimidade, podendo até marcar diferentes posições sociais (**Faça** a análise sintática da seguinte oração (...)) e **justifique-a**). No português brasileiro, entretanto, essa variante imperativa é designada de várias maneiras, principalmente, em função da forma em si. Costuma ser designada de *imperativo-subjuntivo* ou *imperativo de você*¹ pelo fato de apresentar forma idêntica ao Presente do subjuntivo (conjuntivo no PE). Pelo facto de tal variante estar associada à emergência do tratamento geral de segunda pessoa, *você*, não é necessariamente considerada, naquela variedade, como tratamento distante ou formal.

As gramáticas tradicionais oferecem soluções práticas para a descrição estrutural das formas variantes associadas ao modo imperativo. A variante básica de segunda pessoa (*imperativo-forma de 2P* ou de *tu*) seria oriunda

¹ No trabalho, denominaremos de *imperativo-forma de 3P*, dados como “Escreva o que se pede” e de *imperativo-forma de 2P*, ocorrências do tipo “Escreve o que se pede”.

da forma verbal do presente do indicativo sem a desinência -s. A variante associada a *você* (*imperativo-forma de 3P*), no português brasileiro, ou a um tratamento mais distante de segunda pessoa (*o senhor* ou verbo na terceira pessoa, etc.), no português europeu, corresponderia inteiramente às formas do modo conjuntivo/subjuntivo, tanto no imperativo afirmativo quanto no negativo.

Estudos bastante amplos de cunho variacionista têm sido levados a cabo com o objetivo de compreender os fatores linguísticos e extralinguísticos que explicariam os contextos de uso das duas estratégias linguísticas - variantes do imperativo afirmativo-*forma de 2P* vs. *imperativo-forma de 3P* no português brasileiro (cf. Scherre *et alii*, 1998, 2001, 2002-2007; Cardoso, 2006; Evangelista, 2010; Barbosa, 2013; Silva, 2017). Os autores observam diversos aspetos para a análise do fenómeno referido. Quanto aos fatores linguísticos, os trabalhos costumam observar questões de cunho mais estrutural, como: o número de sílabas da forma verbal em análise, a conjugação à qual pertence o verbo, os tipos de verbos, etc. Quanto aos fatores extralinguísticos ou sociais, os estudos levam em conta, no geral, o género, a faixa etária e o grau de escolarização dos falantes.

Embora seja um tema bastante estudado no português brasileiro, devido à relação que se estabelece entre a variação das estratégias imperativas e a emergência de *você* como forma variante de *tu* (menos distante e mais informal²), não encontrámos trabalhos que observem o comportamento das formas imperativas variantes, seja na escrita seja na fala, no caso do português angolano. Nesse sentido, o interesse pelo tema para a variedade angolana foi suscitado pelo facto de nos termos deparado com um conjunto de provas produzidas por professores angolanos em que a variação das estratégias imperativas (*forma de 2P* e *forma de 3P* - *Assinala/Assinale*) se fazia presente nos enunciados formulados por estes. Com este material disponível, decidimos investigar o fenómeno, partindo das hipóteses dos estudos feitos para o português brasileiro, em função de o tema ter sido já bastante estudado para esta variedade do português.

² O uso do “tu”, a alternância entre “tu” e “você” e as respetivas valorações sociais no Português do Brasil conhecem muitas variações geográficas no território brasileiro, já reportadas em alguns estudos. Cf. Cavalheiro (2016).

Desse modo, o objetivo central desta investigação consiste em analisar a variação do *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P*, nos enunciados de provas produzidos por professores angolanos da Escola de Formação de Professores *Ferraz Bomboco* da província do Huambo. O nosso intuito é observar os fatores linguísticos e extralinguísticos que estejam a condicionar o uso das formas imperativas variantes. Em função do teor, em princípio, mais monitorado e controlado do género “prova”, a nossa hipótese inicial será a de que as provas de língua portuguesa não apresentem nos seus enunciados variação entre as duas estratégias imperativas analisadas, ao passo que, nas provas das demais disciplinas, a variação poderá ser mais evidente, porque os professores teriam menor preocupação com questões relativas à norma prescritiva. Além disso, a variante mais formal do imperativo (*a forma de 3P*) predominaria nas provas de língua portuguesa. Os professores das outras disciplinas não teriam necessariamente um monitoramento linguístico tão forte e tenderiam a utilizar a variante mais informal e de maior proximidade comunicativa, qual seja, o *imperativo-forma de 2P* na formulação dos enunciados das suas provas.

Para desenvolvermos a nossa pesquisa, servimo-nos dos princípios teóricos e metodológicos da corrente da Sociolinguística Laboviana (1972, 1994) e dos estudos sobre o tema desenvolvidos por Scherre *et alii* (1998, 2001, 2002-2007) para o português brasileiro. O intuito era identificar se os fatores tradicionalmente indicados como relevantes para a variação das estratégias imperativas no português brasileiro seriam os mesmos no português angolano, em particular, nos enunciados das provas analisadas.

O estudo prevê a análise de um *corpus* constituído por 80 provas das 10ª e 11ª classes de diversas disciplinas e cursos de especialização. Julgámos, ainda, oportuna a quantificação dos dados por intermédio do programa estatístico *Goldvarb-x* para análise posterior.

Em função do modelo de análise proposto e do *corpus* escolhido, algumas questões necessitavam ser respondidas: (i) Por que houve variação na expressão do imperativo em textos de um mesmo género de escrita, no caso, em provas que seriam, em princípio, um texto mais formal e monitorado? (ii) A variação deu-se de acordo com um critério individual, ou seja, cada professor tende a usar sempre a mesma forma de imperativo

nas instruções das suas provas ou numa mesma prova um mesmo professor pode variar na forma de imperativo usada nas instruções? (iii) A variação tem uma ligação funcional estável, ou seja, está relacionada com a marcação de [+ proximidade] vs. [+ afastamento] com o *tu* ou *você/senhora*, respetivamente? (iv) Que fatores linguísticos e extralinguísticos favorecem o uso de cada uma das formas variantes na expressão do imperativo? (v) Os contextos favorecedores do uso das formas variantes identificados por Scherre *et alii* (2000, 2002, 2003, 2004, 2007) para o português brasileiro são os mesmos que favorecem a variação do imperativo *forma de 2P* e *forma de 3P* no nosso *corpus* de provas de professores(as) angolanos(as)?

Para responder a estas questões e dar conta dos objetivos delineados, estruturamos o trabalho em 4 secções, além desta apresentação e das referências bibliográficas. Na secção 2, apresentamos uma síntese dos estudos linguísticos feitos sobre a variação do imperativo no português brasileiro. Na secção 3, enquadrámos o tema na teoria da variação, descrevendo, ainda que brevemente, os grupos de fatores testados e a natureza do *corpus* em análise. Na secção 4, apresentamos os resultados obtidos em duas subsecções. Em 4.1, mostramos a distribuição geral dos dados na amostra, tendo em vista os três grupos de provas identificadas: (i) provas com imperativo-*forma de 3P* exclusivo; (ii) provas com imperativo-*forma de 2P* exclusivo e (iii) provas *mistas* com variação entre imperativo-*forma de 3P* e imperativo-*forma de 2P*. Em 4.2, evidenciamos os resultados gerais na amostra (iii) em que houve variação das duas estratégias imperativas, destacando os grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico como relevantes para a explicação do fenómeno. Em 5, elaboramos as nossas considerações finais que vêm seguidas pelas referências bibliográficas.

2. Síntese de alguns estudos sobre o imperativo no Brasil

Os estudos variacionistas têm procurado observar o efeito dos fatores linguísticos na explicação do fenómeno de variação entre as duas estratégias de imperativo mencionadas: *imperativo-forma de 2P* vs. *imperativo-forma de 3P* (cf. Scherre *et alii*, 1998, 2001, 2003, 2007; Evangelista, 2010;

Barbosa, 2013; Silva, 2017). Essas pesquisas têm apontado a atuação de fatores relacionados com aspetos estruturais e morfossintáticos dos verbos, como é o caso da conjugação verbal, o número de sílabas da forma e a presença/ausência de pronomes de 2ª ou 3ª pessoas na proximidade contextual das formas imperativas analisadas.

No que diz respeito à conjugação verbal, por exemplo, os resultados obtidos por Scherre *et alii* (1998, 2001, 2003, 2007) e Evangelista (2010) demonstraram que os verbos de primeira conjugação [-marcados] tendem a favorecer o *imperativo-forma de 2P* (forma mais geral), ao passo que os verbos de segunda e terceira conjugações favoreceriam o *imperativo-forma de 3P* [+marcado]. O número de sílabas também tem sido objeto de análise. Os autores verificaram que as formas verbais com duas sílabas no máximo (*olhar, deixar*) favoreceriam o *imperativo-forma de 2P*, ao passo que os verbos com mais de duas sílabas desfavorecê-lo-iam (*esperar e imaginar*). Como aponta Silva (2017, p.20), tais aspetos estariam relacionados com o *Princípio da Marcação* (Givón, 2001), que prevê que estruturas mais marcadas seriam cognitivamente mais complexas com formas mais salientes. Assim, verbos de 1ª conjugação que são mais frequentes na língua seriam mais acessíveis cognitivamente ao falante, por isso seriam [-marcados] do que verbos de 2ª e 3ª conjugações que são menos numerosos e requerem maior esforço cognitivo [+marcados]. O mesmo raciocínio opera para o número de sílabas.

Outro grupo de fatores recorrentemente testado nesses estudos relaciona os padrões de verbos regulares e irregulares com a saliência fónica, associando-os a formas mais ou menos marcadas. Cardoso (2006), Scherre (2001, 2002, 1998), entre outros, mostraram que formas verbais mais marcadas, nesse caso, com radicais irregulares e vogal fechada, tenderiam a favorecer o *imperativo-forma de 3P* e, por outro lado, os verbos regulares com vogal aberta favoreceriam o *imperativo-forma de 2P* (menos marcado e mais geral). Assim, por exemplo, um verbo regular como *falar* (verbo regular, 1ª conjugação, vogal precedente mais aberta) apresentaria alta produtividade do *imperativo-forma de 2P* (*fala*), ao passo que, no extremo oposto, um verbo como *dizer* (verbo irregular, 2ª conjugação, vogal precedente mais fechada) apresentaria maior frequência do *imperativo-forma de 3P* (*diga*).

Quanto aos aspetos extralinguísticos, alguns estudos apontam resultados interessantes. No trabalho de Barbosa (2013: 113-124), o autor verificou, no seu estudo na comunidade de Vitória (Espírito Santo – Brasil), que o uso do *imperativo-forma de 3P* estaria relacionado com o grau de escolaridade. Assim, quanto maior for o grau de escolaridade do falante maior seria a frequência dessa forma. No entanto, o autor chama a atenção para o facto de o resultado do ensino superior não se ter dado de forma categórica, havendo registo de variação do *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P* nesse nível de escolaridade.

Mesmo convictos de que não daremos conta, nos limites deste estudo, de todos os tópicos mencionados, reproduzimos um quadro sinótico adaptado de Scherre (2007: 207) com as principais conclusões da autora acerca dos contextos que favorecem, no português brasileiro, o uso de cada uma das estratégias imperativas estudadas (*forma de 2Pvs. forma de 3P*):

Tendem a favorecer o imperativo-forma de 2P – imperativo com pronome tu	Tendem a favorecer o imperativo-forma de 3P – imperativo com <i>você/ senhor</i> ou formas de tratamento nominais
1) Eventos de fala menos formais e de natureza explicitamente mais dialógica	1) Eventos de fala mais formais e de natureza explicitamente menos dialógica
2) Construções afirmativas	2) Construções com negação pré-verbal
3) Contexto com pronome <i>tu</i> explícito no contexto da fala (em algumas regiões do Brasil)	3) Contexto com <i>você</i> explícito no contexto próximo
4) Construções frásicas com pronomes na forma reta e oblíqua, a título exemplificativo, <i>deixa eu ir, chama ele, lhe chama</i>	4) Construções com pronome na forma oblíqua, do tipo, <i>deixe-me ir, chame-o, veja-o/lhe veja, faça-me, aproxime-se</i>
5) Paradigmas irregulares com posição menos marcada: <i>dá/dê; vai/vá; vem/venha; põe/ponha</i>	6) Paradigmas irregulares com posição mais marcadas: <i>faz/faça, diz/diga; sê/seja</i>
6) Verbos de até duas sílabas: <i>dar, ir, vir, ter, pôr; olhar, deixar, falar, ficar, abrir</i>	6) Verbos de mais de duas sílabas: <i>esperar, apertar, perguntar, desculpar, respirar, imaginar, aproveitar</i>
7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente aberta: <i>fala/ olha/espera</i>	7) Verbos regulares da primeira conjugação com vogal precedente fechada: <i>use/ abuse/ imagine</i>

8) Formas verbais em série precedidas de formas associadas ao <i>imperativo-forma de 2P</i> (<i>deixa/ recebe/abre/dá/diz/vai</i>)	8) Formas verbais em série precedidas de formas do <i>imperativo-forma de 3P</i> (<i>deixe/receba/abra/dê/diga/vá</i>)
9) Falantes mais jovens	9) Falantes mais velhos
10) Falantes menos escolarizados (em algumas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro)	10) Falantes mais escolarizados (em algumas cidades brasileiras)

TABELA 1 – Contextos que favorecem o *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P*
(Síntese adaptada de Scherre, 2007, p. 207)

3. Enquadramento teórico e metodológico da pesquisa

3.1. Pressupostos teóricos e grupos de fatores controlados

Para desenvolvermos a nossa investigação, servimo-nos dos princípios teóricos e metodológicos da Sociolinguística de base Laboviana (1972, 1994), a fim de observarmos os fatores que estariam a condicionar o uso de uma ou de outra forma imperativa. Os dados foram analisados e quantificados com o auxílio do programa estatístico *Goldvarb-x* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005). Em linhas gerais, o *Goldvarb-x* fornece, por meio de frequências e pesos relativos, a relevância estatística dos resultados obtidos. De acordo com Scherre *et alii* (2007: 194), os pesos relativos indicam o efeito de cada fator em relação às variantes da variável dependente, ao efetuarem cruzamentos entre os grupos dos fatores propostos. Os resultados que apresentam efeito categórico devem ser excluídos da análise quantitativa para obter os pesos relativos que, normalmente, são calculados somente em situação de variação.

Os dados foram submetidos a sete grupos de fatores, sendo cinco linguísticos e dois extralinguísticos, além da variável dependente do fenómeno: *imperativo-forma de 2P* vs. *imperativo-forma de 3P*. Os grupos testados foram formulados a partir dos estudos brevemente mencionados na secção 2. Em relação aos fatores linguísticos, foram observados os seguintes grupos de fatores linguísticos: (i) forma imperativa empregue nas folhas de provas: (a) uso exclusivo de *imperativo-forma de 2P* em toda a prova; (b)

uso exclusivo de *imperativo-forma de 3P*; (c) uso de *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P* na mesma prova (mista); (ii) presença/ausência de formas do mesmo paradigma: este grupo pretendia testar se a forma imperativa utilizada ocorria antecedida ou seguida por formas do mesmo paradigma ou de paradigmas diferentes. Assim, controlámos se a forma analisada ocorria (a) isoladamente no enunciado; (b) antecedida/seguida por pronome ou desinência verbal de 2ª pessoa no mesmo enunciado ou fora do enunciado (*teu... dirias*); (c) antecedida/seguida por pronome ou desinência verbal de 3ª pessoa no enunciado ou fora dele (*seu*); (iii) conjugação verbal da forma imperativa em análise: (a) primeira (*assinalar, falar*); (b) segunda (*fazer, dizer*); (c) terceira (*corrigir*) conjugações; (iv) regularidade dos verbos e saliência fónica: o grupo controlava se o verbo analisado era regular ou irregular, além de observar a que conjugação pertencia a saliência fónica da vogal do radical (aberta ou fechada). O grupo estava dividido em: (a) paradigma regular menos marcado – 1.ª conjugação vogal precedente [+ aberta] (*fala/fale; olha/olhe; espera/espere*); (b) paradigma regular menos marcado – 1.ª conjugação vogal precedente [- aberta] (*manda/mande; conta/ conte; tenta/tente; vira/vire; desculpa/desculpe*); (c) paradigma irregular, oposição menos marcada – (*dá/dê; vai/vá; sai/saia; vem/venha; põe/ponha*); (d) paradigma irregular, oposição mais marcada – (*faz/faça; traz/traga; diz/diga; vê/veja; pede/peça; sê/seja*); (v) número de sílabas dos verbos na forma infinitiva: (1) monossílabo; (2) dissílabo; (3) trissílabo; (4) polissílabo.

Controlámos, ainda, os seguintes fatores extralinguísticos: o género do autor da prova (masculino ou feminino) e a disciplina da prova (língua portuguesa, matemática, biologia, empreendedorismo, geografia, história e metodologia de ensino).

3.2. Recolha do Corpus e sua Caracterização

O *corpus* da nossa investigação é constituído pelo género discursivo “prova” que apresenta estruturas bem definidas, com enunciados caracterizados por atos injuntivos materialmente apresentados como orientações, solicitação de tarefas e ordens a serem realizadas pelo estudante, a fim de aferir o nível de conhecimento da disciplina. A depender do contexto interacional criado na sala de aula e do tipo de relação de poder estabelecida entre o professor e o aluno, é possível que

o tom da prova enverede por duas direções que interferem sobremaneira na análise. Por um lado, o professor pode tentar manter o distanciamento comunicativo inerente ao género “prova”, como um instrumento de medida classificatório da autoridade escolar. Neste caso, prevaleceria um texto marcadamente distante e o uso monitorado, prevalecendo, no caso do objeto de análise, do *imperativo-forma de 3P* para marcar formalidade, segundo a tradição portuguesa mencionada na apresentação. Por outro lado, o professor poderia minimizar o carácter impositivo da avaliação escolar, concebendo a prova como uma avaliação mais processual e formativa³. Neste caso, a adoção do *imperativo-forma de 2P* seria favorecido a partir do emprego de formas mais usuais e quotidianas do vernáculo⁴ do aluno. Para marcar maior proximidade comunicativa com os seus alunos, o *imperativo-forma de 2P* poderia predominar.

Os enunciados de provas que se apresentam como amostra foram recolhidos na Escola de Formação de Professores (INE) *Ferraz Bomboco* do município do Huambo, no final de 2017. As provas analisadas foram elaboradas pelos professores no mesmo ano. Os professores das disciplinas ministradas não possuem necessariamente formação específica na respetiva área de ensino. Os enunciados de provas permitiram-nos conhecer, em primeiro lugar, as competências linguísticas e comunicativas apresentadas pelos professores. Em segundo lugar, verificámos que os professores apresentam variação na expressão do imperativo nas formas de 2P e de 3P, ao adotarem um registo bem próximo do *vernáculo*.

Recolhemos cerca de 80 provas, sendo 20 de língua portuguesa e 10 de cada uma das seguintes disciplinas: matemática, biologia, empreendedorismo, geografia, história e metodologia de ensino. As provas foram aplicadas a três trimestres letivos, das 10ª e 11ª classes de várias turmas, nos dois períodos laborais: manhã e tarde. Os dados mensurados na amostra ocorrem em contexto escrito dirigidos aos alunos de idade compreendida entre os 20 aos 30 anos de idade, contexto em que o uso

³ Não tendo sido possível, no âmbito do estudo, aferir totalmente estas valorações, partimos do princípio de que estes pressupostos são genericamente aceitáveis na descrição funcional e sociolinguística da variável. A estas valorações não é alheio o facto de que a população estudantil analisada nesta investigação se situa numa faixa etária entre os 20-30 anos.

⁴ Utiliza-se vernáculo como sinónimo de idioleto.

do *imperativo-forma de 3P* prevaleceria num contexto mais formal para o português europeu.

A partir da leitura das 80 provas, identificámos que, em algumas delas, havia variação de formas imperativas nos enunciados formulados pelos professores numa mesma prova ou nas diferentes provas. Assim, tendo em vista a presença ou não de variação/mistura das formas imperativas numa mesma prova, o *corpus* foi organizado em três grupos para ser analisado. O primeiro deles engloba as provas com *uso exclusivo* do *imperativo-forma de 3P* sem variação, como exemplificado em (1a e 1b). O segundo, por outro lado, pressupunha o emprego apenas do chamado *imperativo-forma de 2P*, em (2a e 2b). Por fim, considerámos as provas, chamadas aqui de mistas, por apresentarem coexistência das duas estratégias imperativas: *forma de 2P* e *forma de 3P*, em (3):

- 1) a) «*Leia* atentamente a prova e de acordo a sua capacidade de síntese *responda* de forma precisa.»;
- b) «Sobre a Angola *diga*:» (Provas de geografia do I trimestre da 10ª classe da tarde de opção geo-história do ano de 2017);
- 2) a) «*Lê* atentamente o texto e *responde* com satisfação as perguntas que se seguem:»;
- b) «*Fundamenta* a tua resposta com base no texto.» (Prova de língua portuguesa do II trimestre da 11ª classe da tarde de opção geo-história do ano de 2017);
- 3) «Atendendo aos conteúdos adquiridos ao longo do ano lectivo, *prova* os seus conhecimentos respondendo com clareza e objectividade as questões abaixo indicadas. *Faça* correspondência entre os elementos da coluna A com os da coluna B.» (Prova de história da 10ª classe do III trimestre, 2017).

Tendo em vista a natureza dos dados pelos três grupos de provas apresentados (uso exclusivo de *imperativo-forma de 3P*, uso exclusivo de *imperativo-forma de 2P* e uso variável das duas estratégias imperativas – *forma de 2P* e de *3P*–na mesma prova), optámos por apresentar os resultados em duas subsecções, para que possamos descrever, de maneira mais ampla, os nossos resultados. Na secção 4.1, faremos a descrição

geral dos resultados obtidos com base em todos os dados quantificados e levantados na totalidade do nosso *corpus* constituído por enunciados de provas. Dessa forma, teremos uma visão geral da distribuição das variantes do imperativo na amostra a partir dos três grupos identificados e das disciplinas em que cada variante mais ocorreu. Na secção seguinte, apresentaremos os resultados relativos ao grupo de provas mistas, ou seja, ao conjunto de provas em que houve variação entre as duas estratégias imperativas. Nesta secção, indicaremos os grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico *GOLDVARB-X* como relevantes para a explicação do fenómeno variável.

4. Resultados obtidos: totais e parciais

4.1. Distribuição geral dos dados do *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P* na totalidade do *corpus* de provas das 10ª e 11ª classes.

Foram identificadas 371 ocorrências de formas imperativas, sendo 291 ocorrências de *imperativo-forma de 3P* (80.4%) e 80 ocorrências de *imperativo-forma de 2P* (19.6%). Os resultados gerais do *corpus* analisado comprovam que houve uma presença significativa da forma *imperativo-forma de 3P*, a forma mais expectável em documentos de cunho mais formal, como é o caso das provas de diferentes disciplinas aplicadas aos alunos da 10ª e 11ª classes. Por um lado, a variante do *imperativo-forma de 3P* foi preponderante com quase 80,5% de frequência de uso contra apenas 19,6% do *imperativo-forma de 2P*: variante mais comum para o tratamento com os mais jovens e para um tratamento mais informal⁵. Por outro lado, é interessante destacar a variação das duas formas imperativas numa mesma prova.

Apesar de os índices para o *imperativo-forma de 2P* não ultrapassarem os 20% de frequência, cabe-nos procurar compreender que fatores determinam tal variação nesta amostra de provas de diferentes professores

⁵ Todavia, alertamos para o facto de que maior informalidade não depende apenas da faixa etária do “tu”, mas de outros dados contextuais.

bacharéis, licenciados e mestres, seja observando em que provas ocorre uma ou outra forma variante, seja analisando a variação das duas formas na mesma prova.

Como mencionámos, controlámos os dados, primeiramente, tendo em vista a presença ou não de mistura das formas imperativas numa mesma prova. O nosso objetivo era observar se, a mistura das formas ocorria numa mesma prova, e se o(a) mesmo(a) professor(a) nos enunciados das suas provas, apresentava, ou não, o uso variável das estratégias imperativas, sendo estes textos monitorados e produzidos por professora(s) que, na sua maioria, possuem grau mínimo de bacharelato. Os resultados constam na tabela seguinte:

	Uso das formas variantes do imperativo nas provas				
	<i>Imperativo-forma de 3P</i> N	%	<i>Imperativo-forma de 2P</i> N	%	Total N
Presença exclusiva de forma <i>imperativo-forma de 3P</i>	177	100	0	0	177
Presença exclusiva de forma <i>imperativo-forma de 2P</i>	0	0	9	100	9
Presença de formas <i>imperativas de 2P e de 3P</i> (provas mistas)	114	61,6	71	38,4	185
Total	291	80,4	80	19,6	371

TABELA2 – Formas variantes do imperativo (*forma de 2P e forma de 3P*) presentes na totalidade do *corpus* de provas

Os dados mostram que o *imperativo-forma de 3P* foi a estratégia predominante no *corpus*, quer seja como a única forma presente nas

provas com 177 ocorrências, quer seja como forma variante em relação ao *imperativo-forma de 2P* com 114 ocorrências. Neste último caso, isto é, neste grupo de provas que apresentaram variação, o *imperativo-forma de 3P* também prevaleceu: identificaram-se 114 ocorrências do *imperativo-forma de 3P* (61,6%) contra 71 do *imperativo-forma de 2P* (38,4%) nas provas mistas. Os 9 dados da *forma de 2P*, como única estratégia do imperativo empregue, ocorreram em apenas uma prova de língua portuguesa (L2) aplicada à 11ª classe no período da tarde no curso de geo-história, como mostram os exemplos de 4 a 7:

- 4) «*Fundamenta* a tua resposta com base no texto.»;
- 5) «*Identifica* as personagens do texto e *classifica-as* psicologicamente e socialmente.»;
- 6) «*Passa* as formas verbais sublinhadas no texto para o tempo futuro, modo indicativo.»;
- 7) «Numa linguagem clara e objectiva, *fala* do amor ao próximo, não acima de 10 linhas.» (Prova de Língua Portuguesa – L2)

É curioso observar que a professora, aqui identificada como L2, empregou exclusivamente o *imperativo-forma de 2P* apenas nesta prova, embora tenha utilizado as duas formas variantes em outras folhas de provas. Nos dados em análise, é provável que a professora tenha optado pela estratégia imperativa mais informal nos seus enunciados para maior aproximação com o vernáculo dos seus alunos. Interessante observar que a manutenção de formas do mesmo paradigma, ou seja, formas associadas ao pronome pessoal de segunda pessoa do singular, portanto, *tu*, neste caso, prevaleceram na prova, uma vez que a professora também usou um pronome possessivo de segunda pessoa do singular *tua*, conforme ilustra o exemplo 4, obedecendo totalmente à uniformidade do tratamento: “**Fundamenta** a **tua** resposta com base no texto”.

Realizámos, igualmente, um cruzamento entre o tipo de prova (mista para o uso do imperativo ou não-mista para usos exclusivos) e a disciplina da prova. A tabela a seguir mostra como os dados estão distribuídos:

Estratégia imperativa/ Disciplina	Provas <i>mistas</i>		Provas <i>não-mistas</i>	
	<i>Imperativo-forma de 3P</i>	<i>Imperativo-forma de 2P</i>	<i>Só imperativo-forma de 3P</i>	<i>Só imperativo-forma de 2P</i>
Língua Portuguesa	38	10	115	9
Biologia	9	6	12	--
Metodologia de Ensino	9	6	27	--
Matemática	8	7	17	--
Geografia	15	13	6	--
História	11	20	---	--
Empreendedorismo	24	9	--	--
Total	114	71	177	9

TABELA3 – Distribuição do número de ocorrências das variantes de imperativo-forma de 3P e de 2P nas provas *mistas* e *não-mistas* por disciplina

Em primeiro lugar, aprez-nos referir que apenas nas provas de língua portuguesa houve todos os tipos previstos: provas em que se usou apenas o *imperativo-forma de 3P* (a maioria), provas em que se usou apenas o *imperativo-forma de 2P* e provas com variação. Apesar da presença da variação entre as duas estratégias nessas provas, predominou o *imperativo-forma de 3P* nas provas de língua portuguesa, o que confirma a hipótese inicial do uso dessa variante do imperativo em textos de maior monitoramento e formalidade. Como evidencia a tabela 3, as provas em que o uso do *imperativo-forma de 3P* prevaleceu foram: biologia, metodologia e matemática. Destaca-se ainda que, em duas disciplinas

(história e empreendedorismo), houve sempre variação entre as duas estratégias previstas para o imperativo. Tal resultado pode evidenciar que os professores dessas disciplinas aparentemente estavam menos monitorados para o controlo de aspetos relativos a variantes de distanciamento e de formalidade, estando mais abertos para usos relacionados à proximidade comunicativa.

Em suma, esses primeiros resultados confirmaram a hipótese prevista do maior uso do *imperativo-forma de 3P* nos enunciados das provas analisadas por ser tal variante a estratégia imperativa mais formal associada a *você/ou senhor* (ou tratamento nominal) conforme prevê a tradição gramatical.

Como observámos, a distribuição geral com todos os dados levantados no conjunto de provas analisado mostrou casos de variação do imperativo numa mesma prova. Falta-nos, ainda, compreender e explicar os contextos em que a variação do *imperativo-forma de 3P* e *imperativo-forma de 2P* ocorrem. Na próxima seção, apresentaremos os resultados parciais relativos aos dados extraídos de provas denominadas de *mistas*, ou seja, as que apresentaram coexistência das duas estratégias imperativas em referência ao interlocutor.

4.2. Análise da variação de estratégias imperativas (de 2P e de 3P) nas provas *mistas*: grupos de fatores selecionados

Além da descrição geral dos dados obtidos para o imperativo, realizámos uma *rodada* binária com os dados extraídos das provas mistas a partir do uso do programa estatístico *GOLDVARB X*, a fim de observar quais os fatores que foram realmente relevantes para a explicação do fenómeno variável. O programa *GOLDVARB X* realiza uma análise multivariada, confrontando todos os contextos (fatores) postulados e seleciona aqueles que são estatisticamente determinantes naqueles conjuntos de dados, indicando o peso relativo de cada grupo de fatores. O programa, *grosso modo*, indica, em termos estatísticos probabilísticos, que fatores favorecem ou desfavorecem a aplicação da regra variável. Para tal *rodada multivariada*, considerámos o *imperativo-forma de 2P* como *valor de aplicação* da regra variável. Dos sete grupos de fatores testados (*vide* secção 3), o *GOLDVARB X* selecionou apenas dois grupos: um linguístico e outro extralinguístico. O primeiro foi o padrão de regularidade do verbo e o segundo a disciplina

da prova em análise em que o dado foi localizado. Os resultados serão abordados a seguir.

4.2.1. Regularidade dos verbos

O grupo selecionado pelo programa como estatisticamente significativo tem a ver com a (ir)regularidade das variantes de *imperativo-forma de 2P* e *imperativo-forma de 3P* correspondentes. Tal grupo foi considerado nos estudos de Scherre (2000) e, na verdade, a autora conjuga, em apenas um grupo de fatores, aspetos fonéticos-fonológicos, como saliência fónica, e aspetos morfológicos para categorizar as formas verbais mais e menos complexas. No controlo do grupo, a autora analisa, por exemplo, a natureza precedente das vogais (se (+) aberta ou fechada), e os padrões regulares e irregulares dos verbos, associados aos paradigmas das conjugações (1ª, 2ª e 3ª). A hipótese que norteia esse grupo foi testada em outros trabalhos, como o de Silva (2017), Evangelista (2010) e Scherre (2000). As autoras verificaram que, no português brasileiro, os verbos que têm vogal precedente [+ aberta](*fala/fale*) favoreceriam a ocorrência de *imperativo-forma de 2P*, enquanto que os verbos precedidos de uma vogal [- aberta] favoreceriam o *imperativo-forma de 3P* (*manda/mande; vira/vire*).

Nos trabalhos de Scherre (1998, 2000), com base em dados da fala e escrita, a autora apresenta resultados que mostram que formas imperativas com vogal do radical do verbo (precedente à *marca desinencial* de imperativo) [+ aberta] *fala/fale, olha/olhe, espera/espere* tiveram pesos relativos acima de .600, favorecendo o *imperativo-forma de 2P*, enquanto os verbos com vogal precedente [- aberta] *manda/mande, tenta/tente, conta/conte, vira/vire, usa/use* –, desfavorecem a ocorrência dessa variante, com peso relativo abaixo de .500. Scherre (2003: 181), no estudo feito com *Diálogos de histórias em quadrinhos da Turma da Mônica* publicado em 1998 e 1999, observou que o paradigma dos verbos regulares da primeira conjugação tendeu a liderar o uso do *imperativo-forma de 2P* em contexto discursivo do pronome *você*. A observação criteriosa da autora indica que menor marcação interna no paradigma verbal implica

tendência de uso da variante do imperativo menos marcada que, no caso do português brasileiro, é o *imperativo-forma de 2P*. A maior marcação interna, ou seja, formas estruturalmente mais complexas implicam o uso da variante imperativa mais marcada: a variante menos geral, que é o *imperativo-forma de 3P*. O menor número de sílabas e a vogal precedente mais aberta favorecem o *imperativo-forma de 2P*; o maior número de sílabas e a vogal precedente menos aberta favorecem o *imperativo-forma de 3P*. Scherre (2003) agregou outros fatores nesse grupo de regularidade dos verbos. Constariam nesse caso os verbos irregulares com oposição **menos marcada** entre o *imperativo* nas formas de 2P e de 3P, como: *dá/dê, sai/saia, vai/vá, vem/venha, põe/ponha*. Na perspetiva da autora, esses verbos favorecem o *imperativo-forma de 2P*. Por outro lado, nos verbos irregulares com oposição **mais marcada**, ou seja, maior diferença entre as formas variantes, como *faz/faça, diz/diga, sê/seja*, a tendência seria ocorrer preferencialmente o *imperativo-forma de 3P*.

Em síntese, as hipóteses norteadoras, formuladas, a partir dos trabalhos de Scherre, são as seguintes: o *imperativo-forma de 2P* é favorecido, em geral, nos grupos verbais regulares e irregulares **menos marcados**; o *imperativo-forma de 3P* nas formas verbais **mais marcadas**.

A partir dos trabalhos apresentados, adotámos o grupo (ir)regularidade dos verbos com ligeiras modificações e observámos os dados retirados das folhas de provas elaboradas por professora(e)s angolana(o)s da escola já mencionada da província do Huambo. A tabela a seguir ilustra os resultados parciais obtidos com base na *rodada multivariada* do programa *GOLDVARB – X*. Na primeira coluna da tabela, apresentamos os fatores do grupo; na segunda coluna, indica-se o número de ocorrências das formas imperativas-*forma de 2P*; na terceira coluna, a percentagem de frequência e, na última coluna, indicam-se os pesos relativos para cada fator definido. Referimos, como mencionado anteriormente, que os pesos relativos acima de .500 indicam favorecimento da regra de aplicação e os valores abaixo de .500 sinalizam o desfavorecimento do fator para a forma imperativa em questão. O valor de aplicação, como referimos, foi o *imperativo-forma de 2P*:

Regularidade dos verbos	<i>Imperativo-forma de 2P</i> Ocorrências	%	Peso relativo
(1) Paradigma regular menos marcado – 1ª. conjugação vogal precedente [+aberta](fala/fale; olha/olhe; assinala/assinale)	30/59	50,8	.669
(2) Paradigma regular menos marcado – 1ª. conjugação vogal precedente[-aberta] conta/conte; tenta/tente; determina/determine.)	18/27	66,7	.828
(3) Paradigma regular mais marcado - 2ª,3ª conjugação (descreve/descreva; atende/atenda)	2/27	7,4	.142
(4) Paradigma regular de 2ª,3ª conjugação, oposição menos marcado – (abre/abra)	2/7	28,6	.402
5) Paradigma irregular oposição menos marcada – (dá/dê; põe/ponha)	18/38	47,4	.723
6) Paradigma irregular, oposição mais marcada - (faz/faça; diz/diga; define/defina; corrige/corrija)	1/27	3,7	.072

TABELA 4 – Regularidade dos verbos em provas *mistas*.
Valor de aplicação: imperativo-forma de 2P

Em termos de tendências gerais, os resultados obtidos na produção escrita de Angola, no caso nos enunciados de provas analisados, são semelhantes aos obtidos por Scherre (1998; 2000) para dados do discurso falado e escrito no português brasileiro. Como verificamos na tabela 4, os dois primeiros grupos (1 e 2) que reúnem os verbos regulares menos marcados de 1ª conjugação, seja com vogal precedente [+ aberta] ou [- aberta], favoreceram o *imperativo-forma de 2P*, visto que apresentaram pesos relativos acima de .500. Comparativamente, o grupo (2) com vogal precedente [- aberta]

apresentou-se como o contexto linguístico mais favorecedor da aplicação da regra. A percentagem foi de 66,7% de frequência com o peso relativo mais alto, .828. O grupo (1) com vogal precedente [+ aberta] teve 50,8% de frequência com o peso relativo menos alto do que o grupo (2), com .669. O outro fator que se mostrou favorecedor do *imperativo-forma de 2P* foi o grupo (5), dos paradigmas irregulares com oposição menos marcada. Neste caso, o percentual foi de 47,4% e .723 de peso relativo.

No geral, os verbos regulares mais marcados de 2ª e 3ª conjugações (pertencentes aos grupos 3 e 4) desfavorecem o *imperativo-forma de 2P*. O grupo (6) - padrão irregular - como posição mais marcada também se revelou desfavorecedor do *imperativo-forma de 2P* como previsto nas hipóteses levantadas para o português brasileiro. Aparentemente, também, em Angola, as diferenças de uso das formas variantes do imperativo (*forma de 2P e de 3P*) são influenciadas pela natureza fonética e morfológica dos verbos empregados: formas menos marcadas propiciam o *imperativo-forma de 2P* e as mais marcadas o *imperativo-forma de 3P*⁶.

Vejamos o outro grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico. Neste caso, trata-se de um fator de natureza extralinguística.

4.2.2. Disciplinas das provas

O outro grupo relevante selecionado pelo programa estatístico foi o que se convencionou denominar de disciplinas das provas. Como não tivemos oportunidade de obter informações mais precisas sobre o perfil social dos docentes que formularam as provas, utilizámos a referência às disciplinas das provas em que os dados foram obtidos. Dos estudos efetuados sobre o tema em análise, não verificámos, até ao momento, uma pesquisa relacionada com o género “prova”, para que pudéssemos levar em conta a comparação neste grupo.

A nossa hipótese inicial era a de que os professores de língua portuguesa, como mencionado em 4.1, apresentariam menor variação no uso das

⁶ Ficará para um trabalho futuro a análise lexical dos verbos instrucionais ocorrentes nas provas. O cruzamento dos dados levantados, de natureza morfológica e fonética, com dados de natureza lexical pode contribuir, de forma relevante, para estas conclusões, já que as provas são um contexto fechado em que o material lexical para formulação de imperativos tende a ser recorrente (a taxa de repetição das regularidades fonéticas e morfológicas observadas decorre da repetição dos mesmos verbos, usados pelos mesmos indivíduos com taxas diferenciadas de uso dos imperativos).

estratégias imperativas por conta de uma preocupação mais monitorada da disciplina em si. Assim, o uso da variante mais formal do *imperativo-forma de 3P* predominaria nesta disciplina. Os professores das outras disciplinas, por sua vez, não teriam necessariamente um monitoramento linguístico tão forte e, possivelmente, empregariam usos mais informais de maior proximidade comunicativa, no caso, o *imperativo-forma de 2P* na formulação dos enunciados de suas provas. Curiosamente, este grupo extralinguístico foi selecionado pelo programa *GOLDVARB – X* como favorecedor da regra variável. A tabela seguinte apresenta os resultados obtidos:

Disciplinas	<i>Imperativo-forma de 2P</i> Ocorrências	%	Peso relativo
Língua portuguesa	10/48	20,8	.311
Matemática	7/15	46,7	.644
História	20/31	64,5	.787
Biologia	6/15	40	.548
Empreendedorismo	9/33	27,3	.328
Geografia	13/28	46,4	.581
Metodologia de ensino	6/15	40	.508

TABELA 5 – Disciplina: verificação parcial em provas *mistas*.
Valor de aplicação: *imperativo-forma de 2P*

Os resultados da tabela 5 mostram que em todas as disciplinas houve variação nas estratégias do imperativo, mas identificou-se uma diferença de comportamento dos docentes de cada área como previsto na nossa hipótese inicial. Os docentes que elaboraram as provas de história tiveram os maiores pesos relativos para o emprego do *imperativo-forma de 2P*, com .787. Em segundo lugar, surgem os docentes de matemática que apresentaram peso relativo de .644. Em termos dos resultados gerais, seriam estas as disciplinas em que houve maior favorecimento para o uso do *imperativo-forma de 2P*. Com pesos relativos próximos da média de .500, estão as provas formuladas pelos professores de geografia, com .581, de biologia, com .548 e de metodologia de ensino, com .508. A prova de

empreendedorismo também teve baixos índices para o *imperativo-forma de 2P*. Como seria de esperar, as provas da disciplina de língua portuguesa apresentam menos favorecimento do *imperativo-forma de 2P* com peso relativo de .311. Assim, houve mais favorecimento do *imperativo-forma de 3P* nas provas dos professores mais monitorados linguisticamente, por se tratar de professores com maior domínio do uso das duas estratégias linguísticas endereçadas ao aluno (inquirido), tendo em conta o caráter da disciplina, onde se planificam e ensinam conteúdos sobre a expressão do imperativo nas formas de 2P e de 3P.

5. Considerações finais

A frequência dos resultados globais das formas variantes do imperativo na nossa amostra foi bastante desequilibrada, com 80,4% da forma referente ao *imperativo-forma de 3P* e 19,6% ao *imperativo-forma de 2P*. Apesar de os índices para a *forma imperativa de 2P* não ultrapassarem os 20% de frequência, coube-nos procurar compreender que fatores determinaram tal variação nesta amostra de provas de diferentes professores bacharéis, licenciados e mestres. Em função desses resultados globais, algumas questões precisaram ser respondidas: (i) Por que houve variação na expressão do imperativo em textos de um mesmo género de escrita, no caso, em provas que seriam, em princípio, um texto mais formal e monitorado? (ii) A variação deu-se de acordo com um critério individual, ou seja, cada professor tende a usar sempre a mesma forma de imperativo nas instruções das suas provas ou numa mesma prova um mesmo professor pode variar na forma de imperativo usada nas instruções? (iii) A variação tem uma ligação funcional estável, ou seja, está relacionada com a marcação de [+ proximidade] vs. [+ afastamento] com o *tu* ou *você/senhora*, respetivamente? (iv) Que fatores linguísticos e extralinguísticos favorecem o uso de cada uma das formas variantes na expressão do imperativo? (v) Os contextos favorecedores do uso das formas variantes identificados por Scherre *et alii* (2000, 2002, 2003, 2004, 2007) para o português brasileiro são os mesmos que favorecem a variação do imperativo *forma de 2P* e *forma de 3P* no nosso *corpus* de provas de professores(as) angolanos(as)?

Para responder à segunda e terceira questões, controlámos os dados, tendo em vista a presença ou não de mistura das formas imperativas numa mesma prova. Os resultados mostraram que a variante imperativa de 3P foi a estratégia predominante no *corpus*, quer seja como a única forma presente nas provas com 177 ocorrências, quer seja como forma variante em relação à forma de 2P com 114 ocorrências. Neste grupo de provas que apresentaram variação, o *imperativo-forma de 3P* também prevaleceu: identificaram-se 114 ocorrências dessa estratégia (61,6%) contra 71 do *imperativo-forma de 2P* (38,4%) nas provas que denominamos, aqui, de mistas. Os 9 dados do *imperativo-forma de 2P*, como única estratégia do imperativo empregue, ocorreu em apenas uma prova de língua portuguesa.

Para responder à quarta questão, analisámos apenas os dados extraídos de provas que apresentaram coexistência das duas estratégias imperativas a partir de resultados parciais e dos grupos de fatores selecionados pelo *Goldvarb-x*. Quanto ao grupo de natureza linguística, **regularidade dos verbos**, as hipóteses foram confirmadas. Os paradigmas regulares menos marcados da 1ª conjugação com vogal precedente (+) e (-) aberta e o irregular com posição menos marcada favoreceram a expressão do *imperativo-forma de 2P* com pesos relativos de .669; .828; .723; os paradigmas regulares (+) e (-) marcados da 2ª e 3ª conjugações ao lado dos irregulares com oposição (+) e (-) marcadas desfavoreceram quase categoricamente a expressão do *imperativo-forma de 2P* com .142; .402; .072. Quanto ao fator extralinguístico - **disciplinas**, observámos que as provas aplicadas nas disciplinas de história, matemática, geografia, biologia e metodologia de ensino favoreceram o *imperativo-forma de 2P* com .787; .644; .581; .548; .508, ao passo que as de língua portuguesa e empreendedorismo desfavoreceram-no.

Para uma resposta à primeira e última questões, pode depreender-se, pelos resultados, que a variação do imperativo em referência ao interlocutor, na forma de 2P e de 3P, parece confirmar, em relação ao contexto angolano, concretamente nos textos monitorados, isto é, em enunciados de provas produzidos por professores angolanos, que os professores adotam a forma vernácula mais informal, resultando, assim, na similaridade das ocorrências desse fenómeno linguístico com o português do Brasil, corroborando, em alguns aspetos, com os postulados formulados por Scherre *et alii* (1998; 2007).

Os resultados confirmaram a hipótese prevista do maior uso do *imperativo-forma de 3P* nos enunciados das provas analisadas por ser tal variante a estratégia imperativa mais formal associada a *você/o senhor*, conforme descreve a tradição gramatical. Além disso, o *imperativo-forma de 3P* predominou nas provas de língua portuguesa, o que reitera a nossa hipótese de o seu uso estar ainda associado a contextos de escrita mais monitorados.

REFERÊNCIAS

Andrade, C.; Melo, F.G. de Scherre, M.M.P. 2007. História e variação lingüística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. *Finos Leitores: Jornal de Letras, Brasília*, 3(1).

Barbosa, A. 2013. *Alternância de formas indicativas e subjuntivas na fala de Vitória (ES)*. São Paulo (Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Letras). Dissertação de mestrado.

Cardoso, D. B. B. 2006. O imperativo gramatical no português brasileiro. *Revista de Estudos da Linguagem*, 14(2), 317-340.

Cavalheiro, V. M. 2016. *As diferentes regras de uso das formas tu e você e suas influências na compreensão de narrativas literárias: PB e PE*. Porto (Universidade do Porto, Faculdade de Letras). Dissertação de doutoramento.

Evangelista, E. 2010. *Fala, Vitória! – A variação do imperativo na cidade de Vitória/ES e sua posição no cenário nacional*. São Paulo (Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Letras). Dissertação de mestrado.

Givón, T. 2001. The functional approach to language and the typological approach to grammar. In: *Syntax*. v.1. Amsterdam (J. Benjamins), 1-42.

Labov, W. 1994. *Principles of Linguistic Change – Internal Factors*. Oxford (Blackwell).

Labov, W. 2008. *Padrões sociolinguísticos* [trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso], 1ª ed.. São Paulo (Parábola).

Sankoff, D.; Tagliamonte, S.; Smith, E. (2005). *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto (Department of Linguistics, University of Toronto).

Scherre, M. M. P. et alii. 1998. Phonic parallelism: evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. *Papers in Sociolinguistics*. N.WAVE-26 à l'Université Laval (Québec): Nota Bene, 63-72.

Scherre, M. M. et alii. 2000. *Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no Português do Brasil*. II Congresso Nacional da ABRALIN

e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis (Taciro – Produção de Cds Multimídia), 1333-1347.

Scherre, M. M. *et alii*. 2002. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: Bagno, M. (Orgs.), *Lingüística da norma*. São Paulo (Edições Loyola), 217-265.

Scherre, M. M. *et alii*. 2003. Norma e Uso na Expressão do Imperativo em Revistas em Quadrinhos da Turma da Mônica. In: Silva, Denize E. Garcia, Lara, G. M. Proença e Magazzo, Maria Adélia (orgs.), *Estudos de Linguagem – Inter-relações e Perspetivas*. Campo Grande (Editora da UFMS), 177-191.

Scherre, M. M. P. *et alii*. 2007. Aspetos Sincrônicos e Diacrônicos do Imperativo Gramatical no Português Brasileiro. *Alfa*. 51 (1): 189-222.

Scherre, M. M. P. 2004. Norma e uso - o imperativo no português brasileiro. In: Dietrich, W.& Noll, V. (org.) *O português do Brasil - Perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt am Main (Vervuert)/ Madrid (Iberoamericana), 231-260.

Scherre, M. M. P. & Brasil, E. 2001. Norma e uso na variação do imperativo em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. *I Encontro Nacional do GELCO (Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste)*. Campo Grande (UFMS).

Scherre, M. M. P. 2008. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança lingüística na escrita de revistas em quadrinhos. *Anthony Naro e a lingüística no Brasil-Uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro (FAPERJ/7Letras), 306-319.

Silva, É.. 2017. *Formas Imperativas de Segunda Pessoa no Português Brasileiro*. Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras). Dissertação de doutoramento.

Silva, G. M. de Oliveira & Scherre, M. M. 1996. *Padrões Sociolinguísticos: Análise de Fenómenos Variáveis do Português Falado na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro (Tempo Brasileiro).

Niches in derivational morphology: Specialisation of suffixes within the formation of Portuguese deverbal nouns¹

Alexandra Soares Rodrigues

afsr@ipb.pt

ESE - Instituto Politécnico de Bragança
CELGA-ILTEC - Universidade de Coimbra

ABSTRACT

The aim of this paper is to study the specialisation of affixes following the same word-formation schema. The derivational morphology of Portuguese presents a multiplicity of suffixes that create deverbal nouns with the general meaning of ‘event’/‘result’/‘state’ (Rodrigues 2008). These suffixes may be exemplified by *-ção* (*avaliação* ‘evaluation’), *-ment(o)* (*congelamento* ‘freeze’), *-dur(a)* (*cozedura* ‘event of cooking’), *-agem* (*aterragem* ‘landing’), *-nç(a)* (*cobrança* ‘levy’), *-ão* (*empurrão* ‘push’), *-nç(o)* (*falhanço* ‘failure’), *-id(o)* (*ladrido* ‘barking’), *-ic(e)* (*coscuvilhice* ‘gossip’), etc.

Apparently, these suffixes are rivals, because they all generate the same kind of products from the same kind of bases. According to the Darwinian perspective presented by Lindsay & Aronoff (2013), Aronoff & Lindsay (2014, 2015) and Aronoff (2016), two affixes that are in mutual competition could either lead to the annihilation of one of them, or to their survival in the language, on the condition that they find a niche, i.e., a specialisation.

In this paper, we will bring evidence to the specialisation of the suffixes *-id(o)*, *-ment(o)* and *-dur(a)*, among the suffixes that operate the construction of event/result/state deverbal nouns.

KEY-WORDS: Derivational paradigms; specialisations of affixes; deverbal nouns.

1. Introduction

The formation of event/result/state deverbal nouns has been the focus of debate from different perspectives. In this work, it is followed a lexicalist perspective, in the tradition of Aronoff (1976) and Corbin

¹ The author would like to express her gratitude to the anonymous reviewers for their useful comments on the paper.

(1989). Corbin contends that each suffix working on each of the Word Formation Paradigms has a role on its own. This is contrary to Beard (1995), for instance, who considers that affixes are simple phonological spell-outs of rules. The analysis conducted in Rodrigues (2008) of 8414 deverbal nouns and the present study consolidate the perspective of Corbin.

In this work we also follow a paradigmatic approach to derivational morphology (Štekauer 2014; Antoniová & Štekauer 2015; Blevins, Ackerman & Malouf 2019; Blevins 2016; Rodrigues 2016b; Rodrigues & Rodrigues 2018), according to which paradigms are mental patterns dynamically organised according to different kinds of structural features that build the relationships between words. As we will show, selectional restrictions and semantic specialisations are among those features that are responsible for the construction and the cohesion of the patterns that form the paradigms.

Štekauer (2014: 361-363) explains that derivational paradigms hold a static and a dynamic aspect. The static aspect consists in the “system of relationships covering both actual and potential words”. The dynamic aspect is understood “as a device for the formulation of new complex words”. This implies that the system of relationships built by the speaker’s mind serves as an architecture of derivational guidelines for the construction of new words. It is important to emphasise that the so-called static system is not mentally idle. When the paradigm is no longer available for the formation of new words, it still functions as a mental architecture, keeping the system of relationships between the involved words cohesive.

Thus, in our work, we analyse patterns constituted by pairs of verbs and suffixed event nouns, disregarding their dynamic or static aspect. Consequently, although we will mention diachronic data and lexemes belonging to a specific knowledge domain, this study is neither meant to be diachronic nor dialectal nor sociolectal in nature. Although being aware of heterogeneous lexicons dependent on the several variation factors of language (Rodrigues 2015), that scope goes beyond this paper. The study focuses on contemporary synchronic patterns (either dynamic or static) which result from different relationships between words. Those

relations may be structured upon wide formal and semantic features or features belonging to finer tiers of phonologic, syntactic, semantic structures and interface modules (Jackendoff 2002), forming, respectively, macro-patterns and micro-patterns, as we will explain bellow.

The analysis of a corpus constituted by 8414 deverbal nouns and a total of 13708 meanings of those nouns was carried out by Rodrigues (2008). The corpus was constructed up on the *Dicionário da Língua Portuguesa* by Costa & Melo (1996), the *Vocabulário Portuguez e Latino* by Raphael Bluteau (1712-1728) and the *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingoa Portugueza* (1871-1874) by Domingos Vieira. Other sources, such as the Academia das Ciências de Lisboa *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001) and the *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001-2002), were used to check semantic structures of the derivatives. Some of the derivatives were also collected from oral and written real usages, which are identified in Rodrigues (2008).

The constitution of the corpus of 8414 deverbal nouns followed a rigorous protocol to filter the derivatives (Rodrigues 2008: 121-144). According to the protocol, only nouns correlated with a potential or a real verb forming a mental derivational (formal and semantic) pattern were considered.

The Portuguese suffixes that form event deverbal nouns are *-ção* (*avaliação* 'evaluation', *representação* 'representation', *vampirização* 'vampirisation'), *-ment(o)* (*congelamento* 'freeze', *descolamento* 'detachment', *adormecimento* 'falling asleep'), *-dur(a)* (*raladura* 'event of grating', *cozedura* 'cooking', *serradura* 'sawing, sawing dust'), *-agem* (*aterragem* 'landing', *alunagem* 'landing on the moon', *amaragem* 'landing on water'), *-nça(a)* (*cobrança* 'levy', *vingança* 'revenge', *mudança* 'change'), *-ão* (*empurrão* 'push', *encontrão* 'collision', *puxão* 'wrench'), *-nço(o)* (*falhanço* 'failure', *gamanço* 'snitching', *rasganço* 'tearing'), *-id(o)* (*ladrido* 'barking', *rosnido* 'growl', *gemido* 'moan'), *-ic(e)* (*coscuvilhice* 'gossip', *pedinchice* 'begging', *aldrabice* 'tinkering'), *-ari(a)* (*gritaria* 'much screaming', *zurraria* 'much braying', *berraria* 'much screaming'), *-d(a)* (*olhada* 'glance', *chamada* 'call', *caminhada* 'walk'), *-nci(a)* (*presidência* 'presidency', *luminescência* 'luminescence', *radiância* 'radiance'), *-del(a)* (*molhadela* 'soaking', *varredela* 'sweeping', *olhadela* 'glance'),

-ç(o) (*cansaço* ‘tiredness’, *sumiço* ‘vanishing’, *cagaço* ‘fear’) and *-ism(o)* (*bisbilhotismo* ‘attitude of prying’, *facilitismo* ‘attitude of facilitating’, *conformismo* ‘conformism’).

All of the suffixes provide derivatives with a general meaning of ‘event’ / ‘result’ / ‘state’. A Darwinian perspective (Lindsay & Aronoff 2013, Aronoff & Lindsay 2014, 2015 and Aronoff 2016) predicts that the structure does not allow for so many suffixes, since they play redundant roles. In a dynamic structure, this situation should lead to the disappearance of the redundant suffixes. However, the prevalent availability of the suffixes to form new words (dynamic aspect of the paradigm), and not only of the words themselves, reveals that the Portuguese structure needs them. Another sign that Portuguese needs them is that their derivatives constitute, with base words, different patterns, contributing to the cohesion of the system (static aspect of the paradigm).

In this paper, we will focus on the differences between the suffixes *-dur(a)*, *-ment(o)* and *-id(o)*, specifically with respect to their selectional restrictions and the meanings of ‘event’, ‘state’ and ‘concrete result’ of the respective deverbal nouns.

Except for the suffix *-id(o)*, the selectional restrictions and the meanings focused in the present work were collected from the analysis and systematisation of both aspects made in Rodrigues (2008) and they were corroborated by the analysis of those nouns and their respective meanings in corpora (*Corpus do Português*, *Corpus de Referência do Português Contemporâneo*, *Corpus Informatizado do Português Medieval*). The derivatives of the suffix *-id(o)* did not constitute the corpus built by Rodrigues (2008). They are the object of analysis of the present work. For the delimitation of the derivatives with the suffix *-id(o)*, we applied the protocol defined in Rodrigues (2008). One of the rules of the protocol establishes that there must be a mental derivational pattern built by the noun and the correlated verb and that the pattern is built upon the formal and the semantic relationships between both words. Consequently, we did neither consider words ending in *-ido* that are past participles of verbs (e.g. *falido* ‘bankrupted’; *dormido* ‘slept’) nor ‘individual’ nouns resulting from the conversion of past participles lacking an event meaning (e.g. *comprimido* ‘pill’; ‘compressed’, *desfavorecido* ‘disadvantaged individual’).

The suffix *-id(o)* is segmented as *-id(o)* and is not considered to be the same as *-d(o)*, having in mind the existence of derivatives such as *ronquido* ‘snore’ and *rosnido* ‘snarl’, derivationally correlated with the verbs *roncar* ‘to snore’ and *rosnar* ‘to snarl’, respectively. Those verbs belong to the first conjugation, which enables them to display past participles ending in *-ado* (*roncado*; *rosnado*) and not in *-ido*. For this reason, we identify the suffix *-id(o)* as an operator in event deverbal nouns formation.

Following those guidelines, we have identified a total of 31 event deverbal nouns formed by the suffix *-id(o)*, which, along with their meanings, were corroborated in the corpora.

Although the three suffixes produce event / result / state nouns (in some cases, from the same verbal base), the meanings of the ‘concrete result’ of products with *-dur(a)* are highlighted because many of them designate ‘wounds’, ‘portions’ and ‘residues’ (*maçadura* ‘bruise’, *envergadura* ‘wingspan’, *serradura* ‘sawdust’), whereas nouns with the suffix *-id(o)* indicate sounds (*rosnido* ‘snarl’, *ronquido* ‘snore’). These properties result from the specialisations of each of the suffixes that do not characterise the other suffixes.

Apart from the differences in meaning, the niches of the suffixes are also based on their selectional restrictions. As we will quantitatively indicate below, *-id(o)* only operates with unergative verbs of emission of sound; *-dur(a)* shows a preference for verbs of causation with the meaning of ‘to provide with’, which goes back to medieval Portuguese, as can be seen in an analysis of the lexicon of veterinary treatises, such as Giraldo (1318).

We leave here a note on quantitative data appearing in the following sections: when we state that a suffix does not operate with a specific kind of bases or that it does not sustain a specific meaning, it is because we have found those occurrences neither in the dictionaries used by Rodrigues (2008) nor in the corpora.

The analysis of the niches or specialisations of suffixes within the same word formation schema is consistent with the idea that word formation is a dynamic domain which is dependent on patterns that speakers deduce from language usage. A word-formation schema may be seen as a macro-pattern, in which the relation between the category of the base, the category of the product and the meaning of the latter builds the pattern. In this sense, event

/ result / state deverbals correspond to a macro-pattern. Within those macro-patterns, micro-patterns may be observed. Those micro-patterns correspond to the niches of each suffix operating within the same macro-pattern. Micro-patterns are built according to selectional restrictions, among other factors, that regulate the adjunction of affixes to bases and according to the possible general and secondary meanings of the products of each of the suffixes. For instance, the specialisation of the suffix *-id(o)* regarding both the meaning of 'sound' and its selectional restrictions constitutes a micro-pattern within the macro-pattern of event / result / state deverbals.

Specialisations of each suffix operating in the same macro-pattern explain why there are deverbals from the same verb with different suffixes (e.g., *encabrestadura* 'wound resulting from the halter', *encabrestamento* 'event of putting the halter on the horse').

2. Why do they coexist?

One possible explanation for the coexistence of so many suffixes operating within the same word formation schema resides in psycholinguistic approaches, specifically in the principle of maximisation of opportunity (Libben 2014). According to Libben (2014: 23), "It is through language that we read each other's minds". Thus, there must be an activation of mental states in the hearer that are compatible with the ones in the speaker's mind. To enable this, according to Libben (2014: 23), "the language system must employ every opportunity for reconstruction at the other end. This would include redundancy, the capacity for error repair, the capacity for reconstruction on the basis of partial evidence, and the possibility for heuristic strategies that can compensate for the paucity of bottom-up information".

The principle of maximisation of opportunity refers to every strategy languages provide for equivalence between what is intended by the speaker and what is understood by the hearer. Primarily, this explains why there are languages with redundant morphology. In our perspective, it also explains the coexistence of derivational suffixes bearing similar (not equal) roles. Our idea is that there are subtleties in the meaning of 'event'/'result'/'state' that

need a specialised suffix to be expressed. All the above-mentioned nouns mean 'event'/'result'/'state'; the redundancy of the suffixes consists in this. Notwithstanding, the derivatives of each suffix convey a subtle meaning within the general meaning of 'event'/'result'/'state'.

It is at this point that a Darwinian perspective comes into play, whose proficiency we are analysing here. According to this approach (Lindsay & Aronoff (2013), Aronoff & Lindsay (2014, 2015) and Aronoff (2016)), redundant suffixes are in competition with each other. Unless they each find a niche, that is, a specialisation, redundant suffixes are annihilated, we presume, by the most productive suffix.

We will demonstrate in the next section that the suffixes under focus have found their own niches and what the character of those niches is.

3. Are affixes all the same or specialised?

Our aim in this section is to show that suffixes working on the formation of event/result/state nouns are only apparently rivals. This assumption comes from the analysis of the suffixes' specialisations. Those specialisations may result from selectional restrictions and from variances in the general meaning of the event/result/state of the derivatives that convey the mental states of the speaker.

3.1. Selectional restrictions

Selectional restrictions, i.e., structural constraints that restrain the compatibility between affixes and bases (cf. Rainer 2005, Rodrigues 2014, Rodrigues 2015, chap. 6), constitute one type of suffix specialisation.

3.1.1 Selectional restrictions of the suffix *-id(o)*

The formation of deverbal nouns by means of the suffix *-id(o)* is one of the most specialised cases within the domain of word formation. The suffix works with verbs belonging to the three conjugations in Portuguese (*rosnar* 'to growl' / *rosnido* 'growl', *gemitir* 'to groan' / *gemido* 'groan', *ganir* 'to yelp' / *ganido* 'yelp'). In terms of syntactic-semantic constraints, the 100% of the 31 event derivatives have as bases unergative verbs of emission of sound. Those sounds may be made by animals (*ladrar* 'to bark' / *ladrido* 'bark', *mugir* 'to moo' / *mugido* 'moo', *blar* 'to bleat' / *balido* 'bleat', *grasnar* 'to

quack' / *grasnido* 'quack') or by inanimate causes (*tinir* 'to ring' / *tinido* 'ring', *estalar* 'to crackle' / *estalido* 'crackle', *ranger* 'to creak' / *rangido* 'creak'). They may also be made by human beings, but only if they are vegetative sounds (*roncar* 'to snore' / *ronquido* 'snore', *tossir* 'to cough' / *tossido* 'cough', *gemer* 'to groan' / *gemido* 'groan').

Verbs whose meaning involve the production of sound, but which are not unergative ones, do not behave as bases for suffixation by means of *-id(o)*. Transitive verbs with an agent are also absent from those bases: *assobiar* 'to whistle' / **assobiido*; *cantarolar* 'to hum' / **cantarolido*; *barafustar* 'to rant' / **barafustido*; *trautear* 'to hum' / **trauteido*.

3.1.2 Selectional restrictions of the suffix *-dur(a)*

The suffix *-dur(a)* is not as restrictive as the suffix *-id(o)*, but it also presents some constraints in relation to the bases it may operate with. It does not occur with psych verbs nor with verbs with the stimulus as subject (*contentar* 'to please' / **contentadura*; *amedrontar* 'to frighten' / **amedrontadura*), nor with the experiencer as subject (*ansiar* 'to yearn' / **ansiadura*; *padecer* 'to suffer' / **padecedura*; *sofrer* 'to suffer' / **sofredura*). Psych verbs correlate with nouns bearing the suffix *-ment(o)* (*contentamento* 'contentment'; *amedrontamento* 'process of frightening'; *envaidecimento* 'process of becoming conceited'; *ansiamento* 'anxiety'; *padecimento* 'suffering'; *sofrimento* 'suffering').

According to the analysis of a total of 364 event deverbal nouns with the suffix *-dur(a)*, the suffix only operates with bounded event verbs (rejecting, because of this circumstance, verbs containing the suffixes *-ec-* and *-esc-* (cf. *bellow*), and with concrete event verbs (Rodrigues 2008)). This fact yields a specialisation, which is described in the following paragraph.

The suffix *-dur(a)* shows a preference for verbs of causation with the meaning of 'to reduce to fragments or mass substances', 'to reduce', 'to cut' (40,65%), such as *cercear* 'to cramp', 'to reduce', *chanfrar* 'to chamfer', *cortar* 'to cut', *escalavrar* 'to graze', *esgarçar* 'to tear', *podar* 'to prune', *rachar* 'to crack', *rasgar* 'to rip', *raspar* 'to scrape', *respançar* 'to scrape', *roçar* 'to grate', *ralar* 'to grate', *picar* 'to chop up', *moer* 'to grind', *refinar* 'to refine', *segar* 'to reap', *serrar* 'to saw', *rilhar* 'to gnaw', *roer* 'to gnaw'. The remaining categories of verbs display low percentages when compared to those causative verbs.

With regard to morphological constraints, the suffix *-dur(a)* also does not operate with verbs containing the suffixes *-ec-* and *-esc-* nor with circumfixes presenting those elements (e.g., *envelhecer* ‘to get older’/ **envelhedura*, *amarelecer* ‘to yellow’/ **amareledura*, *amolecer* ‘to soften’/ **amolecedura*, *ensurdecer* ‘to deafen’/ **ensurdecadura*, *enriquecer* ‘to enrich’/ **enriquecedura*). These belong to the specialisation domain of the suffix *-ment(o)* (*envelhecimento*; *amarelecimento*; *amolecimento*; *ensurdecimento*; *enriquecimento*).

The suffix *-dur(a)* does not occur with verbs with the suffixes *-ific-* and *-iz-* (*estupidificar* ‘to stupidify’/ **estupidificadura*; *danificar* ‘to damage’/ **danificadura*; *especializar* ‘to specialise’/ **especializadura*); *amenizar* ‘to smooth’/ **amenizadura*), which belong to the domain of the suffix *-ção* (*estupidificação*; *danificação*; *especialização*; *especialização*; *amenização*) (Rodrigues 2008).

3.1.3 Selectional restrictions of the suffix *-mento*

The suffix *-ment(o)* is not as restrictive as the suffixes previously analysed. However, this suffix also presents selectional restrictions and compatibilities that highlight its specialisation.

For instance, it is compatible with verbs meaning ‘to provide with’ (10,18%), such as:

enfarinhar ‘to flour’, *enfartar* ‘to stuff’, *enfeitar* ‘to decorate’, *enfivelar* ‘to buckle’, *engessar* ‘to plaster’.

The suffix operates with psychverbs (6,89%), with the stimulus as subject and with the experiencer as subject, unlike the suffix *-dur(a)* (cf. examples above.).

In what concerns morphological specialisations, the suffix *-ment(o)* operates with verbs presenting the suffixes *-ec-* and *-esc-* and with circumfixes containing those segments (4,67%) (cf. examples above). The suffix rejects verbs with the suffixes *-iz-* and *-ific-* (*legalizar* ‘to legalise’/ **legalizamento/legalização* ‘legalisation’; *solidarizar* ‘to express solidarity’/ **solidarizamento/solidarização* ‘event of expressing solidarity’; *prontificar* ‘to be ready; to volunteer’/ **prontificamento/prontificação* ‘event of being ready; event of volunteering’).

3.2 Meanings

3.2.1 Secondary meanings

3.2.1.1 Concrete result 'wound' vs. state 'disease'

Secondary meanings of the derivatives of *-ment(o)* and *-dur(a)* contrast in a way that evidences the specialisation of each suffix. We will focus on the semantic field of 'diseases/injuries'. Derivatives in the semantic domain of 'diseases/injuries' by means of the suffix *-ment(o)* manifest a meaning of 'disease' (2,52%), as a 'state' (25,35% of the meanings). In contrast, derivatives in the same semantic field by means of the suffix *-dur(a)* convey a meaning of 'wound' (10,81%), as a 'concrete result' (22,49% of the meanings).

Examples of derivatives with the suffix *-dur(a)* meaning 'wound' are:

matadura 'wound on a horse's back caused by the saddle', *gretadura* 'scratch', *inchadura* 'swelling', *peladura* 'bald patch', *estorcegadura* 'wound resulting from a pinch', *estortegadura* 'wound resulting from a pinch', *escalavradura* 'graze', *mochadura* 'mutilation', *rascadura* 'scratch', *rasgadura* 'tear', *sarjadura* 'cut', *encabrestadura* 'wound on a horse resulting from the halter', *cravadura* 'wound on a horse resulting from a nail', *descarnadura* 'fleshing', *descascadura* 'wound resulting from peeling', *escamadura* 'wound resulting from peeling', *esfoladura* 'wound resulting from scraping', *escaldadura* 'wound resulting from scalding', *esmagadura* 'wound resulting from crushing', *golpeadura* 'cut', *maçadura* 'bruise', *machucadura* 'bruise, contusion', *picadura* 'sting, bite', *pisadura* 'bruise', *queimadura* 'burn', *trilhadura* 'bruise', *torcedura* 'injury resulting from wrenching', *retorcedura* 'injury resulting from wrenching', *arranhadura* 'scratch', *beliscadura* 'wound resulting from pinching', *estoqueadura* 'wound made with a rapier', *mordedura* 'bite', *roedura* 'wound resulting from friction', *atassalhadura* 'wound resulting from tearing', *alcançadura* 'bruise or gall on the hoofs caused by chafing, i.e., knocking one foot against the fetlock of another leg', and *tomadura* 'injury on the horse's back caused by saddlery', *assentadura* 'the same as *tomadura*'.

Examples of derivatives with the suffix *-ment(o)* meaning 'disease' are:

adoecimento 'disease', *agravamento* 'a horse disease that affects its breathing', *aguamento* 'a horse disease', *ardimento* 'disease of the Oolive

tree', *encarquilhamento* 'leaf curl: disease of the peach tree, caused by the fungus *Taphrina deformans*', *engorduramento* 'disease of the wines', *estazamento* 'disease of an animal caused by overworking and fatigue', *estiolamento* 'etiolation: bleaching and altering of the natural development of (a green plant) by excluding sunlight', *gretamento* 'disease of apples and pears', *vaziamento* 'a horse disease causing it to defecate too much', *atroamento* 'a hoof disease', *esquentamento* 'gonorrhoea', *esfriamento* 'cold', *resfriamento* 'cold', *quebramento* 'disease from tiredness', *crestamento* 'sunburn', *derramamento* 'rabies', *amolecimento* 'softening of the tissues'.

Notice the distinction between *gretamento* 'disease of apples and pears' and *gretadura*, both from the verb *gretar* 'to scratch'. The first one means a 'disease' and the second one a 'wound'.

This distinction between the specialised meanings of the suffixes *-ment(o)* and *-dur(a)* goes back to medieval Portuguese, as observable in the analysis of the lexicon of veterinary treatises, such as Giraldo (1318), examined in Rodrigues (2012, 2013, 2016a) and Rodrigues & Sá Morais (2015).

In Giraldo (1318), the meaning 'disease' is found in derivatives with the suffix *-ment(o)* (Table 1) and the meaning 'wound' in derivatives with the suffix *-dur(a)* (Table 2).

Derivatives with the suffix <i>-ment(o)</i> 'disease'
<i>gravamento</i> 'a horse disease that affects its breathing'
<i>carregamento</i> 'the same as <i>gravamento</i> '
<i>augoamento</i> 'disease caused by overworking and fatigue'
<i>dessecamento</i> 'disease that makes the horse getting thinner'
<i>retimento</i> 'strangury'
<i>inchamento</i> 'strangury'
<i>danamento do espinhaço</i> 'disease of the backbone'
<i>derreamento</i> 'disease of the kidneys'

<i>espadoamento</i> 'disease of the scapulae'
<i>eslomedramento</i> 'disease of the hips'
<i>espalmamento das hunhas</i> 'disease by which the hoof separates from the flesh'
<i>sobrepoimento</i> 'disease – cancer – that develops from interfering'
<i>emtapamento</i> 'glanders'

Table 1. Derivatives with the suffix *-ment(o)* in Giraldo (1318)

Derivatives with the suffix <i>-dur(a)</i> 'wound'
<i>ençalçaduras</i> 'bruise or gall on the hoofs caused by chafing'
<i>encrauaduras</i> 'wound caused by the nails'
<i>estrepaduras</i> 'wound made by a thorn'
<i>empedradura</i> 'wound made by a stone'

Table 2. Derivatives with the suffix *-dur(a)* in Giraldo (1318)

Rodrigues (2008) proposed that the specialisation of the suffix *-dur(a)* in the meaning of 'wound' is due to the semantics of the suffix, which Rodrigues (2008) and Rodrigues & Rio-Torto (2013) characterised as [referentiation]. The suffix only operates with verbs denoting concrete events and it specifies the 'event' as such and 'something concrete that results from the event'. Apart from 'wound', the concrete result may be 'residue' and 'portion', which we will see next.

3.2.1.2 Concrete result 'residue' and 'portion'

As stated in Rodrigues & Rio-Torto (2013: 168), the feature [referentiation] enables "[...] a segmentation and an identification of a certain event, detaching it from the continuum of realia. The semantic effect of this affix is not to provide an event shade of the event, i.e., [durative], [actualised], etc., but simply to identify it as a referent [...]".

The derivatives with the suffix *-dura* that designate a 'portion' (4,94%) or a 'residue' (2,74%) are highlighted, not because of their percentage, but because these meanings are not represented in other deverbal nouns than *-dur(a)* derivatives.

Portions:

andadura: 'walked distance', *singradura* 'a day's sail or run; the distance travelled in one day', *enfiadura* 'needleful', *arrancadura* 'portion of something that is pulled out in one go', *chupadura* 'quantity of what is sucked in one go', *ensaboadura* 'quantity of cloth that is washed at one time', *semeadura* 'quantity of seed to be sown in a plot of land', *descosedura* 'unsewn portion', *amassadura* 'batch of bread to be kneaded', *assadura* 'portion of meat to be roasted', *cozedura* 'batch of bread to be cooked', *moedura* 'quantity of olive to be pressed', *aradura* 'portion of land to be ploughed', *provadura* 'portion of food/drink to be tasted', *envergadura* 'wingspan', *encetadura/encertadura* 'portion of bread, cake that is taken from the whole', *mungidura* 'quantity of drawn milk', *atestadura* 'portion of liquid that is needed to fill a barrel'.

Residues:

corredura 'the rest of a liquid which remains in the measuring vessel', *vertedura* 'amount of liquid that overflows', *capaduras* 'cut testicles of an animal', *serradura* 'sawdust', *cevadura* 'remains of animals which have been used as bait or lure', *alimpaduras* 'chaff: the husks of corn or other seed separated by winnowing or threshing', *raladura* 'scrapings', *limadura* 'filings', *varredura* 'sweepings', *cerceadura* 'clippings'.

3.2.2. Primary meanings

3.2.2.1 Event 'sound'

The totality of the 31 event deverbal nouns bearing the suffix *-id(o)* mean 'sound'. It may be argued that derivatives of *-id(o)* are not in competition with suffixes such as *-ção* or *-ment(o)*, arguing they are not event nouns, but result nouns, given that their meaning is 'sound'. However, it is precisely because they mean 'sound' that derivatives of *-id(o)* are both event and result nouns.

According to the *Acoustical Society of America Standards* (<http://asastandards.org>), a sound is “(a) Oscillation in pressure, stress, particle displacement, particle velocity, etc., propagated in a medium with internal forces (e.g., elastic or viscous), or the superposition of such propagated oscillation. (b) Auditory sensation evoked by the oscillation described in (a)”.

The first definition of sound, coming from physics, specifically from acoustics, shows that a sound is an event; the second definition, coming from psychoacoustics, shows that a sound is a result. If one still has doubts, one can see the definition of *oscillation*, which, according to the *Acoustical Society of America Standards*, is “Variation, usually with time, of the value of a quantity with respect to a specified reference when the value is alternately greater and less than the reference”. If one looks at the definition of *auditory perception*, one sees it is the “Interpretation of auditory sensations as meaningful events through the sense of hearing”. Remember also that an event is dependent on the existence of objects, instantiation of properties and time (Kim 1993; Rodrigues 2008: 101-103).

Linguistically, derivatives of *-id(o)* are events, as highlighted by the occurrences with *dar-se* and *ocorrer* ‘to occur’, and *durar* ‘to last’, found in corpora (examples 1 to 8):

- *ocorrer* / *dar-se*:

(1) «Mal me tinha sentado no banco, ele so ergueu-me, deu-se um estalido horrível e de repente, as dores tinham desaparecido.»¹ ‘I had barely sat down on the stool, he lifted me, there was a horrible snap and suddenly, the pain had disappeared’.

(2) «Eles retiraram o barril de baixo, deu-se um estalido de rachadura»² ‘They took the barrel out from under me, there was a cracking snap’.

(3) «Deu-se um estampido, penetrante como um tiro, e a luz que inundava o bosque desapareceu.»³ ‘There was abang, as piercing as a shot, and the light that flooded the wood disappeared’.

¹ https://books.google.pt/books?id=8k6uzmj0hulC&pg=PA68&lpg=PA68&dq=%22deu-se+um+estalido%22&source=bl&ots=V7nj-ruCK7&sig=KMiy2xkHc_ng1lgkBZ7nNpOguyM&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiCkeq-7vbUAhUCOxQKHyn4DtwQ6AEIKDAA#v=onepage&q=%22deu-se%20um%20estalido%22&f=false

² http://textosdemetafisica.blogspot.pt/2011/12/morte-um-rito-de-passagem_29.html

³ <http://noticiasdafantasia.blogspot.pt/2009/04/excertos-stardust-o-misterio-da-estrela.html>

(4) «na cozinha, deu-se um estampido»⁴ 'There was a bang in the kitchen'.

(5) «Provavelmente ocorreu um gemido em sua alma»⁵ 'There was probably a wail in your soul'.

(6) «Ocorreu um zunido, falta de potência e patinação no desenvolver da velocidade»⁶ 'There was a buzzing, a lack of power and faltering in the development of the speed'

- *Durar* 'to last':

(7) «O rugido durou cerca de cinco segundos.»⁷ 'The roar lasted about five seconds.'

(8) «Tenho até um pouco de sorte, já que tudo agora está mais quieto (agora, sim, pois o zumbido durou muitas semanas até diminuir a um nível plenamente suportável)»⁸ 'I really am quite lucky, since everything is now more quiet (now, yes, since the buzzing lasted many weeks until it decreased to a more bearable level).'

3.3 Deverbal nouns from the same base

The coexistence of derivatives from the same verb with different suffixes manifests a specialisation. The noun *encabrestadura* means 'wound resulting from the halter' whilst *encabrestamento* means the 'event of putting the halter on the horse'. Other examples of this type of contrast are provided by *escoamento* and *escoadura*. The first one designates 'event of draining off' and the second, besides the meaning of 'event', also conveys 'remnant of liquid that has been drained off'. The examples of *estaladura* 'split' and *estalido* 'pop' also manifest the specialisation of the suffixes. Each suffix has the capacity to select the features of the verb it may operate with. The verb *estalar* means 'to split' and 'to snap, to pop'. The suffix *-dur(a)* operates with the first meaning, whereas the suffix *-id(o)* operates with the second one.

⁴ <http://blogdojuquita.blogspot.pt/2013/10/anos-de-chumbo.html>

⁵ <https://www.ideasnacoes.com.br/cgi-sys/suspendedpage.cgi>

⁶ https://www.reclameaqui.com.br/nissan-do-brasil/mau-funcionamento-cambio-cvt_F1jdvZgcthFqvXKO/

⁷ <http://kuriosamente.blogspot.pt/2016/01/misterio-sons-estranhos-reaparecem-nos.html>

⁸ <http://sites.mpc.com.br/albuquerque/editoria/editor1.htm>

4. Consequences for word formation theory

The fact that affixes operating within the same word formation schema find niches should not be understood as a sign of a chaotic dynamism of word formation. On the contrary, those niches indicate that word formation is a dynamic organised domain, because niches reflect patterns that the speaker's mind constructs from language usage.

The organisation of word formation patterns mirrors an architecture constituted by different structures and tiers. The organisation is built upon patterns of different levels: from macro-patterns to micro-patterns.

A word-formation schema such as those formulated by Aronoff (1976) and Corbin (1989) corresponds to a macro-pattern. For the definition of this macro-pattern, there is a correlation between the category of the base, the category of the product and the meaning of the latter. In line with this idea, event/result/state deverbal nouns correspond to a macro-pattern.

The fact that affixes operating in the macro-pattern do not display exactly the same behaviour between them is a manifestation of the existence of specialisations of the affixes. Those specialisations, or niches, correspond to micro-patterns. Specialisations are regularities observed among the derivatives of a particular affix. Rodrigues (2008) indicates three derivatives with the suffix *-ment(o)* meaning 'wound' (*ferimento* 'any kind of injury', *alanceamento* 'wound made by a lance', and *laidamento* 'concussion'). In the universe of 1458 derivatives with the suffix *-ment(o)*, it represents a percentage of only 0,2. In this case, there is no specialisation of the suffix *-ment(o)* in the semantic field of 'wound'. In the case of the derivatives of the suffix *-dur(a)* meaning 'wound', these correspond to a percentage of 10,81% in a universe of 394 derivatives. In the case of the derivatives of the suffix *-id(o)*, the specialisation in the meaning of 'sound' is total. Thus, in relation to the suffixes focused on in this paper, one can state there is a degree of regularity in the behaviour of *-id(o)* regarding the meaning of 'sound', a semi-regularity in the behaviour of *-dur(a)* regarding the meaning of 'wound', and a non-regularity in the behaviour of *-ment(o)* regarding the meaning of 'wound'. If there are regularities or semi-regularities, one can state there are patterns that correspond to derivational paradigms.

The analysis of the corpus and of derivatives in corpora indicates that the level of specialisation varies, with some suffixes at a higher level on the specialisation scale (e.g., suffix *-id(o)*), while others are at an intermediate level (e.g., *-ment(o)*). The greater the selectional restrictions are, and the lower the variances in meaning, the higher the specialisation of the suffix, and vice-versa. Nevertheless, Rodrigues (2008) states that there are always structural constraints that preclude the zero degree of specialisation. According to the analysis of Rodrigues (2008), even a suffix such as *-ção*, which is the most productive, shows some degree of specialisation.

5. Conclusions

The approach presented by Lindsay & Aronoff (2013), Aronoff & Lindsay (2014, 2015) and Aronoff (2016) constitutes a Darwinian explanation for the maintenance in the system of different operators playing, apparently, the same role. In this paper we have applied the Darwinian perspective to the analysis of three (*-id(o)*, *-ment(o)* and *-dur(a)*) of the fifteen suffixes that operate the formation of event / result / state deverbal nouns in Portuguese. The analysis was conducted through an initial corpus constituted by 8414 event deverbal nouns and 13708 meanings of those nouns (Rodrigues 2008), which were added to 31 event deverbal nouns bearing the suffix *-id(o)*. The derivatives of the three suffixes under focus here were searched in corpora, which corroborated data provided by the analysis of the corpus.

Although operating in the same word formation schema, which is defined by the formal and semantic relations between verbs and event deverbal nouns, a close analysis of the behaviour of each affix and of the meanings of the derivatives shows that they each have a specialisation that enables them to survive in the system.

According to a paradigmatic approach to derivational morphology, verb / event deverbal noun pairs constitute a schema or macro-pattern that i) serves as guideline for the formation of new words (the dynamic aspect of the paradigm (Štekauer 2014)) and ii) binds the relationships between each member of each one of the pairs that compose the paradigm (the static aspect of the paradigm (Štekauer 2014)).

The analysis of event deverbal nouns with different suffixes reveals regularities and semi-regularities among the derivatives sharing the same suffix which contrast with the derivatives composed of other suffixes. This implicates that there are micro-patterns inside a macro-pattern that regulate the relationships between verbs and event deverbal nouns, depending on the suffix involved in the formation of the last ones.

In terms of a Darwinian perspective, micro-patterns correspond to the niches or specialisations of each suffix operating within the same macro-pattern. Micro-patterns correspond to regularities or semi-regularities that may be observed in a) selectional restrictions that regulate the adjunction of affixes to bases and b) the possible general and secondary meanings of the products of each one of the suffixes.

The analysis of the derivatives of the suffixes *-id(o)*, *-ment(o)* and *-dur(a)* permits us to understand that the suffix *-id(o)* manifests a specialisation both in selectional restrictions mediating the relationships between the affix and the potential bases and in the meaning of 'sound'. Both specialisations are shared by the totality of the 31 derivatives that we have found. The suffix *-dur(a)* shows a lower level of specialisation than the suffix *-id(o)*, since the identified semi-regular patterns in the field of selectional restrictions as well as in the field of secondary meanings do not apply to the totality of the event deverbal derivatives of the suffix. The same occurs with the suffix *-ment(o)*, whose level of specialisation is lower than the levels of the precedent suffixes.

Specialisations of affixes operating in the same schema or macro-pattern explain why those affixes prevail in the system, although being apparent rivals within the macro-pattern.

Specialisations may be explained by the fact that there are subtleties in the meaning of 'event'/'result'/'state' that need a specialised suffix to be expressed. This may be understood if one extends the maximisation of opportunity principle formulated by Libben (2014) to the coexistence of derivational suffixes bearing similar (not equal) roles that enable the formulation of subtle meanings.

REFERENCES

Academia das Ciências de Lisboa e Instituto de Lexicologia e Lexicografia. 2001. *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo, 2 vols.

Antoniová, V. & Štekauer, P. 2015. Derivational paradigms within the selected conceptual fields – contrastive research. *Facta Universitatis. Series: Linguistics and Literature* 13(2): 61-75.

Aronoff, M. & Lindsay, M. 2014. Productivity, blocking, and lexicalization. In: R. Lieber & P. Štekauer (Eds.). *The Oxford handbook of derivational morphology*. Oxford: Oxford University Press, 67-83.

Aronoff, M. & Lindsay, M. 2015. Partial organization in languages: la langue est un système où la plupart se tient. *Proceedings of Décembrettes 8*. Retrieved January 28, 2017, from the World Wide Web: <https://linguistics.stonybrook.edu/faculty/mark.aronoff>.

Aronoff, M. 2016. Competition and the lexicon. In: A. Elia, C. Iacobini, & Mi. Voghera (Eds.). *Livelli di Analisi e fenomeni di interfaccia. Atti del XLVII Congresso Internazionale della Società di Linguistica Italiana*. Roma: Bulzoni Editore, 39-52.

Beard, R. 1995. *Lexeme-morpheme base morphology: a general theory of inflection and word formation*. New York: State University of New York Press.

Blevins, J. P. 2016. *Word and paradigm morphology*. Oxford: Oxford University Press.

Blevins, J.P., F. Ackerman & R. Malouf 2019. Word and paradigm morphology. In J. Audring & F. Masini (Eds.). *The Oxford handbook of morphological theory*. Oxford: Oxford University Press, 265-284.

Blog do Juquita [<http://blogdojuquita.blogspot.pt>]

Bluteau, R. 1712-1728. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 8 vols. e 2 suplementos.

Corbin, D. 1987. *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Tübingen: Niemeyer (2 vols.).

Corpus de Referência do Português Contemporâneo [<http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/183-reference-corpus-of-contemporary-portuguese-crpc>]

Corpus do português [www.corpusdoportugues.org]

- Corpus Informatizado do Português Medieval* [<http://cipm.fcsh.unl.pt/>]
- Costa, J. A. & Melo, S. A. 1996. *Dicionário da língua portuguesa*. Porto: Porto Editora e Priberam Informática.
- Curiosamente blogspot* [<http://curiosamente.blogspot.pt>]
- Houaiss, A., Villar, M. de S. & Franco, F. M. de M. (Dir.) 2002-2003. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 6 vols.
- Ideias nações* [<http://www.ideasnacoes.com.br>]
- Jackendoff, R. 2002. *Foundations of language. Brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford: Oxford University Press.
- Kim, J. 1993. *Supervenience and mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Libben, G. 2014. The nature of compounds: a psychocentric perspective. *Cognitive Neuropsychology* 31 (1-2): 8-25.
- Lindsay, M. & Aronoff, M. 2013. Natural selection in self-organizing morphological systems. In: F.Montermini, G.Boyé& J. Tseng (Eds.). *Morphology in Toulouse: Selected Proceedings of Décembrettes 7*. München: Lincom, 133-153.
- Mestre Giraldo [1318] 1909. *Livro d'alveitaria*. In:G.Pereira (ed.).*Revista Lusitana* XII: 1-60.
- Notícias da fantasia* [<http://noticiasdafantasia.blogspot.pt>]
- Rainer, F. 2005. Constraints on productivity. In: P. Štekauer, & R. Lieber (Eds.).*Handbook of word-formation*. Dordrecht: Springer,335-352.
- Reclame aqui* [<https://www.reclameaqui.com.br>]
- Rodrigues, A. S. 2008. *Formação de substantivos deverbais sufixados em português*. München: Lincom.
- Rodrigues, A. S. 2012. Los términos de enfermedades en el *Livro d'Alveitaria* de Mestre Giraldo. In: J. Pinilla Martínez, V. González García, C. Garriga Escribano (Eds.). *Quaderns de Filologia. Estudis Lingüístics, XVII: Lengua y ciencia. Recepción del discurso científico*, 243-256.
- Rodrigues, A. S. 2013. Los nombres de enfermedades de los caballos en el portugués del siglo XVII: influencias. In: C. Sinner (Ed.). *Comunicación y transmisión del saber entre lenguas y culturas*. Études linguistiques | Linguistische Studien Band 10. München: Peniope, 83-98.
- Rodrigues, A. S. 2014. Causative eventive chains and selection of affixes in Portuguese nominalisations. *Lingue e Linguaggio*, XIII(1): 159-184.

Rodrigues, A. S. 2015. *A gramática do léxico: morfologia derivacional e o léxico mental*. München: Lincom.

Rodrigues, A. S. 2016a. Adragunchos voadjos, anafafes y exaaguases: términos no construídos en Mestre Giraldo y su destino en la historia del portugués. In: C. Garriga Escribano & J. I. Pérez Pascual (Eds.). *Lengua de la ciencia e historiografía*. A Coruña: Universidade da Coruña, 283-296.

Rodrigues, A. S. 2016b. O léxico mental como uma rede ou arquitetura de redes. In: C. de Benito Moreno, C. Bernardasci, A. Elmer, D. Hess, C. Meisner, G. M. Schneider & A. Wall (Eds.). «Net(work)s». *Entre structure et métaphore / Tra struttura e metafora / Entre estructura y metáfora*, 36-53. Berlin(= PhiN. Philologie im Netz, Beiheft 11) [<http://web.fu-berlin.de/phin/beiheft11/b11i.htm>]

Rodrigues, A. S. & Rio-Torto, G. 2013. Semantic coindexation: evidence from Portuguese derivation and compounding. In: P. ten Hacken & C. Thomas (Eds.). *The Semantics of Word Formation and Lexicalization*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 161-179.

Rodrigues, A. S. & Rodrigues, P. J. 2018. Cross-paradigms or the interfaces of word-formation patterns: evidence from Portuguese. *Lingue e Linguaggio* XVII (2): 273-288.

Rodrigues, A. S. & Sá Morais, L. I. 2015. Los términos de albeitería en Mestre Giraldo: ¿continuidad a lo largo de los siglos? In: J. Brumme & C. López Ferrero (Eds.). *La ciencia como diálogo entre teorías, textos y lenguas*. Berlin: Frank & Timme, 13-30.

Štekauer, P. 2014. Derivational paradigms. In: R. Lieber & P. Štekauer (eds.), *The Oxford handbook of derivational morphology*. Oxford: Oxford University Press, 354-369.

Textos de metafísica [<http://textosdemetafisica.blogspot.pt>]

Vieira, D. 1871-1874. *Grande dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingoa Portuguesa*. Porto: Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 5 vols.

Web sites MPC [<http://sites.mpc.com.br>]

Não temos o que perder. **Negação na forma e significado** **da construção *ter*PRON INF¹**

Konrad Szczesniak
Konrad.szczesniak@gmail.com
Universidade da Silésia, Polónia
Universidade de Palacký, República Checa

ABSTRACT

The paper offers a cognitive linguistic analysis of the construction *ter*PRON INF (as in *Não têm onde construir o hospital*). The construction is shown to have a preference for negative uses, reminiscent of negative polarity items (NPIs). This behavior is argued to be an iconic reflection of the construction's form, distinct from similar constructions such as the relative clause construction or uses involving indefinite pronouns (*Não tenho nada a dizer*). The construction's semantic content is analyzed as that of expressing 'incapacity'. These properties of the construction are discussed in the context of idiosyncrasy and arbitrariness, widely assumed to underlie form-meaning pairings. The present study suggests that the construction is not arbitrary, but largely iconic and predictable.

KEYWORDS: Negative polarity items, minimizers, idiosyncrasy, arbitrariness, iconicity.

RESUMO

O presente estudo é uma análise cognitiva da construção *ter*PRONINF (*Não têm onde construir o hospital*). A construção tem uma preferência por usos negativos frequentes em itens de polaridade negativa. Defende-se que este comportamento está numa relação icónica com a forma da construção, diferente da de construções semelhantes tais como a construção com pronomes indefinidos (*Não tenho nada a dizer*). Quanto ao seu conteúdo semântico, a construção *ter*PRONINF serve para exprimir 'incapacidade'. As características da construção são analisadas no contexto da idiosincrasia e arbitrariedade que, segundo as abordagens construcionistas, ocorrem em pareamentos de forma e significado (*form-meaning pairings*). O presente estudo defende que as características da construção não são arbitrárias, mas sim icónicas e em grande medida previsíveis.

¹ Gostaria de agradecer a dois revisores anónimos pelas suas críticas e sugestões que me ajudaram a entender melhor as questões analisadas no presente estudo. No processo de elaboração deste trabalho, beneficieei de inúmeras conversas com Maria José Alegre, que não só me ajudou a evitar erros, mas sugeriu novas questões interessantes. Desejo também agradecer a Ana Melfe e Gabriela Salazar pela sua leitura minuciosa e pelos comentários incisivos que me permitiram aperfeiçoar as ideias aqui apresentadas. Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer a Ana Maria Brito pela sua paciência e generosa disponibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: itens de polaridade negativa, minimizadores, idiossincrasia, arbitrariedade, iconicidade.

Introdução

No fim do século passado, verificou-se uma importante reviravolta nos estudos linguísticos. Depois de vários anos da revolução chomskyana e da sua considerável ênfase na pesquisa das estruturas regulares (e do seu desinteresse pelas irregularidades), surgiram novos paradigmas que salientaram a imprevisibilidade como uma marca distintiva das estruturas gramaticais. Em vez de tentar explicar a complexidade da linguagem como uma consequência de poucas e gerais regras sintáticas, atualmente, no campo da linguística cognitiva, muitos autores partem do princípio de que o conhecimento da linguagem consiste num enorme conjunto de irregularidades, expressões prefabricadas e formas idiossincráticas que os falantes memorizam, uma vez que não é possível intuir o uso e funcionamento dessas formas simplesmente seguindo as regras: “a abordagem [chomskyana] da gramática baseada em ‘palavras e regras’ não consegue dar conta de um subconjunto significativo da linguagem, que envolve irregularidades.” (Ferrari 2011: 129-130) De facto, a pesquisa cognitiva revelou que a quantidade de idiossincrasia inerente nas estruturas gramaticais é mais elevada do que supunha a Gramática Gerativa de Chomsky.

Mas embora os cognitivistas questionem o papel da regularidade, a reviravolta pós-chomskyana pouco tem de subversivo à ordem. O reconhecimento da natureza idiossincrática da linguagem é uma redescoberta que dá continuação a uma tradição interrompida pela escola de Chomsky. Na atual ênfase das propriedades excepcionais das estruturas linguísticas, o modelo cognitivo remonta à tese saussureana da arbitrariedade presente na conjugação do significado com a forma acústica que é a palavra. A inovação cognitiva consiste em estender a arbitrariedade da palavra a estruturas gramaticais.

Por outras palavras, a diferença entre as abordagens inatista e cognitiva consiste em quanto elas apostam no lado irregular da linguagem. Chomsky não negava a existência de fenómenos irregulares (tais como expressões

idiomáticas), mas defendia que eles não passavam de meras anomalias “que resultam de acidente histórico, mistura dialetal, idiosincrasias pessoais e outras semelhantes” (Chomsky 1995: 20)², relegando-os para a *periferia* – a área da linguagem fora do núcleo (*core*). Já para os cognitivistas, a periferia representa a *maior* parte da linguagem e “levanta um problema pelo menos tão grande para a aquisição como o núcleo.” (Culicover & Jackendoff 2005: 26)³ Na linguística cognitiva, a aposta está na hipótese de a linguagem ser irregular por natureza. Segundo Taylor (2012: 72) “o elemento idiomático entranha-se em cada recanto da língua ... praticamente tudo numa língua é idiomático em maior ou menor grau ... o que é excecional é o inteiramente regular e composicional.”⁴ Assim, pode-se dizer que, enquanto Chomsky marginalizava os elementos imprevisíveis, os cognitivistas não estão muito interessados nas regularidades linguísticas.

O presente trabalho concentra-se na análise duma construção gramatical à primeira vista idiosincrática e arbitrária, mas que se revela ser bastante previsível graças às suas semelhanças com outras estruturas portuguesas. Com base nesta construção, o presente estudo pretende reconciliar as abordagens inatista e cognitiva e defende a tese de que as regularidades, a iconicidade e as correspondências com o resto da língua não podem deixar de ter consequências para a aquisição / aprendizagem.

1. Gramática de Construções

Antes de analisarmos a construção gramatical em causa, primeiro consideremos brevemente alguns princípios da Gramática de Construções relevantes para o presente estudo.

Os construcionistas definem as construções como “emparelhamentos de forma e sentido” (*form-meaning pairings*, Goldberg, 2006:123) que incluem todas as estruturas presentes numa língua, desde as mais gerais,

² “phenomena that result from historical accident, dialect mixture, personal idiosyncrasies, and the like.”

³ “periphery presents at least as much a problem for acquisition as does the core”

⁴ “the idiomatic reaches into every nook and cranny of a language ... everything in a language is idiomatic to a greater or lesser degree ... it is the fully regular, the fully compositional, that is exceptional.”

como a construção apassivante (VERBO-REFL: *Fala-se português*, Ganho & McGovern, 2004: 161-162) até as mais concretas expressões fixas (*mais ou menos, de vez em quando*, etc.), todas elas caracterizadas por um grau de imprevisibilidade e idiosincrasia.

Como consequência, nas últimas décadas, tem ocorrido um aumento do interesse pelo lado irregular da linguagem, concentrando-se os autores (em especial os que se situam no campo da Gramática de Construções) principalmente em revelar construções cujo funcionamento é tão idiosincrático que não pode ser explicado com base nas regras gerais da sintaxe. Um dos exemplos mais analisados é a chamada Construção da Reação de Incredulidade (*Incredulity Response Construction*) exemplificada em usos como *O quê? Ele, trabalhar?!*, onde o sujeito é seguido dum infinitivo, em vez da forma finita do verbo. Esta configuração extraordinária verifica-se na construção numa série de línguas estudadas no âmbito construcionista (e.g. Akmajian 1984, Szczesniak 2016, Calaresu 2018). Na língua portuguesa, além desta construção, as formas idiosincráticas incluem expressões como *de vez em quando*, que diverge do padrão de SUBSTANTIVO em SUBSTANTIVO (como *de dia em dia*) ou *peras* que preenche a função de adjetivo, apesar de a sua forma não ter nada a ver com adjetivos.

Segundo o paradigma construcionista, estes exemplos — tal como todas as construções gramaticais — possuem as suas especificidades e nas palavras de Goldberg, “os seus pormenores não são determinados por princípios universais mas devem ser aprendidos cada um individualmente” (Goldberg 2006: 13)⁵. Associado a essa visão de imprevisibilidade está o papel do *input*, o uso linguístico a partir do qual as crianças descobrem as construções da sua língua materna. Porque o comportamento das construções não segue as regras gerais, havendo o constante potencial de exceções, os falantes dependem do *input* como a única fonte de material didático: é nas experiências do ambiente linguístico que se encontram os modelos de uso de todas as construções. Por exemplo, para aprender a construção apassivante portuguesa, as crianças precisam de observar o seu emprego numa série de instanciações como *Fala-se português*, *Vende-se (casa)*, *(A palavra x) não se escreve assim*, *Como se pronuncia (a palavra*

⁵ “their specifics are not determined by universal principles but must be learned on an item-by-item basis.”

x)?, etc. e, regra geral, quanto mais *input* as crianças recebem, mais ricos ficam os seus conhecimentos da construção.

Note-se que os cognitivistas não adotam a distinção entre a aprendizagem (duma língua estrangeira) e a aquisição (língua materna). Segundo Chomsky, o sucesso na aquisição provém dos conhecimentos inatos instrumentais em descobrir a gramática. Já os cognitivistas rejeitam a hipótese de factores inatos e, ao apostar no papel do *input*, rejeitam também a diferença entre a aprendizagem e aquisição, que não serão distinguidas no presente estudo.

O papel do uso autêntico é relevante tanto para a aprendizagem como para a pesquisa. Na literatura cognitiva, a maior parte das análises de estruturas linguísticas serve-se de exemplos de uso atestados em vez de frases construídas. Tal é a abordagem adotada no presente estudo. A maioria dos exemplos apresentados aqui vem de fontes que incluem o *Corpus do Português* (CPE e CPB)⁶ ou obras das Literaturas Portuguesa e Brasileira. Só esporadicamente são utilizados exemplos inventados, por uma questão de brevidade, quando não estão disponíveis frases curtas nas fontes autênticas para ilustrar os argumentos apresentados na presente discussão.

Além de salientar a importância da arbitrariedade, o modelo cognitivo criou uma nova atitude perante as regularidades linguísticas observadas nas construções gramaticais. Goldberg defende que os falantes memorizam todas as construções, quer sejam idiossincráticas ou perfeitamente regulares. Por outras palavras, na visão construcionista, a regularidade tem pouca relevância para a aprendizagem e o uso, uma ideia polémica que vai ser o tema principal do presente estudo.

2. Construção verbal

A língua portuguesa possui uma construção relativamente frequente, mas cuja forma pode parecer bastante extraordinária, à luz do seu significado.

(1) *Não tinha como recusar* (O Corpus do Português, CPE)

⁶ Todos os exemplos marcados como CPE ou CPB vêm das partes europeia e brasileira do Corpus do Português, da Universidade Brigham Young, disponível no <http://www.corpusdoportugues.org/>. O uso do itálico neste artigo justifica-se precisamente pela origem em corpora dos exemplos.

O exemplo acima pode ser parafraseado como ‘Não podia recusar’. Em tais usos, o verbo *ter* leva como complemento um pronome interrogativo seguido de um infinitivo, um comportamento sintático pouco típico para um verbo predominantemente transitivo com funções auxiliares. Normalmente, o verbo *ter* não aparece junto a pronomes interrogativos em outros usos, para além da função de exprimir a possibilidade ilustrada em (1)⁷. E não é só o pronome *como* que aparece na construção. Esta função é preenchida também através de muitos outros pronomes interrogativos:

- (2) a. *Quem já não tem o que perder, logo, não se preocupa em manter qualquer aparência ou cumprir protocolos* (CPE)
 b. *O mal foi feito, não tem o que esconder* (CPE)
 c. *Os ricos deixam de ter onde gastar o dinheiro e este passará a ser absolutamente inútil.* (CPE)
 d. *...agora não tenho onde meter os livros que mais me marcaram* (CPE)
 e. *...para continuarem a sentir-se felizes juntos, teriam de ter porque lutar* (CPE)
 f. *...não tenho porque duvidar do que escreve* (CPE)
 g. *...se sabe de alguma coisa e tem como provar denuncie, caso contrário cale-se* (CPE)
 h. *Qual de as duas versões é verdade, isso não temos como saber* (CPE)
 i. *...nem sempre tenho quem fotografar* (CPE)
 j. *não preciso de um homem para ter quem servir*(CPE)

Além disso, os pronomes podem aparecer precedidos de preposições.

- (3) a. *Não tem de que agradecer* (CPB)
 b. *Não tens com que te preocupar* (CPE)

⁷ Embora um complemento direto possa ser introduzido através de um pronome interrogativo (Svobodová, 2014 : 49), pelo que existem usos como *tenho o que comprei*, o verbo *ter* normalmente não é seguido de pronomes interrogativos em conjunto com infinitivos em outros usos senão os de expressão de possibilidade aqui discutida.

- c. *Não tem para onde ir* (CPE)
- d. *sem ter com quem falar ... sucumbe aos medos e receios* (Eduard M.M. Costa, *O Espelho*, 2007)

Embora, como mostra Ferreira (2007: 71), a construção empregue outros verbos (e.g. *haver, procurar, encontrar*), o verbo *ter* é o mais frequente. Com base nos exemplos acima, podemos representar a forma da construção como (4).

(4) *ter* PRON INF

onde PRON é um pronome interrogativo opcionalmente precedido de uma preposição e seguido de INF, um infinitivo. Sem dúvida, a forma da construção não parece, *prima facie*, ter muito a ver com as regras gerais do português. Nenhuma outra estrutura portuguesa emprega pronomes interrogativos como complementos do verbo *ter*. Além deste pormenor, a construção possui mais uma característica extraordinária, discutida a seguir.

2.1 Significados negativos

Uma característica que salta à vista é a assimetria entre usos negativos e afirmativos. Uma busca pelo *Corpus do Português Europeu* mostra que a maioria dos usos da construção tem a forma sintática negativa. Por exemplo, o verbo *pagar* aparece na construção 64 vezes e em todos os casos, o verbo *ter* tem a forma negativa. (As mais frequentes são os usos na forma da primeira e terceira pessoa: 18 vezes com *tenho* e 20 com *tem*.)

- (5) a. *Uma coisa é certa, não tenho como pagar essa quantia* (CPE)
- b. *... não tem como pagar as prestações ...* (CPE)
- c. *As rendas aumentam e muitos receiam não ter como pagar* (CPE)
- d. *Eu não o fiz por que não teria como pagar* (CPE)

Existem também expressões fixas baseadas na construção como *não ter onde cair morto* ou *não tem de quê (agradecer)*, que ocorrem praticamente sempre em forma negativa.

Além da partícula *não*, a negação é similarmente transmitida através de outros meios, tais como quantificadores negativos (*ninguém*, *nada*, *nunca*) ou a preposição de sentido negativo *sem* (Matos 2003: 773).

- e. ...ninguém terá como pagar as compras (oinsurgente.org, acessado 21 de abril 2017)
- f. ...nunca temos como definir-nos criticamente (Oswaldo Porchat Pereira, *Rumo ao ceticismo*, 2007)
- g. ...sem ter como pagar contas (CPE)

A imagem que surge é a de uma monopolização quase completa da construção pelos significados negativos. No caso do verbo *pagar*, todos os usos na amostra do corpus são claramente negativos. Uma porção de usos afirmativos da construção com o verbo *pagar* aparece no *Corpus do Português do Brasil*, mas aqui o que se verifica não são típicos significados positivos.

- (6) a. *Por fim, se percebem que você tem como pagar, eles dão o golpe fatal* (CPB)
- b. *...ela precisa lucrar muito com esses alugueis para ter como pagar aos colaboradores* (CPB)
- c. *Acho que ambos fizemos um bom negócio e com isso eu já tenho como pagar o tablet novo* (CPB)
- d. *...apenas elas têm como pagar escolas que cobram mensalidades de R\$ 2.000,00 ao mês para seus filhos* (CPB)

Apesar da forma positiva do verbo nos exemplos acima, eles evocam cenários negativos no plano de fundo. No exemplo (6a), entende-se que as pessoas normalmente não têm como pagar e as capazes de solvência são exceções que atraem a atenção. No exemplo (6b), o carácter negativo é sublinhado pela menção de condições especiais que devem ser preenchidas para conseguir a possibilidade de pagamento: a personagem só terá como pagar se tiver muito lucro. O uso do advérbio *já* no exemplo (6c) sugere que a possibilidade de pagamento é uma ocorrência recente e que até há pouco tempo o sujeito não tinha como pagar. No

exemplo (6d), modificado por “apenas”, o pronome “elas” refere-se a poucas pessoas capazes de pagar; regra geral, a maioria não é capaz. Resumindo, a construção limita-se a exprimir significados de positividade que são exceções da norma negativa, privilégios evidentes pelo contraste com a preponderância do negativo ou mudanças depois de uma rotina do negativo. Usos genuinamente afirmativos, sem traços de negação não existem. Seria uma forma estranha de iniciar uma conversa com as palavras *Tenho onde dormir, sabe*. Embora existam casos que, à primeira vista, parecem ser exceções, considerados com mais atenção confirmam a preferência da construção por contextos negativos. Por exemplo, é perfeitamente normal a pergunta *Tens onde dormir?* (que emprega o verbo na forma positiva), mas perguntas trazem embutido um cenário negativo como uma das opções. Esta questão vai ser discutida em 2.3.

2.2 Frases afirmativas simples segundo Talmy (2000)

O que aumenta a impressão de idiosincrasia da presente construção é o fato de a sua preferência por usos negativos inverter os padrões normais.

O padrão comum observado em frases declarativas simples é bastante intuitivo. Segundo Talmy (2000), são as frases factuais positivas simples as mais básicas e são elas que detêm primazia sobre as negativas. Em primeiro lugar, frases afirmativas simples são em geral mais frequentes do que as negativas; por exemplo, De Swart (2010: 116) cita a infrequência da negação em relação a frases afirmativas como evidência da marcação da negação. Além disso, as frases afirmativas prevalecem em mais um aspecto. Como argumenta Talmy, apesar da negação na frase *Não levei o teu dinheiro*, a alegada não-ocorrência está inevitavelmente acompanhada de um cenário positivo – a sua versão afirmativa *Levei o teu dinheiro*, que funciona como “um quadro de comparação” (*comparison frame*, Talmy, 2000:291-292). Já as frases positivas não evocam alternativas negativas. Uma declaração como *Levei o teu dinheiro* é aceite só na versão positiva, sem se considerar a sua alternativa contrafactual negativa. Por outras palavras, a cena descrita numa frase é evocada tanto no caso da versão positiva como a negativa. Por esse motivo, cada vez que é enunciada uma frase negativa, aumenta automaticamente também a frequência de cenários positivos. À vista disso, verifica-se uma forte assimetria, onde

predominam versões afirmativas de frases simples e as negativas são casos especiais.

A assimetria inverte-se no que respeita à construção *ter*_{PRON INF}, onde as mais básicas são as frases negativas. São essas que parecem implícitas e naturais. As relativamente raras frases afirmativas baseadas na construção representam um desvio do padrão negativo. Aqui, as frases afirmativas trazem no fundo um reflexo da alternativa negativa, considerada normalmente como sendo mais plausível. Por outro lado, as frases negativas do tipo *ter*_{PRON INF} não evocam os seus reversos.

2.3 Formas não-assertivas e itens de polaridade negativa

As propriedades descritas até agora inscrevem-se muito bem nas propostas do programa construcionista que prevê um elevado grau de idiosincrasia nas construções gramaticais. Porém, no que se segue, vamos tentar analisar a lógica por trás das aparentes irregularidades. Espero demonstrar que a forma e o uso da construção não são tão arbitrárias como parecem.

A inclinação negativa da construção traz à mente um outro exemplo de formas, as chamadas formas não-assertivas (Quirk *et al.* 1985:83). Os exemplos que se seguem ilustrarão a natureza negativa das formas não-assertivas. As mais importantes das formas não-assertivas analisadas por Quirk *et al.* são as construções negativas (7a) e interrogativas (7b), mas o chamado sentido não-assertivo está envolvido também nas construções condicional (7c) e comparativa (7d), tal como nalgumas palavras semi-negativas como *sem* ou *difícilmente* (Downing & Locke, 2006:24). Uma marca distintiva das formas não-assertivas é a frequente presença do quantificador *qualquer*:

- (7) a. *Não tens qualquer razão para te sentir envergonhada* (Linda Howard, *Para quase sempre*, 2015)
- b. *Mas há qualquer dúvida?* (www.zwame.pt, acessado 21 de abril 2017)
- c. *Se tiver qualquer dúvida, basta me perguntar* (Leandro Coelho, *A Vila Do Silêncio*, 2016)
- d. *O medo de ser descartada era maior do que qualquer aventura em busca do desconhecido* (Paulo Vargas, *Os Aventureiros*, 2007)

e. *pode jogar tantos jogos como você quiser sem ter que comprar qualquer coisa* (www.phoneia.com, acessado 21 de abril 2017)

O que têm em comum todos estes usos? Porque a palavra *qualquer* surge neles? Os contextos nas frases (7a-e) podem ser descritos como explicitamente negativos ou como contextos com um elemento negativo oculto “de fundo” (Klíma, 1964). Enquanto a negação é explícita no exemplo (7a), ela recua para uma posição mais discreta nos restantes casos. A pergunta (7b) baseia-se numa proposição (‘Há uma dúvida’) e uma escolha entre o valor positivo (‘De facto, há uma dúvida’) e negativo (‘Não há’). A construção condicional (7c) exprime uma hipótese positiva de poder haver dúvidas, mas é implícito o facto de neste momento *não* haver dúvidas. Finalmente, na construção comparativa (7d), o uso do quantificador negativo *qualquer* deve-se à natureza negativa da comparação: ela mostra que não existem exemplos (de medo) iguais ao caso apresentado na frase. A presença de um elemento negativo nestes usos, no caso do português, foi também apontada por Ilari (1984) e Souza *et al.* (2008). Visto que são atraídas por contextos explícita ou implicitamente negativos, as formas não-assertivas são incluídas nos itens de polaridade negativa (IPN), construções que evitam usos afirmativos (Giannakidou, 2008: 1661).

É interessante observar que a construção *ter*PRON INF é usada em todos estes cenários não-assertivos, pelo que pode também ser considerada uma espécie de item de polaridade negativa. Além dos usos negativos referidos acima, frequentes são também usos interrogativos (8a), condicionais (8b), comparativos (8c), tal como numerosos usos com as palavras negativas *difícilmente* (8d), *apenas* (8e), ou *sem* (8f).

- (8) a. *O senhor tem como pagar a multa de 468 mil reais?* (CPB)
- b. *Se tivesse onde colocar as garrafas de champanhe, tirava-as da estante* (cronicasdeumamae.blogspot.com, acessado 21 de abril 2017)
- c. *Não tem como gastar mais do que recebe* (Pedro Demo, *Pobreza política*, 1994)
- d. *...uma palavra mal colocada sem sentido algum acarretará consequências que dificilmente terás como corrigir* (CPB)

- e. ...o veterinário é importante, pois apenas ele tem como determinar o prognóstico (www.tudum.com.br, acessado 21 de abril 2017)
- f. Estamos, positivamente, tramados... sem ter como nem para onde fugir... (CPE)

Em resumo, tanto a presente construção como os outros IPNs aparecem em contextos negativos, mas também em estruturas “mais ou menos negativas” (Eckardt & Sailer 2013: 3) como as condicionais ou interrogativas, que, apesar de não apresentar marcadores de negação, transmitem sentidos negativos implícitos.

2.4 Minimizadores

Além de classificarmos a construção como um IPN, podemos agrupá-la, mais especificamente, dentro de uma sub-categoria de IPNs chamados “minimizadores”. Os minimizadores incluem expressões como *uma migalha* ou *uma gota*, que exprimem “eventualidades subminimais” (Eckardt 2005), ou seja, cenários que implicam quantidades tão pequenas e insignificantes que, se aparecessem numa frase afirmativa, acarretariam “mensagens insensatas” (Eckardt & Sailer 2013: 8). Por exemplo, é natural usar a expressão *uma migalha* numa frase como *Não nos ofereceram (nem) uma migalha*, mas seria difícil de interpretar uma frase afirmativa como *#Deram-nos uma migalha no prato* (trata-se de ironia?). Por conseguinte, os minimizadores exibem uma forte preferência por contextos negativos:

- (9) a. *Não pregou olho toda a noite* (CPE)
b. *#Ontem preguei o olho*
- (10) a. *Nunca levantou um dedo contra a corrupção* (CPE)
b. *#levanta o dedo muitas vezes em nome dos desprotegidos*
- (11) a. *Ela não abriu a boca sobre o assunto* (Gonzalo Torrente Ballester, *O casamento de Chon Recalde*, 1996)
b. *#Ela abriu a boca sobre o assunto*

- (12) a. Não vamos ceder um milímetro na luta contra o Capital no campo (global.org.br, acessado 21 de abril 2017)
b. #Vamos ceder um milímetro na luta contra a injustiça

A lógica por detrás da presença de minimizadores em contextos negativos é que eles ilustram o grau extremo da ausência de uma ação. Considere-se por exemplo o cenário de ceder terreno numa batalha (12a). Se se imaginar a luta contra a injustiça como uma prova de tração à corda, ceder um milímetro representaria uma flutuação minúscula, insuficiente para afetar o resultado final. Por outras palavras, ceder um milímetro é praticamente igual a não ceder nada. Assim, a expressão serve para construir uma escala mental, onde o foco recai sobre o ponto extremo correspondente à completa intransigência por parte do sujeito: se ele não tenciona ceder nem um milímetro, é uma forma enfática de dizer que não vai ceder absolutamente nada.

Ao mesmo tempo, o grau mínimo transmitido por estes IPNs explica por que razão eles evitam contextos positivos. Na hipotética frase *#Ontem preguei o olho*, o mero fechar de olhos, ao menos por um instante, é demasiado insuficiente para contar como descanso que uma frase afirmativa serviria para descrever. Uma menção de tal proveito exigiu numa frase afirmativa como (9b) ou faria pouco sentido ou poderia ser interpretada como expressão irónica de ausência de sono.

2.5 Forma icónica da construção *ter*PRON INF

Embora existam diferenças, a construção *ter*PRON INF funciona de modo semelhante. Para compreender o raciocínio por detrás do comportamento da construção, convém concentrar-se na sua curiosa forma: por que razão se inclui nela o verbo *ter* seguido do pronome interrogativo? É pouco provável que seja por mero acaso; afinal, não apareceria lá um elemento obscuro e aleatório sem qualquer papel. É mais lógico supor que a construção emprega o elemento interrogativo para transmitir o seu significado. Num uso como (13), aquilo que se pode perder é tão pouco que é preciso perguntar “o que” exatamente é que está em causa.

- (13) *Não temos o que perder* (Cassemiro Santiago, *O Templo Dourado*, 2009)

É a motivação icónica da presença do pronome interrogativo *o que* (ou outros *como, onde, quem*, etc.) na construção – o pronome sugere que as possibilidades são limitadas e pouco óbvias. Para descobri-las é preciso perscrutar as opções disponíveis e a forma de pergunta “o que perder”, “como pagar”, ou “onde ficar” reflete o carácter interrogativo da análise das opções, quase como se estivesse a perguntar. Por outras palavras, não há uma escolha livre entre inúmeras opções. Se houver, são tão poucas que se pode dizer que são praticamente ausentes, tal como pregar o olho é praticamente o mesmo que não dormir de todo. Negação de opções tão escassas serve para sublinhar a ideia da inexistência: é uma forma enfática de dizer que não existem nem sequer opções muito modestas, ou seja, nada significa ‘nada mesmo’.

Ao passo que a estrutura interrogativa serve para exprimir quantidades nulas, a interpretação de inexistência provém do emprego negativo do verbo *ter*. Neste contexto, é importante relatar que o verbo *ter* exprime um leque de sentidos, que vão muito além do sentido da posse. Eles incluem a localização e existência. Por exemplo, a frase *Tens um atirador à tua esquerda* não deve ser interpretada como ‘És dono dum atirador à esquerda’, mas sim ‘Há / existe / encontra-se um atirador à tua esquerda’. De facto, a tendência de associar os sentidos possessivos com os locativos e existenciais verifica-se em muitas línguas e parece ser uma característica universal (Heine 1997, Clancy 2010). No caso da presente construção também o verbo *ter* pode ser substituído por outros sinónimos que exprimem sentidos existenciais ou locativos como *haver, encontrar, ou procurar* (Ferreira 2007).

Resumindo, a interpretação de incapacidade expressa pela construção *ter*_{PRONINF} é resultado icónico do emprego do verbo *ter* em conjunção com a estrutura interrogativa introduzida pelo pronome. Estes dois elementos transmitem o sentido que pode ser parafraseado como ‘não existe a possibilidade (de fazer alguma coisa)’.

Mas a hipótese de haver uma relação icónica entre o significado da presente construção e a sua forma depende duma importante premissa. Nomeadamente, a argumentação parte do princípio de que o que se emprega na construção depois do verbo *ter* é, de facto, uma estrutura interrogativa, e não relativa, entre outras possibilidades. Nas páginas a seguir vamos considerar (e rejeitar) tais possibilidades.

3. Diferenças com as relativas e as semelhanças com as interrogativas

3.1 Relativas comuns com antecedente

Apesar das semelhanças, deve ser descartada a possibilidade da evolução a partir da construção relativa, onde o pronome relativo aparece após um potencial substantivo elíptico, como no seguinte exemplo.

- (14) a. *Não tenho (lugar) onde ficar*
b. *Não temos (razões) por que rejeitar a ideia*

Embora tal paráfrase seja possível nestes exemplos, já outros pronomes não permitem antecedentes análogos, como se verifica nas seguintes frases.

- (15) a. **Não tenho pessoas a quem perguntar*
b. **Não temos jeito como te ajudar*
c. **O candidato diz não ter segredos o que esconder*

Além disso, a construção permite opções não disponíveis nas orações relativas. Por exemplo, o pronome interrogativo pode ser seguido de uma locução preposicional como *em casa* ou *da família*:

- (16) a. *Não tenho onde em casa guardar tantas malas*
(cf. **Não tenho lugar onde em casa guardar tantas malas*)
b. *Não tenho para quem da família dar as roupas de bebé*

3.2 Relativas apositivas

Uma hipótese alternativa seria considerar a presente construção mais próxima à estrutura relativa exemplificada em (17):

- (17) *Os amigos prepararam-me uma festa, o que muito me espantou.* (Ex. 1a, Brito & Duarte 2003: 674)

Em tais frases, o morfema-Q ocorre sem antecedente nominal e, em vez disso, introduz “um comentário acerca da proposição anterior” através das chamadas “orações relativas apositivas de F” (Brito & Duarte 2003: 674). Mas tal hipótese também não corresponde à natureza da construção *terPRONINF*.

Em primeiro lugar, as orações relativas apositivas não admitem infinitivos (... *prepararam uma festa, o que me *espantar*) e, o que é talvez mais evidente, elas são introduzidas por um conjunto limitado de elementos. Brito e Duarte (2003: 674) enumeram somente quatro opções: *o que*, *que*, N + *que* (e.g. *situação que*), ou N + D + *que* (e.g. *situação essa que*), enquanto *ter*_{PRONINF} é usada com uma variedade de morfemas-Q (apresentados acima em 2-3).

3.3 Relativas livres

Também deveria ser levada em conta a possibilidade de a presente construção ser variante das orações relativas livres (e.g. *O que fizeste foi corajoso*). De facto, é assim que uma estrutura parecida é abordada por Grosu & Landman (1998: 156) que introduzem a designação “relativas livres irrealis” (“irrealis free relatives”, no original inglês) para o equivalente romeno da construção. De modo semelhante, a designação é adotada por Ferreira (2007) que analisa exemplos desta estrutura com os verbos *haver*, *procurar*, *encontrar*, *arranjar*, *levar*, *trazer* e *dar* (Ferreira 2007: 71).

À primeira vista, a posição de Grosu & Landman/ Ferreira parece perfeitamente válida, porque tanto a construção *ter*_{PRONINF} como as relativas livres apresentam uma variedade mais abrangente de morfemas Q. E tal como acontece no caso de *ter*_{PRONINF}, as relativas livres não empregam os pronomes *cujo* e *qual*, o que é consequência de não haver antecedente expresso em nenhuma das duas estruturas (Brito & Duarte 2003: 677).

No entanto, há diferenças que indicam que se trata de duas estruturas não relacionadas. Em primeiro lugar, as relativas livres podem empregar praticamente todas as formas do verbo (*Quem soube / sabe / souber*), mas não empregam infinitivos (**Quem saber a resposta deve levantar a mão*), enquanto o infinitivo é a única forma possível na construção *ter*_{PRONINF}.

Mais importante ainda, a construção com o infinitivo difere das relativas livres em relação ao emprego do morfema Q. Nas relativas livres, o pronome pode substituir tanto o sujeito (*Quem viu a pintura ficou impressionado*) como o objeto (*O que vimos foi impressionante*). Por outro lado, na construção *ter*_{PRONINF} o pronome pode substituir o objeto (*Não temos quem empregar*), objeto preposicional (...*com quem falar*), ou adjacentes circunstanciais (*Não temos onde dormir, como pagar*, etc.), mas crucialmente não o sujeito (**Não tenho quem me proteger*).

3.4 Semelhanças com interrogativas indiretas

Em vez disso, a construção parece ser um caso especial de estruturas interrogativas indiretas como (18a-20a)

- (18) a. *Explicaram-nos como pagar*
b. *Felizmente já tenho como pagar*
- (19) a. *Já sei onde ficar* (Os Tribalistas, *Já sei namorar*, 2002)
b. *E não se preocupe se ainda não tem onde ficar*
(jpn.up.pt, acessado 21 de abril 2017)
- (20) a. *...não é fácil escolher com quem casar*
(www.diverte-me.com, acessado 21 de abril 2017)
b. *...milhões de chineses não têm com quem casar*
(www.aeiou.pt/quiosque, acessado 21 de abril 2017)

Um argumento a favor desta hipótese é o comportamento da condição que Brito e Duarte (2003: 678) chamam de “conformidade categorial”. Tal comportamento pode ser observado quando o morfema-Q vem acompanhado de uma preposição (*de quem, com que, etc.*): uma oração relativa introduzida por uma combinação preposição/morfema-Q é gramatical desde que o antecedente a que se refere também leve a mesma preposição; caso contrário, o resultado é uma frase como (21). A anomalia da seguinte frase deve-se ao conflito entre as propriedades de seleção dos verbos *ver* e *gostar*: enquanto *gostar* exige a preposição *de*, *ver* leva um objeto direto sem mediação preposicional.

- (21) **Eu vi ontem de quem gostas.* (ex. 14, Brito & Duarte 2003: 678)

Contrariamente, interrogativas parecem não impor quaisquer exigências de conformidade categorial. A seguinte frase em (22) continua gramatical apesar da falta de conformidade categorial entre os verbos *saber* e *falar*.

- (22) *Eu não sei com quem tenho a honra de falar.* (Camilo Castelo Branco, *Maria Moisés*)

Repare-se que normalmente *saber* leva um complemento acusativo (e.g. *saber a resposta, sei-a*) e embora por vezes empregue a preposição *de* (*sei disto*), o verbo não aparece com qualquer outra preposição (**sabes com a resposta, *sei no resultado*). Em geral, estruturas interrogativas indiretas permitem um leque diversificado de preposições, independentemente das propriedades do verbo na oração principal:

- (23) a. *E perguntei-me desde quando se pratica a caricatura.*
(Vergílio Ferreira, *Conta-corrente*)
b. *Apertado com perguntas não explicou de onde vinha...*
(Angelina Vidal, *Lisboa antiga e Lisboa moderna*)
c....não lhe disseram para quem eram o quarto e o apartamento?
(Julio Baptista Nunes, *História romanceada da conspiração de 1817*)

Do mesmo modo, a construção *ter*_{PRONINF} é usada com uma variedade de preposições, não limitada pelas propriedades de seleção do verbo *ter*. Depois do verbo *ter* podem ser usadas quaisquer combinações de pronomes e preposições como as apresentadas em (3) acima.

Finalmente, existe mais uma característica que as interrogativas indiretas compartilham com a construção *ter*_{PRONINF}. Recorde-se que, na presente construção, o morfema Q não substitui o sujeito do infinitivo (**Não tenho quem nos ajudar*) e o mesmo se dá nas interrogativas com o infinitivo (**Não sei quem nos ajudar*. Cf. *Não sei quem ajudar*). Isto significa que, em ambos os casos, o sujeito da oração principal é também o sujeito do infinitivo depois do morfema Q. As relações entre os elementos da estrutura são apresentadas em (24), onde o morfema Q (*quem*) é o objeto do verbo *empregar* (a posição original do objeto é marcada com o símbolo *t*) e os verbos *temos* e *empregar* referem-se ao mesmo sujeito (*Nós*).

- (24) a. $(Nós)_i$ não temos_i quem empregar ______i .
b. $(Nós)_i$ não sabemos_i quem empregar ______i .
SUBJ VERBO MORF_i INF t_i

4. A polémica cognitivo-inatista

Chomsky não foi o primeiro a marginalizar (ou talvez “periferizar”) fenómenos idiossincráticos que não se ajustassem à sua teoria dum sistemático e elegante núcleo dos conhecimentos linguísticos. Desconsiderar factos inconvenientes e casos incompatíveis com as teorias dominantes foi sempre um reflexo automático por parte dos cientistas. Tal comportamento já era conhecido há mais de um século:

“Cada ciência possui uma espécie de sótão para o qual se empurram quase automaticamente as coisas que, por enquanto, não se podem usar, que não aderem, ou que ninguém quer investigar ‘por enquanto.’ ... o verdadeiro efeito desses expedientes é ... paralisar a vontade de avançar.” (Köhler 1913: 29)⁸

Nas últimas três décadas, o clima no campo da linguística mudou o suficiente para investigar as coisas que Chomsky tinha empurrado para o sótão. A mudança deveu-se ao enorme e crescente volume de fenómenos idiossincráticos descobertos em diversas línguas, fenómenos que simplesmente não podem continuar a ser ignorados. Como consequência, tem sido questionada a visão chomskyana da linguagem como uma faculdade mental pré-equipada dos conhecimentos da gramática universal. Como Croft e Cruse assinalam logo no começo da sua proeminente *Cognitive Linguistics*, o primeiro princípio do novo paradigma⁹ opõe-se à bem conhecida hipótese da gramática generativa da linguagem como um módulo ou faculdade cognitiva autónoma (de facto, inata)⁹ (Croft & Cruse 2004: 1). Agora, nos círculos cognitivos, reina a convicção de que a principal propriedade universal entre as línguas é a idiossincrasia, inacessível a quaisquer supostos mecanismos inatos.

⁸ “Each science has a sort of attic into which things are almost automatically pushed that cannot be used at the moment, that do not quite fit, or that no one wants to investigate ‘at the moment.’ ... the actual effect of these expedients is ... to paralyze the will to advance.” (Köhler 1913: 29)

⁹ “The first principle is opposed to generative grammar’s well-known hypothesis that language is an autonomous (indeed, innate) cognitive faculty or module” (Croft & Cruse 2004: 1)

No entanto, a atual revolução também traz o risco de paralisar a vontade de avançar, visto que ela também costuma empurrar para o sótão as coisas que ninguém no campo cognitivo quer investigar: isto é, as regularidades e a possibilidade (de outro modo bastante evidente) de que, no decurso da aprendizagem, a mente se aproveita das regularidades inerentes ao sistema linguístico. Uma teoria concentrada nas idiossincrasias, mas indiferente a como a mente descobre as regularidades, seria simplesmente incompleta. Enquanto por agora o interesse pela idiossincrasia pode eclipsar o lado regular da linguagem, continuar a ignorar esse elefante na sala pode revelar-se ser um erro tão evidente como periferizar a idiossincrasia. A alternativa aqui defendida é tentar enfatizar tanto as propriedades regulares como os aspetos excepcionais da linguagem num modelo mais simétrico. Isso implica a necessidade de tentar superar as aparentes contradições entre os modelos generativo e cognitivo, por razões discutidas a seguir com base nas observações sobre a presente construção gramatical.

4.1 Idiossincrasia

No presente estudo foram analisadas as seguintes características da construção *ter*_{PRONINF}:

- a. a estrutura idiossincrática (verbo *ter* seguido de uma estrutura interrogativa indireta);
- b. o uso da construção em contextos negativos.

Para a escola da Gramática Generativa, a primeira propriedade seria uma característica de periferia. Para a Gramática de Construções, trata-se dum exemplo clássico duma construção idiossincrática independente, *sui generis*, cuja aprendizagem requer grandes quantidades de *input*.

Em termos gerais, as construções—as conjunções de forma e sentido—precisam de ser aprendidas precisamente porque são arbitrárias e imprevisíveis; se fossem evidentes e óbvias, não haveria necessidade de memorizá-las. É importante ressaltar que, segundo Goldberg (2006: 5), *todas* as construções são aprendidas e armazenadas, mesmo as perfeitamente previsíveis, desde que ocorram com bastante frequência. Assim, expressões como *Feliz Aniversário* ou *bom dia* são aprendidas a partir do *input* (e o mesmo se dá com todas as outras formas da língua

portuguesa), apesar de elas não apresentarem quaisquer irregularidades ou idiossincrasias óbvias.

Talvez seja preciso memorizar tudo, quer seja arbitrário quer perfeitamente regular. Mas a questão principal é a seguinte: qual é o papel da regularidade na aprendizagem? Parece intuitivamente razoável supor que, quanto mais regular ou lógica for uma forma, mais fácil de aprender será. No entanto, ao rejeitar a hipótese das predisposições inatas e ao atribuir o sucesso de aprendizagem ao papel do *input*, os linguistas cognitivos sugerem que o esforço por parte do falante é igual tanto no caso de estruturas muito idiossincráticas como das mais regulares e previsíveis. Por outras palavras, tanto faz se uma estrutura é regular ou não.

A presente construção é um caso instrutivo. Ao passo que a sua forma é bastante idiossincrática, já o seu uso tem uma lógica evidente, própria de qualquer item de polaridade negativa. Recorde-se que se trata dum minimizador cujo funcionamento é semelhante a expressões como (não) pagar / ter / dar / valer um tostão furado. Tais formas transmitem quantidades tão ínfimas que elas simplesmente não fariam muito sentido em usos positivos, por simples razões pragmáticas. Tal como os outros minimizadores, a presente construção possui uma forte preferência por sentidos negativos. Essa preferência pode ser intuída a partir da forma da construção e não duma análise minuciosa de centenas de usos da construção atestados no *input*. De fato, é provável que, mesmo sem o benefício dum abundante *input*, os falantes não se sentissem tentados a usar a presente construção para transmitir sentidos positivos. Tais usos são tão pragmaticamente implausíveis e insensatos que são praticamente “invisíveis” para os falantes e não há necessidade de muito *input* para aprender a evitá-los, tal como não há necessidade de explicar a ninguém que um tostão furado seria uma quantidade insuficiente e inapropriada em quaisquer circunstâncias.

4.2 Interação de factores internos e externos

Deveria ser bastante claro que o conhecimento da língua é fruto duma combinação de factores internos e externos e é uma questão em aberto exatamente em que proporções co-existem estas duas fontes. Neste momento, o pêndulo está de volta à posição que recorda o destaque

behaviorista dos factores externos e da importância do estímulo, pelo que se tornou costume nos círculos cognitivistas presumir que falantes aprendem praticamente tudo por exposição à linguagem que ouvem, uma vez que todas as construções são altamente idiossincráticas e demasiado imprevisíveis para serem usadas intuitivamente sem experiência prévia.

No entanto, a aprendizagem e o uso da construção *ter*_{PRON} *INF* implicam uma abordagem que reconcilie elementos da Gramática Gerativa e da Gramática de Construções. Nenhum modelo sozinho parece ser capaz de explicitar o funcionamento da construção. Para a Gramática Gerativa, ela é tão idiossincrática que escapa às regularidades profundas da gramática nuclear. Já para a Gramática de Construções, formas como *ter*_{PRON}*INF* podem não ser idiossincráticas o suficiente. A construção *ter*_{PRON}*INF* não é nem completamente transparente nem inteiramente idiossincrática. O seu funcionamento deve resultar da interação das regularidades profundas (defendidas pelo inatismo) com a aprendizagem (defendida pelo cognitivismo) a partir da observação do *input*. Enquanto é bastante claro e inquestionável o papel da aprendizagem a partir de usos observados (tratados como modelos a imitar), é mais difícil especificar em grande pormenor as regularidades responsáveis pela forma e sentido desta construção e pela sua presença em várias línguas. Porém, existem duas hipóteses aproximadas. Uma tem a ver com a iconicidade e a outra com a lógica geral.

A iconicidade está por trás da peculiar combinação do verbo *ter* com o pronome interrogativo, algo que, à primeira vista, parece ser uma idiossincrasia inexplicável através de quaisquer regularidades profundas. Como no caso de outras construções inicialmente consideradas muito idiossincráticas e arbitrárias que, olhadas mais de perto, se revelam bastante transparentes (e.g. a construção inglesa *X's way* descrita em Szczesniak 2013), também aqui existe uma relação icónica entre a sua forma e significado. Conforme referido na secção 2.5, há uma correspondência simbólica entre a forma interrogativa da construção (*como pagar, o que fazer*) e a ideia de escassez de possibilidades que ela exprime. Pode-se imaginar o facto de “não ter como pagar” ou “não ter o que fazer” como resultado de fazer uma pergunta “como pagar?” ou “o que fazer?” e de verificar uma falta de possibilidades. Esta relação icónica confere um ar natural e intuitivo à forma interrogativa da construção.

A lógica geral pode explicar por que razão os falantes usam a construção quase sempre na forma negativa e esta lógica é alternativa à imitação defendida por autores como Taylor (2012) ou Bybee (2010). Segundo estes autores, as pessoas prestam atenção (embora subconscientemente) às frequências de expressões, pelo que seria natural partir do princípio de que elas reparam também na distribuição desigual entre os usos negativos e afirmativos da construção *terPRON INF*, o que deveria influenciar depois os seus usos desta construção, garantindo que eles sejam na maioria negativos também. Porém, pelo menos no caso da construção aqui discutida, os falantes, provavelmente, não precisam de basear os seus usos no modelo que ouvem ao aprender a língua. A forte inclinação negativa surge como consequência natural da forma da construção: usos negativos parecem mais naturais, dado que a presença de um elemento interrogativo na construção indica uma quantidade tão insignificante que não faria muito sentido falar sobre ela no afirmativo.

5. Conclusões

A convicção de que a idiosincrasia e a imprevisibilidade devem ser marcas distintivas das construções gramaticais é produto da escolha do material analisado. Quase todas as construções analisadas no âmbito da Gramática de Construções nos últimos anos exibem características surpreendentes. Não é por coincidência que têm sido escolhidas construções que atraem a atenção por exibirem, de um modo ou outro, especificidades próprias, ou seja aquelas que foram antes descartadas por Chomsky como “periferia”. Visto que a abordagem cognitiva (tal como a construcionista) se opõe ao generativismo de Chomsky, é natural que as formas linguísticas estudadas por construcionistas sejam precisamente aquelas que confirmam a validade do novo modelo. Quanto mais idiosincráticas e arbitrárias as construções, quanto mais resistentes a “regras gerais” de Chomsky, melhor. Não é de estranhar que a literatura construcionista abunde em análises de formas como a Construção de Reação de Incredulidade (*O quê? Eu, preocupar-me!?*). Esta e uma série de outras construções são apresentadas por autores como Lambrecht

(1990) ou Baicchi (2015) como formas altamente imprevisíveis e não-composicionais.

No entanto, nem todas as construções são tão idiossincráticas como sugerem os estudos construcionistas. Uma análise mais pormenorizada mostra que mesmo formas tão aparentemente ímpares como a Construção de Reação de Incredulidade se revelam bastante transparentes e consistentes com as regras gerais (Szczesniak, 2015). O mesmo se dá com a construção *ter* PRON INF. A construção bem pode parecer assaz idiossincrática, mas ao concentrarmo-nos nas suas características, o seu sentido negativo revela-se ser uma consequência inevitável da sua forma. Trata-se de fortes regularidades que deveriam ser salientadas junto com as idiossincrasias. Sublinhar somente os aspetos irregulares seria como insistir que não há regras, só exceções.

Referências

Akmajian, A. 1984. Sentence types and the form-function fit. *Natural Language and Linguistic Theory* 2, pp. 1-23.

Baicchi, A. 2015. *Construction Learning as a Complex Adaptive System: Psycholinguistic Evidence from L2 Learners of English*. Heidelberg: Springer.

Brito, A. M. & Duarte, I. 2003 Orações Relativas e Construções Aparentadas. In M. H. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. Hub Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 653-694). Lisboa: Caminho.

Bybee, J. 2010. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Calaresu, E. 2018. Grammaticalizzazioni polifoniche o “verticali” e sintassi dialogica. Dagli enunciati-eco ai temi sospesi: l’infinito anteposto in strutture del tipo “mangiare, mangio”. In P. Greco, C. Vecchia & R. Sornicola (Eds.) *Strutture e dinamicismi della variazione e del cambiamento linguistico. Atti del Convegno DIA III, Napoli, 24-27 novembre 2014* (pp. 505-521). Napoli: Giannini Editore.

Chomsky, N. 1995. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.

Clancy, S. J. 2010. *The Chain of Being and Having in Slavic*. Amsterdam: John Benjamins.

Croft, W. & Cruse, D. A. 2004. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Culicover, P. & Jackendoff, R. 2005. *Simpler syntax*. Oxford: Oxford University Press.

De Swart, H. (2010). *Expression and Interpretation of Negation. An OT typology*. Dordrecht: Springer.

Downing, A. & Locke E. 2006. *English Grammar: A University Course*. Londres: Routledge.

Eckardt, R. & Sailer, M. 2013. Beyond “any” and “ever”. In E. Csipak, R. Eckardt, M. Liu & M. Sailer (Eds.) *Beyond ‘Any’ and ‘Ever’* (pp. 3-20). Berlin: De Gruyter.

Eckardt, R. 2005. Too poor to mention. Subminimal Eventualities and Negative Polarity Items. In C. Maienborn, & A. Wöllstein-Leisten (Eds.) *Events in Syntax, Semantics and Discourse* (pp. 301-330). Tübingen: Niemeyer Verlag.

Ferrari, L. 2011. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto.

Ferreira, S. Aguiar. 2007. *Sobre a Função e a Forma de Alguns Subtipos Especiais de Orações Relativas Sem Antecedente Expresso do Português*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Ganho, A. S. & McGovern T. 2004. *Using Portuguese. A Guide to Contemporary Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.

Giannakidou, A. 2008. Negative and positive polarity items: licensing, compositionality and variation. In C. Maienborn, K. von Stechow & P. Portner (Eds.), *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning* (pp. 1660-1712). Berlin: Mouton de Gruyter.

Goldberg, A. 2006. *Constructions at Work: The Nature of Generalization in Language*. Oxford: Oxford University Press.

Grosu, A. & Landman, F. 1998. Strange relatives of the third kind. *Natural Language Semantics* 6, pp.125-170.

Heine, B. 1997. *Possession. Cognitive Sources, Forces, and Grammaticalization*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Ilari, R. 1984. Locuções Negativas Polares: Reflexões sobre um tema de todo mundo. *Linguística: Questões e Controvérsias. Série estudos*, 10, pp. 83-97.

Klima, E. 1964. Negation in English. In J. Fodor, & J. Katz (Eds.), *The Structure of Language* (pp. 246–323). Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Köhler, W. 1913/1971 On Unnoticed Sensations and Errors of Judgment. In M. Henle (Ed.), *The Selected Papers of Wolfgang Köhler* (pp. 13-39). Nova Iorque: Liveright.

Lambrecht, K. 1990. What, me, worry? Mad magazine sentences revisited. *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society* (pp. 215-228). Berkeley, CA: Berkeley Linguistics Society.

Matos, G. 2003. Aspectos sintáticos da negação. In M. H. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, I. Hub Faria, S. Frota, G. Matos, F. Oliveira, M. Vigário & A. Villalva, *Gramática da Língua Portuguesa* (pp. 767-793). Lisboa: Caminho.

O Corpus do Português. Criado por Mark Davies. Disponibilizado pela Universidade Brigham Young. 2015. Obtido de <http://www.corpusdoportugues.org/>

Quirk, R.; Greenbaum, S.; Leech, G. & Svartvik, J. 1985. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. Londres: Longman.

Souza, L. Mendes de; Lemos Gritti, L. & Pires de Oliveira, R. 2008. Um estudo sobre os itens de polaridade negativa no PB e seu licenciamento. *Working Papers em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina*, 9 (2), pp. 23-40.

Svobodová, I. 2014. *Sintaxe da Língua Portuguesa*. Brno: Masarykova univerzita.

Szczeniak, K. 2013. You can't cry your way to candy: Motion events and paths in the x's way construction. *Cognitive Linguistics*, 24(1), pp. 159-194.

Szczeniak, K. 2015. Pragmatic Strengthening Is Not Strong Enough. Meanings of Sequential Closed-class Forms. *Journal of Cognitive Science*, 16(2), pp. 73-192.

Szczeniak, K. 2016. What? You and me get together? The place of the Incredulity Response Construction in the lexicon-syntax continuum. In G. Drod (Ed.) *Studies in Lexicogrammar: Theory and applications* (pp. 121-142). Amsterdam: John Benjamins.

Talmy, L. 2000. *Toward a cognitive semantics. Vol. I: Concept structuring systems*. Cambridge, MA: MIT Press.

Taylor, J. 2012. *The Mental Corpus. How Language is Represented in the Mind*. Oxford: Oxford University Press.

Recensões

LOPES, Ana Cristina Macário. *Pragmática: uma introdução*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018, 270 p.
ISBN 978-989-26-1603-2
https://digitalis.uc.pt/ptpt/livro/pragmatica_uma_introducao
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1604-9>

Isabel Margarida Duarte
iduarte@letras.up.pt
Universidade do Porto (Portugal)

Em boa hora Ana Cristina Macário Lopes escreveu este livro. A autora, Professora Catedrática da Universidade de Coimbra e membro do CELGA-ILTEC, é uma referência maior da área, em Portugal. Com investigação sobretudo em Semântica, Pragmática, Linguística Textual e Linguística Educacional, é, sem dúvida, quem mais publicações de qualidade tem sobre questões de Pragmática, quem publica nas editoras de maior prestígio e o nome incontornável quando se pensa, em Portugal, por exemplo, em marcadores discursivos ou em outras questões que são objeto de estudo da Pragmática.

Com 270 páginas, este livro constitui uma excelente introdução à Pragmática, que não poderá faltar na Bibliografia das Unidades Curriculares de Pragmática das Universidades de língua portuguesa. A autora assume, aliás, o caráter didático do livro, referindo a preocupação de ser clara e simples, sem deixar de ser profunda e rigorosa. Pois a aposta foi completamente ganha. Não por acaso, mas porque houve um intuito didático, por exemplo em não multiplicar desnecessariamente terminologia, como se diz na p. 248. O livro pode ter como público alvo, além dos estudantes de Pragmática dos vários ciclos de estudo, em contextos de língua portuguesa, também docentes de Língua Portuguesa de outros níveis de ensino que estejam a frequentar cursos de Formação

Contínua, por exemplo, ou apenas pretendam saber mais sobre a área. Além da Introdução às questões centrais da disciplina, a obra em apreço tem a vantagem única de se referir em permanência à língua portuguesa, com ênfase assumida no Português Europeu, assim colmatando uma falha de décadas. O artigo indefinido no título mostra bem que esta pretende ser tão somente **uma** Introdução de entre muitas outras possíveis e até já existentes. Mas é, a nosso ver, a mais interessante, completa e útil delas todas, não só pelas referências a e exemplificação constantes com estruturas do português, como pela apresentação de exercícios no final de cada capítulo. Esta opção revela-se da maior pertinência, porque o livro irá ocupar, sem dúvida, o lugar de uma espécie de manual da disciplina, até agora inexistente para o português. Há, é certo, outras introduções à Pragmática, das quais destacamos os dois livros de Pinto de Lima (2007 e 1989). O primeiro é, apesar dos seus méritos, muito breve, como se exigia, aliás, na coleção a que pertence e o segundo, com uma longa e problematizadora Introdução da autoria do editor, hoje já um pouco desatualizada, consiste, na verdade, num conjunto de traduções para português de alguns dos textos fundamentais da Pragmática clássica. Por este motivo, têm sido usadas, nas Universidades portuguesas, nas Unidades Curriculares de Pragmática, introduções espanholas, como as de Graciela Reys (1996) ou de Victoria Escandell Vidal (1993), ou a tradução espanhola de Vershueren (2002), por exemplo. No Brasil, foi publicada uma Introdução também muito breve (Batista 2012).

O livro de Ana Cristina Macário Lopes está dividido em nove capítulos, depois de um preâmbulo de duas páginas, consistindo o último nas Considerações Finais, antecedendo as Referências bibliográficas, que ocupam dez páginas. Cada um dos capítulos começa com uma Introdução e termina com um Sumário de utilidade prática indiscutível e, sobretudo, didaticamente perfeito e os tais Exercícios, de que voltaremos a falar, mas sobre cuja pertinência pedagógica não há dúvida. Segue-se sempre uma curta indicação bibliográfica para quem quiser saber mais. Uma das vantagens óbvias do livro é apresentar como exemplos, a maior parte das vezes, ocorrências atestadas em *corpora*, nomeadamente do CETEMpublico, do Corpus de Referência do Português Contemporâneo e do *corpus* de Davies & Ferreira, assim fugindo à tentação dominante de

fabricar em permanência enunciados artificiais, ajustados antecipadamente ao que o investigador pretende provar.

O capítulo 1, “O que é a Pragmática?”, é duplamente introdutório: introduz a disciplina, historicamente, mas também do ponto de vista dos conceitos básicos e ainda das tensões que dominam o campo disciplinar, e apresenta e justifica a organização do livro.

O capítulo 2, que se ocupa de Dêixis, é muito completo e apresenta, sobre dêixis em Português Europeu Contemporâneo (PEC), muito mais do que simples definições dos oito tipos de dêixis considerados. Alguns desses tipos, como a dêixis emocional, têm sido menos estudados. Outros, como a dêixis espacial, são geralmente descritos de forma excessivamente redutora e, portanto, inadequada cientificamente. Na verdade, Ana Cristina Macário Lopes mostra, na senda de Teixeira (2005), como a simplificação das visões tradicionais sobre dêixis espacial (cá / aqui como lugar perto do locutor; aí como lugar perto do interlocutor; lá / ali, como lugares afastados de ambos) é simplificadora em demasia e até falsa. As notas de rodapé, neste capítulo como nos outros, servem justamente para a autora dar conta da complexidade dos fenómenos que apresenta, no texto, de forma mais simplificada. Nelas, completa-se a informação fornecida no texto, sobretudo com indicações que permitem aprofundar a informação. São, portanto, muito úteis e reveladoras da capacidade de análise da autora e do seu conhecimento profundo da bibliografia, internacional e nacional, sobre as diferentes questões pragmáticas. Não se quer com isto dizer que sejam apenas as notas de rodapé a testemunhar essa capacidade e esse conhecimento. Longe disso. O texto, embora didático, nunca se escusa a pormenorizar as análises, mostrando os resultados da investigação da própria autora, ou de autores por ela citados.

Também o capítulo 3., sobre Implicaturas, é essencial numa Introdução à Pragmática e, além da teoria de Grice, a autora refere-se aos neo-griceanos, aprofundando, portanto, a matéria que é mais conhecida, pelo menos do público universitário. Neste, como no capítulo 4., sobre Pressuposição, são apesar de tudo em menor quantidade as remissões para casos concretos do uso do Português Europeu. O último capítulo referido, está, como a autora também assume, entre a Semântica e a Pragmática, não só porque as disciplinas se interseam com frequência, mas também

porque a perspetiva e o percurso de Ana Cristina Macário Lopes cruzam, muitas vezes, e com vantagem, diremos nós, os dois campos teóricos. As relações entre Semântica e Pragmática ocupam, com frequência, espaço neste livro. Voltam, por exemplo, a ser elucidadas, nas Considerações Finais. No capítulo 4, os contributos da Semântica ajudam a analisar melhor e de forma mais fina as pressuposições, porque a classificação aspectual das predicções permite estudar com mais rigor, por exemplo, os desencadeadores de pressuposição, sejam eles elementos lexicais ou construções gramaticais. No entanto, a autora termina o capítulo por apresentar as vantagens que trouxe à teoria uma visão pragmática da pressuposição. Antes disso, distingue ainda, brevemente, implicações lógicas de pressuposições.

O capítulo 5 dedica-se à teoria clássica dos atos de fala, ocupando cerca de 60 páginas, mas, como noutros momentos, Ana Cristina Macário Lopes não se limita a traçar a genealogia das propostas mais conhecidas, neste caso, a de Austin e depois a de Searle, que amplamente explana. Faz sempre parte do programa do livro apresentar uma crítica fundamentada das diferentes teorias, para isso lançando mão da opinião da própria autora ou de aperturas alheias mais recentes. Por isso, também neste capítulo há “um ângulo de visão crítico, de modo a captar algumas das suas [da teoria clássica] limitações” (p. 139). Por exemplo, Ana Cristina Macário Lopes não tem em conta, muito justamente, a classe das Declarações Assertivas de Searle, dado o seu carácter híbrido.

Uma das críticas que é habitual fazer-se à classificação de atos de fala de Searle consiste, como é sabido, no facto de eles terem sido considerados isoladamente, quando não existem assim no uso que fazemos das línguas. A consideração de articulações sequenciais de atos ilocutórios é, de facto, essencial e a autora poderia ter, eventualmente, ido um pouco mais longe na referência que lhes faz, até porque há, nessa área, trabalhos pioneiros de Joaquim Fonseca (citado na nota 114) para o Português Europeu, que poderiam ter sido explorados com mais pormenor. É certo que a autora refere a Escola de Genebra e Eddy Roulet e, em nota de rodapé, também os trabalhos do grupo Va.Les.Co, mas, dada a fortuna que tem, hoje, a extensão da análise conversacional, pensamos que poderia ter merecido mais espaço dentro desta Introdução à Pragmática. Mais uma

vez, a secção do capítulo em que a autora se ocupa dos atos de fala em Português é da maior relevância, porque apresenta dados novos do ponto de vista da investigação. As propostas de exercícios são, neste capítulo, particularmente abundantes, dando conta de trabalhos anteriores da autora e da sua preocupação didática. A qualidade e criatividade dos exercícios sugeridos testemunham não só uma longa experiência docente, mas a reflexão da autora no âmbito da Linguística Educacional. Na verdade, dado que o estudo dos atos de fala entrou nos Programas de Português do ensino não superior em Portugal e uma vez que a formação dos professores mais antigos não contempla a área da Pragmática, este capítulo passará a ser de leitura quase obrigatória para os professores portugueses do 3º Ciclo do Ensino Básico e os do Ensino Secundário. E, dentro do capítulo, os exercícios finais poderão constituir fonte de inspiração para os professores referidos construir os seus.

Segue-se um capítulo mais curto sobre Cortesia Verbal, também com aplicação ao Português Europeu, em que fazia falta, talvez, uma remissão para o segundo capítulo, sobre dêixis, a propósito quer da dêixis pessoal quer da social. Com efeito, dada a complexidade do sistema de tratamento em PEC, o conceito de face de Brown & Levinson poderia ter sido relacionado com esse sistema, cujo uso levanta hoje problemas até a falantes nativos, como, aliás, a autora assinala, pertinentemente, no capítulo sobre dêixis.

No que diz respeito ao capítulo 8, este ocupa-se da interface entre Pragmática e Cognição, ou seja, da Teoria da Relevância de Sperber & Wilson. Neste capítulo, a autora mostra o que, nesta teoria, decorre dos ensinamentos de Grice, mas esclarece também muito bem em que aspetos se afasta deles. O capítulo, com um carácter mais teórico, não apresenta casos que sejam específicos do PEC. Os exercícios finais, mais breves, revelam a preocupação que Ana Cristina Macário Lopes teve, em toda a obra, com o treino prático das questões teóricas abordadas, mesmo sendo a Teoria da Relevância apenas moderadamente produtiva para uma análise pragmática concreta da língua em uso.

Também o capítulo 9 se ocupa de outra interface óbvia, desta vez entre a Pragmática e a Análise do Discurso. Questões de textualidade, de coesão e coerência textual são tidas brevemente em conta e também elas, sendo objeto dos Programas de Português, merecem ser aprofundadas

pelos docentes dos Ensinos Básico e Secundário. Tanto ou mais do que a essas noções, já mais conhecidas, a autora dá atenção às relações discursivas e ao papel que os marcadores desempenham para a sua construção. Eis um campo em que a investigação da autora, essencial no panorama do Português Europeu, vem alargar, esclarecer e fundamentar, com segurança, a teoria exposta.

Haveria ainda para tratar outras interfaces produtivas que a autora refere, aliás, logo no primeiro capítulo do livro: entre Pragmática e Sintaxe, por exemplo, dado que a relação entre Pragmática e Semântica é frequentemente considerada pela autora, que mostra, nas Considerações Finais, por que motivos estão hoje as duas áreas tão imbricadas e por que razões a Pragmática faz falta para os processos interpretativos.

A autora, na Introdução, agradece às colegas que leram o seu manuscrito os comentários construtivos que lhe terão feito. E acrescenta que é assim, de forma colaborativa, que gosta de fazer ciência e não em permanente concorrência com os seus pares, que é o modo mais frequente de, hoje, a investigação acontecer. A forma como Ana Cristina tem feito ciência fica bem documentada por esta *Pragmática. Uma Introdução*, cuja leitura atenta é útil, inspiradora e gratificante e que, por isso, aconselhamos vivamente. O livro está disponível em pdf e pode ser *print on demand*.

REFERÊNCIAS

Batista, R. O. 2012. *Introdução à Pragmática*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Escandell Vidal, M.V. 1993. *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Ariel [2006 (2ª ed.)]

Lima, J. P. de 2007. *Pragmática Linguística*. Lisboa: Editorial Caminho.

Lima, José Pinto de (org.) 1989. *Linguagem e acção: da filosofia analítica à linguística pragmática*. Lisboa: Materiais Críticos.

Reyes, G. 1995. *El abecé de la pragmática*. Madrid: Arco Libros.

Teixeira, J. 2005. De cá para lá e de aqui para aí: rede de valores semânticos dos marcadores espaciais *cá/lá/(acolá)* e *aqui/aí/ali*. In: Rio Torto, G. M., Figueirido, O. M., Silva, F. (Eds.). *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, 449-460.

Vershueren, J. 2002 (1999). *Para entender la Pragmática*. Madrid: Gredos.

Gabriel de Ávila Othero, Eduardo Kenedy.
Sintaxe, Sintaxes, uma introdução
São Paulo: Editora Contexto. 2015, 221 p.
ISBN 978-85-7244-915-1

Ana Maria Brito
abrito@letras.up.pt
Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Centro de Linguística da Universidade do Porto

Os estudos gramaticais no Brasil têm uma longa tradição, tendo sido publicados durante todo o século XX vários trabalhos que demonstram o interesse em compreender o funcionamento da língua portuguesa em vários aspetos, em particular o sintático. Com o advento da Gramática Generativa, e sobretudo nos anos setenta e oitenta do século XX, a área da sintaxe teve um grande desenvolvimento e são inúmeras as publicações, sob a forma de livros, monografias e revistas, que se dedicam ao estudo dos fenómenos sintáticos, quer os de carácter mais geral quer os que se dedicam à variante brasileira do português. Contudo, fazia falta um livro do tipo de *Sintaxe, Sintaxes, uma introdução*, de 2015.

O livro foi organizado por dois linguistas, relativamente jovens, quando comparados com a primeira geração de linguistas formados no quadro generativo. Trata-se de Gabriel de Ávila Othero, professor adjunto do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Eduardo Kenedy, professor do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, e o seu intuito não é fazer uma introdução à sintaxe, à maneira de muitos outros livros já existentes no Brasil, mas antes, como é escrito pelos seus organizadores, reunir “as principais abordagens que se vêm mostrando influentes e produtivas nos estudos de sintaxe desenvolvidos no Brasil nas últimas décadas” (p. 10). Como frisa no Prefácio Jairo Nunes, reconhecido sintaticista da

Universidade de S. Paulo, “o aluno de Letras e Linguística ou qualquer outra pessoa interessada em sintaxe vai encontrar nestas páginas (...) uma apresentação bastante clara das mais representativas abordagens sintáticas da atualidade.” (p. 8).

Basta olhar para o índice da obra para se perceber que ela percorre, em onze capítulos escritos por especialistas, não só diferentes teorias sintáticas como diferentes aplicações dessas teorias e mesmo perspectivas tradicionais. O intuito de confronto entre diferentes abordagens é muito claro ao verificarmos que os capítulos obedecem todos à mesma organização: *O que é a Sintaxe X? O que a Sintaxe X estuda? Como estudar um desses fenómenos usando a Sintaxe X? Poderia me dar um exemplo? Quais são as principais linhas de investigação? Notas e O que eu poderia ler para saber mais?*

Esta organização e o facto de todos os capítulos serem curtos (entre 15 a 20 páginas) e não muito técnicos torna o livro de leitura agradável, embora se pressuponha o conhecimento prévio dos conceitos básicos na área.

Sendo a sintaxe a área da Linguística que estuda as condições a que obedece a combinação de palavras, há muitas maneiras de analisar essas condições e de as relacionar com outras áreas de funcionamento das línguas. Quais devem ser os primitivos teóricos com que a sintaxe deve trabalhar, categorias (nucleares e sintagmáticas) ou relações gramaticais (em particular as funções sintáticas)? Em que medida a forma das combinações é dependente do significado lexical das palavras que as compõem? Em que medida a sintaxe de cada língua é única ou marcada por princípios universais? Quais são os métodos a usar em sintaxe (a intuição dos linguistas, experiências de produção e compreensão, a análise de grandes *corpora*)? Será possível estabelecer comparações entre a aquisição do conhecimento sintático por um ser humano e o modo como um computador “aprende” a construir frases? Qual a relação entre teorias e descrição das línguas? O que deve a sintaxe dos séculos XX e XXI à tradição gramatical brasileira? E que atitude deve a escola tomar perante inovações e desvios sintáticos?

São a estas e a muitas outras perguntas que os capítulos deste livro procuram dar resposta. Vale a pena, por isso, acompanhar passo a passo os onze capítulos deste livro.

O capítulo *Sintaxe Generativa*, de Eduardo Kenedy, faz um balanço da investigação produzida nesta escola desde os anos 50 do século XX até ao advento do Minimalismo. Não é por acaso que este é o primeiro capítulo deste livro. Como se sabe, o programa de investigação iniciado por Noam Chomsky nos anos 50 teve uma repercussão enorme nos estudos linguísticos e sintáticos em particular, pela metodologia proposta e sobretudo pelos objetivos. Este programa tem um objetivo ambicioso, o de compreender o carácter generativo da linguagem humana e o de explicar como, a partir do conhecimento do léxico e de um conjunto finito de regras, a gramática, o ser humano é capaz de produzir um número ilimitado de frases. O capítulo em causa mostra o funcionamento da Teoria de Princípios e Parâmetros, ilustrando-a com alguns fenómenos, como a elevação de sujeito, e como certos princípios formais e abstratos, como o Filtro do Caso, são capazes de explicar a boa formação de *Maria parece gostar de sintaxe* e a má formação de **Parece Maria gostar de sintaxe* e de outras frases como **Os alunos parece estar cansados*, **Os alunos parece estarem cansados* ou **Os alunos parecem estarem cansados*. (pp. 18-22). O capítulo mostra como a Teoria de Princípios e Parâmetros permitiu não só a análise de muitas línguas até aí pouco estudadas como desencadeou investigação sobre aquisição, mudança, comparação entre línguas, processamento, entre outros aspetos (p. 24).

O capítulo *Sintaxe Minimalista*, de Maximiliano Guimarães, mostra como a Teoria de Princípios e Parâmetros, descrita no capítulo anterior, embora tenha constituído um enorme avanço no entendimento acerca da natureza da sintaxe, talvez trabalhe com conceitos teóricos “a mais”; entre outros, os conceitos de estrutura profunda, de estrutura de superfície e de vestígio podem ser dispensados (pp. 37-40). Uma das propostas mais interessantes é a de movimento por cópia, capaz de explicar, por exemplo, construções em Alemão não padrão como *Wen glaubt Hans wen Jakob gesehen hat?* (lit. quem pensa Hans quem Jakob visto teve), e que significa *Quem Hans pensa que Jakob viu?* Ou o fenómeno de reconstrução, ilustrado em *Quais fotos de si mesma Isabel escolheu?* em que a anáfora está acima e à esquerda do seu antecedente (p. 40). Um das vezes a cópia mais baixa é elidida (‘elidir’ passa a ser aplicada no mapeamento entre sintaxe e FF), outras vezes a cópia mais baixa é a soletrada. Embora o

Programa Minimalista admita modelos alternativos quanto à arquitetura da gramática, continua a defender uma perspectiva lexicalista, colocando um grande foco nas interfaces, como nos dá conta o texto em análise.

No capítulo *Sintaxe Experimental*, Marcus Maia mostra como uma tal perspectiva não é uma teoria, mas a aplicação experimental de teorias, demarcando-se apenas pela metodologia. Com efeito, em vez de se basear exclusivamente na intuição do falante, muitas vezes a do próprio linguista, a Sintaxe Experimental defende a importância de construir experimentos, desde há muito usados em Psicolinguística. O capítulo é ilustrado com a apresentação de uma tarefa de leitura e compreensão de interrogativas com e sem uma categoria preenchida (*Que livro o professor escreveu a tese sem ler antes? Que livro o professor escreveu sem ler a tese antes?*), conduzida no Lapex da UFRJ, e com a apresentação dos resultados e sua discussão. Como escreve Maia, no final do capítulo, “pensar experimentalmente uma questão sintática (...) acaba produzindo um efeito extremamente benéfico para o próprio pensar teórico, que ganha, assim, em critério e rigor científico.” (p. 62)

Em *Sintaxe em Teoria da Otimidade*, Gabriel de Ávila Othero mostra como um modelo muito produtivo em Fonologia foi aplicado na década de noventa do século XX a algumas questões sintáticas. A teoria enquadra-se na Gramática Generativa, demarcando-se da Teoria de Princípios e Parâmetros pela ideia de que a gramática é “um instrumento de resolução de conflitos entre diferentes princípios ou “regras” gramaticais.” (p. 73). Othero ilustra o capítulo com um fenómeno do PB que relaciona estrutura sintática e estrutura informacional, as interrogativas Q. Como resposta a uma pergunta como *Que língua o João fala bem?* com foco sobre o complemento, a melhor resposta é *Ele fala bem inglês* (que não obedece à ordem esperada V-Objeto-Adjunto dentro do SV, mas que respeita a estrutura informacional) e não ?? *Ele fala inglês bem*, que obedece a tal padrão mas que não respeita a estrutura informacional. O autor conclui então que [a] “organização informacional é mais importante e, por isso, mais alta no ranqueamento do que [a] organização sintática em PB.”(p. 79)

Em *Sintaxe Tipológica*, Rosanna C. de Oliveira apresenta alguns desenvolvimentos surgidos com base nos trabalhos de Greenberg,

Comrie e outros, que estudam padrões e tipos de línguas a partir de propriedades estruturais com o objetivo de propor generalizações. Uma das mais conhecidas é a que consiste em relacionar ordem de palavras, em particular os padrões V O e O V, com outros fenómenos: por exemplo, se uma língua é O V ela terá posposições, se uma língua é V O ela terá preposições, entre outras propriedades (p. 91). A autora tem consciência de que certas correlações entre propriedades não se verificam como o esperado, mas acentua que a pesquisa tipológica teve o grande mérito de alargar a análise a línguas pouco estudadas, como é o caso das línguas indígenas no Brasil.

Em *Sintaxe Lexical*, Luiz Amaral mostra como no Brasil se têm desenvolvido várias teorias que colocam grande ênfase no Léxico, afastando-se do tratamento derivacional de certos fenómenos e pondo o foco não só no significado lexical como também na estrutura argumental de verbos e das categorias predicativas em geral. Uma das críticas colocadas pelo autor aos tratamentos derivacionais é a sua incapacidade de dar conta da sintaxe de línguas com ordem de palavras livre ou relativamente livre, como é o caso do Latim (pp. 118-119). Segundo o autor, essa liberdade obriga a considerar a existência de categorias funcionais suplementares na estrutura sintática. Não creio que o autor do capítulo tenha absolutamente razão ao preferir os tratamentos lexicalistas em detrimento dos tratamentos derivacionais, pois, nos últimos anos, no quadro da Teoria de Princípios e Parâmetros e do Programa Minimalista, têm surgido propostas muito interessantes para dar conta dessa relativa liberdade de ordem, não tendo de passar forçosamente pela perspetiva cartográfica sugerida no capítulo.

No capítulo *Sintaxe Computacional*, Ronaldo Martins faz o estado da arte em relação a esta área da Linguística Computacional, que se ocupa “do processamento sintático das línguas humanas, ou seja, da elaboração, implementação e avaliação de modelos computacionais que permitam à máquina operar com fenómenos como as relações de distribuição (ordem e posição, por exemplo) e de dependência (concordância e regência, entre outros) entre as palavras” de uma frase. (pp. 123-4) Trata-se de um capítulo muito interessante, que mostra a evolução operada nos estudos de sintaxe computacional e em que

se pode destacar: o início da Gramática Generativa-Transformacional dos anos 50 e 60 e a influência que tal teoria teve nos primeiros trabalhos de Linguística Computacional; a pouca repercussão da Teoria de Princípios e Parâmetros dos anos 80 sobre os sistemas automáticos de processamento automático das línguas naturais; a revisão radical dos objetivos da área a partir dos anos 80 e 90 com, por um lado, o advento das teorias lexicalistas e, por outro lado, a popularidade dos computadores pessoais e o menor interesse em modelos de tradução automática; finalmente, a revolução operada nos anos 2000 com o surgimento de grandes *corpora* de língua acessíveis pela internet e o aparecimento de grandes *corpora* de árvores sintáticas (*tree banks*). O texto mostra como, no momento atual, o grande desafio não é o de construir uma gramática para a máquina mas “dotar a máquina de um algoritmo de aprendizagem que possa operar generalizações a partir de estímulos linguísticos.” (p. 128)

Em *Sintaxe Funcional*, Ivo Rosário mostra como no Brasil, decorrente de um certo desencanto em relação às teorias formalistas, se desenvolveram várias perspectivas funcionalistas, influenciadas pelos trabalhos de Givón. Tais perspectivas podem caracterizar-se por várias ideias, de que se deve destacar uma relação forte entre Discurso e Sintaxe e um interesse pelos estudos de gramaticalização, em particular, pelos mecanismos que levam ao surgimento de conectores, dos quais os conectores correlativos, estudados com detalhe pelo autor, são um exemplo.

Em *Sintaxe Construcionista*, Diogo Pinheiro apresenta um largo campo de pesquisa que surgiu nos anos 80 do século XX como alternativa à Gramática Generativa. Uma das concepções centrais é a de que palavras e expressões idiomáticas são, tal como as frases simples e complexas, construções, num *continuum* de complexidade estrutural e em que a distinção entre léxico e sintaxe não faz mais sentido. A crítica ao tratamento derivacional de certos fenómenos é um dos pontos centrais desta teoria, assim como a ideia de que certos factos sintáticos são mais bem compreendidos quando relacionados com a Semântica e a Pragmática (p. 178).

Em *Sintaxe Descritiva*, Mário Perini mostra bem que aqui não se trata de uma teoria, mas de uma perspectiva descritiva de estudar os fenómenos

sintáticos. Como o próprio autor reconhece, as abordagens descritivas estão constantemente num impasse, pois, querendo ser neutras, têm que ter em conta as teorias (p. 186). Como se percebe pela apresentação de certas análises, Perini e outros autores brasileiros que cita adotam uma perspetiva abertamente funcionalista, em que funções sintáticas e funções semânticas se entrelaçam.

No capítulo final, *Sintaxe Tradicional*, José Carlos de Azeredo está sobretudo preocupado com a posição que a escola deve tomar quanto ao ensino da gramática de português. Se o livro tivesse tomado uma perspetiva histórica dos estudos sintáticos no Brasil este poderia ter sido o seu capítulo introdutório. Mas tornei claro desde o início que os organizadores não querem fazer uma história da sintaxe no Brasil, mas sim mostrar como coexistem no país diversas abordagens teóricas principalmente no século XXI. E não há dúvida de que subsiste ainda hoje no Brasil uma perspetiva tradicional. Porém, a chamada gramática tradicional não representa nenhuma teoria mas antes uma postura normativa sobre a língua, usando noções funcionais e outras, aliás muito heterogéneas, transmitidas pelos primeiros gramáticos e que continuam a marcar muitas publicações de caráter pedagógico.

A síntese que acabo de fazer evidencia que estamos na presença de um livro inovador, de leitura muito estimulante, e que dá uma ideia muito clara da produção sintática no Brasil. As diferentes teorias e abordagens são descritas de forma rigorosa e ilustrada com fenómenos, permitindo ao leitor ter uma visão do alcance e dos limites de cada uma. As bibliografias finais privilegiam livros e não teses e artigos em revistas, permitindo ao leitor interessado saber mais sobre cada uma das perspetivas. Por vezes, o livro deixa de fora a referência a muitos trabalhos que projetaram sintaticistas mais velhos e consagrados, que acabam por ficar um pouco esquecidos. Por outro lado, há bibliografias desiguais, como a apresentada por Perini, que apresenta uma lista de obras que está longe da coerência das outras bibliografias em final de capítulo.

À exceção da obra de João Costa, linguista português da Universidade Nova de Lisboa, não há nenhuma referência a obras de linguistas portugueses das Universidades de Lisboa, Porto e Minho; não sendo esse

o objetivo do livro, é pena que tal aconteça, pois, nas últimas décadas, é notória a colaboração e o diálogo entre Portugal e o Brasil no âmbito da investigação em sintaxe.

Por todas razões apontadas recomendo vivamente a leitura deste livro a todos os que estudam ou trabalham nesta área do saber.

Pilar P. Barbosa, Maria da Conceição de Paiva, Celeste Rodrigues. *Studies on variation in Portuguese*. Amsterdam: John Benjamins. 2017. 345 pp. ISBN 9789027258137

Alexandra Guedes Pinto

mapinto@letras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

Clara Amorim

mfamorimletras.up.pt

Faculdade de Letras da Universidade do Porto,
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)

A variação e mudança linguísticas constituem um dos temas mais interessantes nos estudos linguísticos, principalmente quando se tenta compreender os fatores linguísticos e extralinguísticos que subjazem a esses fenómenos.

O Brasil, onde a língua portuguesa está sujeita a uma grande variação, não só geográfica mas também social, possui já alguma tradição nos estudos sobre este tema, tendo começado, já na década de 70 do século XX, a investigar as diferenças linguísticas entre comunidades de fala, relacionando-as com fatores sociais. Grande parte dos trabalhos nesta área foi desenvolvida no âmbito da sociolinguística variacionista (Labov, 1972), tendo-se constituído corpora, com amostras de fala representativas de várias comunidades e estratificadas de acordo com categorias sociais, que permitiram uma melhor caracterização dos diferentes dialetos, bem como a identificação de padrões de variação do PB. Noutras variedades nacionais do português começaram também, mais recentemente, a surgir estudos nesta área com a respetiva recolha de corpora representativos de variação.

Já em Portugal, as amostras de fala existentes foram maioritariamente constituídas para estudar variação diatópica, não tendo em consideração variáveis sociais. O interesse na estratificação de amostras de fala tendo em conta categorias sociais como “idade”, “género” e “nível de escolaridade” é bastante mais recente, destacando-se a base de dados constituída no âmbito do projeto “Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense” (Barbosa et al., 2014), financiado pela FCT, que motivou novos estudos sobre variação do português e a organização de um Simpósio sobre este tema.

O volume *Estudos sobre Variação em Português / Studies on variation in Portuguese*, decorrente do Primeiro Simpósio Internacional sobre Variação no Português, no âmbito do projecto *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*, reúne, justamente, pela mão das organizadoras Pilar Barbosa, Maria Conceição de Paiva e Celeste Rodrigues, um conjunto de estudos sobre processos de variação fonética/fonológica, morfológica e sintática em português.

O volume começa com uma perspetivação geral sobre os estudos atuais em variação e mudança, da autoria das responsáveis pela obra, intitulada “The study of variation in Portuguese: overview and outlook” (pp. 1-19), dividindo-se, depois, em duas partes.

A parte 1, intitulada *Variation within national varieties of Portuguese*, apresenta sete trabalhos que, combinando uma análise multidimensional, apoiada em fatores geográficos e sociais, procuram identificar especificidades de diversas variedades geográficas do português e a direcionalidade de algumas das variantes descritas: “Stressed vowels of European Portuguese in spontaneous speech” (Anabela Rato, Celeste Rodrigues e Patrícia Varanda, pp. 23-47); “Glide insertion to break a hiatus across words in European Portuguese: the role of prosodic, geographic and sociolinguistic factors” (Pedro Oliveira, Marisa Cruz, Nuno Paulino e Marina Vigário, pp. 49-79); “Building a prosodic profile of European Portuguese varieties: the challenge of mapping intonation and rhythm” (Marisa Cruz, Pedro Oliveira, Pedro Palma, Bruno Neto e Sónia Frota, pp. 81-110); “The yes-no question contour in Brazilian Portuguese: a geographical *continuum*” (Joelma Castelo e Sónia Frota,

pp. 111-133); “Vocês tenham cuidado, sois educadas para isso”: second person pronouns in Braga speech” (Joana Aguiar e Maria da Conceição de Paiva, pp. 135-152); “Variable use of strong preterites: a sociolinguistic and theoretical approach” (Pilar Barbosa, Ana Bastos-Gee e Cristina Flores, pp. 153-175); “Conditions on variation in pre-nominal possessives in European Portuguese” (Ana Maria Brito, pp. 177-197); “Clitic climbing in the speech of Braga and Lisbon” (Pilar Barbosa, Maria da Conceição de Paiva e Kellen Cozine Martins, pp. 199-217); “Linguistic and social embedding of variable concord with 1st person plural *nós* ‘we’ in Brazilian Portuguese (Anthony J. Naro, Maria Marta Pereira Scherre, Camila Candeias Foeger e Samine de Almeida Benfica, pp. 219-231); “Analyzing a parametric change in Brazilian Portuguese: a sociolinguistic investigation” (Maria Eugenia Lammoglia Duarte, pp. 233-253). A parte 2, intitulada *Variation across national varieties of Portuguese*, reúne quatro estudos que comparam o comportamento de variáveis linguísticas, de níveis gramaticais diversos, em diferentes variedades do Português: “Agreement in Portuguese: contributions from a research Project” (Sílvia Rodrigues Vieira e Sílvia Figueiredo Brandão, pp. 257-278); “The Portuguese inflected infinitive across varieties” (Alexandra Fiéis e Ana Madeira, pp. 279-299); “Dative variation in the Portuguese of São Tomé” (Rita Gonçalves, pp. 301-320); “Simple past with pluperfect interpretation: evidence from Brazilian and European spoken Portuguese” (Kellen Cozine Martins e Maria da Conceição de Paiva, p. 321-339). Cada um dos capítulos encerra com uma lista de referências bibliográficas. A fechar o volume, encontra-se um índice de nomes próprios (pp. 341-342) e um índice remissivo (pp. 343-345).

A primeira parte da obra abre com uma sequência de quatro artigos dedicados à variação fonológica do PE e do PB, articulando os dados linguísticos com a dimensão geográfica e, nos dois primeiros casos, social.

O primeiro capítulo contribui para a descrição segmental do PE, centrando-se na identificação das propriedades acústicas das vogais tónicas presentes no discurso oral de dezasseis falantes da variedade nortenha de Braga. Sendo a maior parte dos estudos existentes nesta área

provenientes de dados de falantes de Lisboa, recolhidos em ambiente controlado de laboratório, este capítulo tem o mérito de apresentar dados da fala de uma variedade menos estudada, cruzando-os com variáveis sociolinguísticas. Com base em dois corpora falados da variedade de Braga recolhidos com um hiato de 15-17 anos – *Corpus de Português Europeu – Variação* (Rodrigues, 2003) e *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense* (Barbosa et al., 2014) –, as autoras analisaram os valores de frequência para os primeiro e segundo formantes das vogais tónicas produzidas em entrevistas semiespontâneas, cruzando esses dados com as variáveis sociais “género” e “idade” e comparando os dados provenientes dos dois corpora, de forma a analisar a existência de mudanças acústicas diacrónicas na qualidade das vogais. A comparação dos dados analisados com a descrição das vogais tónicas do português europeu padrão permitiu concluir que o triângulo vocálico da variedade de Braga é mais amplo em todos os grupos de falantes estudados, à exceção do grupo da faixa etária mais jovem do corpus CPE-Var. De acordo com as autoras, as produções desse grupo poderão ter sido afetadas pela fala do entrevistador, falante de um dialeto do sul. O estudo demonstrou também que não houve alteração acústica das vogais tónicas no período de 15-17 anos que separa os dois corpora. Por outro lado, o fator “idade” parece não ter impacto na qualidade das vogais tónicas.

A variação fonológica dialetal centrou-se tradicionalmente na variação segmental ao nível da palavra, havendo menos investigação ao nível da frase. Desta forma, é com muito agrado que se verifica que o segundo capítulo da obra dá um contributo para esta área de estudos, centrando-se na inserção de uma glide em contextos de sândi externo, traço fonético-fonológico estigmatizante tradicionalmente associado aos dialetos setentrionais. O estudo tem como objetivos a identificação do domínio prosódico do fenómeno, a sua distribuição geográfica e o papel de fatores como idade ou estilo de fala na sua ocorrência. Para a análise dos dados de dois estilos de fala (controlado e semiespontâneo), recolhidos em seis localidades rurais e urbanas do norte de Portugal e uma localidade rural do Centro, foram controladas as variáveis linguísticas “estatuto prosódico

da primeira vogal”, “contexto prosódico” e “proeminência”, bem como as variáveis extralinguísticas “região”, “tarefa” e “idade”. Os resultados demonstraram que a inserção de glide entre vogais centrais pertencentes a palavras diferentes abrange o sintagma entoacional em todas as localidades analisadas, embora se verifique grande variação na frequência do fenómeno. A análise estatística mostra que tanto os fatores linguísticos como extralinguísticos afetam a taxa de inserção de glide, nomeadamente o estatuto prosódico da primeira palavra e a tarefa, considerados isoladamente, e o domínio prosódico e nível de proeminência em interação com fatores extralinguísticos. Assim, embora a taxa de inserção de glide varie entre falantes de diferentes áreas geográficas, há um padrão de correlação entre constrangimentos estruturais, idade e estilo. A conclusão dos autores reveste-se de máximo interesse, já que aponta para um processo de mudança em curso. Com efeito, os dados mostram que a inserção de glide é significativamente menos frequente nos informantes mais jovens, na maior parte da amostra da região mais a sul, no estilo mais formal e em centros urbanos mais centrais. Assim, a inserção de uma glide entre vogais centrais tem tendência a desaparecer.

A fonologia prosódica é também o objeto de estudo do terceiro capítulo, que tem o mérito de contribuir de forma inovadora para a variação linguística do português europeu, recorrendo a modelos probabilísticos que permitem fazer previsões sobre as características linguísticas de zonas ainda não estudadas, de forma a definir as áreas dialetais. O estudo tem como objetivo definir uma metodologia para o mapeamento da entoação e do ritmo do PE, contribuindo para a elaboração de um perfil prosódico das variedades do PE. O corpus analisado é constituído por amostras de fala de três mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos de sete zonas urbanas, cada uma de um distrito de Portugal continental. Para a entoação, os autores analisaram os contornos nucleares (dominante e alternativo) de interrogativas sim-não neutras recolhidas em duas tarefas diferentes (leitura e discurso semiespontâneo). Para o estudo do ritmo, foram analisadas 1050 frases produzidas numa tarefa de leitura. A análise destes dados foi feita com base em três medidas

acústicas: a proporção de intervalos vocálicos, a variabilidade de intervalos consonânticos e a medida normalizada da variabilidade dos intervalos consonânticos. O estudo do perfil prosódico das variedades do PE conclui que o contorno dominante de perguntas sim-não é, de uma forma geral, comum a todas as regiões e estilos de fala (núcleos baixos/descendentes e fronteiras tonais ascendentes), apesar de haver regiões com contornos alternativos. Relativamente à análise do ritmo, os resultados indicam um ritmo silábico na zona de Lisboa e Alentejo, e um ritmo acentual na costa Sul. As regiões do Centro-Sul têm um ritmo mais acentual (à exceção do Alentejo), enquanto as regiões costeiras do Norte-Centro apresentam um ritmo menos acentual. Com base nos métodos cartográficos de interação espacial e de interpolação espacial para o mapeamento da entoação e do ritmo, respetivamente, os autores concluem que a entoação não coincide com as isoglossas traçadas previamente com base em traços segmentais e sintáticos, enquanto a distribuição do ritmo se aproxima mais dessas isoglossas.

O quarto capítulo da obra estuda questões semelhantes no Português do Brasil, tendo como objetivos contribuir para o conhecimento do sistema entoacional do PB e para o entendimento da variação entoacional nas variedades brasileiras. A investigação baseou-se num corpus de 34 frases interrogativas, recolhidas em sete localidades urbanas da costa brasileira, através de entrevistas a quatro mulheres escolarizadas, falantes nativas do PB, com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos. A variação do padrão acentual da palavra final da frase foi controlada, de forma a observar os efeitos do alinhamento tonal relativamente à distância entre a sílaba acentuada e a fronteira prosódica. A análise dos dados, com base no modelo métrico-autossegmental, revela uma tendência para um continuum na entoação, partindo de um contorno ascendente, encontrado nas variedades do Norte, para um contorno ascendente-descendente nas variedades do Centro-Sul. Já na zona da Baía aparece como uma área dialetal intermédia, onde coexistem os dois contornos.

O capítulo 5 move-se para o tratamento de uma variável morfológica, analisando a variação entre as formas de tratamento pronominal “você”,

amplamente difundidas no uso oral do PE e do PB, e “vós”, atestadas em alguns usos da fala bracarense, através do corpus *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*. Começando por uma breve contextualização do sistema de formas de tratamento em PE, com anotações relativas ao PB, nomeadamente quanto ao seu enquadramento gramatical (formas pronominais, verbais e nominais) e discursivo (ligação com a cortesia e as relações de poder e solidariedade), o estudo procede também a uma curta retrospectiva histórica do uso do *tu*, do *vós* e do aparecimento do *vocês* até à sua gramaticalização, na atualidade, como pronome de 2ª pessoa, com diferentes expansões em PB e em PE. Através de uma amostra de entrevistas socialmente estratificada, as autoras concluem que a forma de tratamento através do *vós* explícito ou de sujeito nulo com flexão do verbo na 2ª pessoa do plural, embora atestada, se encontra em decréscimo na região de Braga e que o *vocês*, combinado com formas de 3ª pessoa do plural, se encontra, pelo contrário, em crescimento, em linha com o que se passa nas restantes variedades do PE (neste ponto, ressalta que alguns dos quadros apresentados beneficiariam do acompanhamento de uma legenda explicativa, já que apenas são perceptíveis se forem conhecidos os códigos de catalogação do corpus *Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense*). A tendência detetada é particularmente marcada no grupo etário mais jovem, entre os 15-25 anos, apontando, assim, para a importante conclusão de que, mesmo nesta região, se trata de uma mudança em curso. O estudo permite ainda confirmar que esta mudança não ocorre ao mesmo ritmo em todas as formas, sendo que a forma nominativa se encontra num estágio mais avançado relativamente às formas clíticas e tónicas *vos* e *convosco* e às formas fletidas com sujeito nulo, que patenteiam maior taxa de ocorrência. A amostra usada para a verificação desta variação é, tal como as próprias autoras reconhecem, pequena, sendo que não ficam claros os critérios para a sua segmentação do corpus original. Nesta amostra, uma parte das formas de 2ª pessoa do plural ocorre nas intervenções dos próprios entrevistadores, cujo discurso não sabemos se está incluído na estratificação em estudo.

O capítulo 6 apresenta um interessante estudo sobre o uso das formas de 1.^a e 3.^a pessoas do singular de pretéritos fortes, um traço fortemente estigmatizante associado aos dialetos setentrionais. Tendo como objetivos descrever o uso variável daquelas formas, determinar os fatores linguísticos e sociais que favorecem essa variação e propor uma explicação do fenómeno, as autoras analisam 50 amostras de discurso oral da região de Braga. As amostras analisadas foram selecionadas aleatoriamente de três faixas etárias (26-59, 60-75 e >75 anos) e quatro níveis de escolaridade (nenhum ciclo de escolaridade, entre 4 e 9 anos de escolaridade, entre 10 e 12 anos de escolaridade e grau académico superior). Foram analisadas 3627 ocorrências das formas verbais de 1.^a e 3.^a pessoa do singular dos verbos *estar* (*estive / esteve*), *fazer* (*fiz / fez*), *pôr* (*pus / pôs*), *ter* (*tive / teve*) e *ser / ir* (*fui / foi*), tendo-se controlado as variáveis sociais “idade” e “nível de escolaridade” e as variáveis linguísticas “verbo” (*estar, fazer, pôr, ter e ser / ir*), “expressão do sujeito” (sujeito realizado, sujeito nulo e outras realizações do sujeito, como sujeitos expletivos, pronomes interrogativos, reflexos e relativos) e “posição do sujeito” (pré ou pós-verbal). Os resultados do estudo demonstram que a variação presente numa parte dos falantes está totalmente ausente em 21 das 50 amostras de fala. As autoras demonstram também que a variação é condicionada pela realização expressa do sujeito e pelo nível de escolarização.

No capítulo 7, encontramos um estudo sobre a variação da sintaxe dos possessivos pré-nominais em PE. A autora propõe que as diferenças dialetais encontradas entre a variedade padrão e dialetos do Sul se devem à existência de duas gramáticas em competição. Na gramática padrão do PE, os possessivos pré-nominais só podem ser antecidos de artigo definido, enquanto os pós-nominais só podem ser seguidos de artigo indefinido, não se aceitando a redução fonética destas formas. Por outro lado, admite-se a sua coordenação sob focalização, bem como a focalização, podendo ainda ser modificadas por advérbios aspetuais. Já a gramática marcada dialetalmente aceita a redução fonética dos possessivos pré-nominais, que são quase um clítico, não admitindo a sua

coordenação, focalização e modificação. De acordo com a proposta da autora, os possessivos pré-nominais ocupam, na gramática dominante, a posição Spec na categoria AgrP dentro do DP, sendo a coocorrência com o artigo definido explicada pelos traços codificados pelas categorias lexical e funcional, não se devendo, portanto, a um parâmetro relacionado com a categoria dos possessivos. Nos dialetos do Sul, os possessivos ocupam presumivelmente a posição D. A autora propõe ainda que a coocorrência dos possessivos pré-nominais com artigos indefinidos e a sua modificação por advérbios de grau, possíveis em usos formais e escritos, são governadas por condições lexicais e semânticas.

O capítulo 8 apresenta um interessante estudo comparativo do fenómeno da subida do clítico, a partir de amostras de discurso oral das regiões de Braga e de Lisboa, onde se comprova uma taxa de ocorrência superior do clítico na posição mais alta relativamente à posição junto do infinitivo. As autoras começam por uma perspetivação geral do fenómeno, enquadrando-o no processo da “reestruturação” ou formação de predicados complexos com verbos específicos (modais, verbos de movimento, aspetuais, volitivos). Focalizam o estudo na análise dos clíticos de 1ª (*me, nos*), 2ª (*te, vos*) e 3ª (*se, lhe*) pessoas, tendo observado que a subida do clítico não se manifesta de forma simétrica em todos os verbos de controlo e de elevação estudados. Em certas construções aspetuais (*estar a, chegar a, passar a, pôr-se a, tornar a*), modais (*dever, poder*) e temporais (*auxiliar ir*), a subida de clítico é categórica, levando as autoras a confirmar que os verbos modais, aspetuais e temporais estão no topo da escala de verbos que favorecem a subida do clítico e capazes de formar predicados complexos. As autoras determinam ainda alguns padrões mais finos de variação, através de uma análise multivariada, chegando a confirmar o peso de determinadas especificações lexicais e semânticas no fenómeno de subida. A análise do influxo de variáveis externas, como o sexo, a idade e a escolarização, levou as autoras a confirmar que a subida do clítico se configura como um fenómeno de variação estável e não como uma mudança em curso. O trabalho abre pistas importantes para uma

exploração mais profunda sobre as variáveis internas que condicionam a subida do clítico, nomeadamente através de um afinamento das restrições lexicais envolvidas, focalizando, por exemplo, a ausência e presença de preposição e as preposições selecionadas pelos itens lexicais que tendem a favorecer este movimento; ou ainda as propriedades semânticas dos verbos, e o comportamento da subida no caso dos clíticos de 3ª pessoa não estudados, tal como as próprias autoras apontam no seu estudo.

O capítulo 9 retoma um tema já tratado na literatura sociolinguística no Brasil referente à variação entre a presença ou ausência da desinência standard *-mos* com o pronome de 1ª pessoa do plural *nós* (*nós cantávamos / nós cantava; nós cantamos / nós cantou; nós cantamos / nós canta*), em que a ausência de *-mos* é substituída pela marca da 3ª pessoa do singular. As autoras propõem-se abordar o influxo no fenómeno de variáveis internas ligadas ao paradigma verbal e de variáveis externas ligadas ao grau de escolarização dos falantes. Para tal, o estudo socorre-se de corpora de projetos diferentes, focalizados em áreas rurais e urbanas de três regiões do Brasil e estratificados segundo parâmetros diferentes, facto que acaba por dificultar algumas das conclusões. Os resultados obtidos permitem adiantar a conclusão muito relevante de que a ausência da desinência *-mos* não deve ser interpretada como um fenómeno de falta de concordância entre a pessoa *nós* e a respetiva forma verbal, podendo ser um método de gerar diferenciação entre o pretérito e o presente (marcado pela ausência da desinência), nos casos em que as formas são partilhadas (*cantamos* (pres) / *cantamos* (pret)). Também, na queda expressiva da desinência nos imperfeitos (*nós cantávamos / cantava*), as autoras veem o fator estrutural de redução fonológica das formas com acento na antepenúltima sílaba como fator relevante, ganhando, por isso, esta variação um significado funcional, cognitivo e estrutural. A análise multivariada das amostras permitiu, ainda, comprovar que a variável é sensível ao fator social “grau de escolarização”, sendo a frequência de uso da desinência padrão diretamente proporcional ao grau de escolarização dos falantes.

O capítulo 10 apresenta um estudo sobre a remarcação do valor do Parâmetro do Sujeito Nulo no PB, um processo de mudança em curso no PB. A autora demonstra a importância da associação, ainda invulgar, entre a Linguística Variacionista e a Linguística Generativa para interpretar os subprodutos da mudança em curso. A partir de dados diacrónicos e sincrónicos, a investigação revela uma série de mudanças interrelacionadas que explica a taxa de sujeitos referenciais no PB, comparativamente com o PE, defendendo a mudança paramétrica do Sujeito Nulo no PB. Paralelamente, argumenta que os sujeitos nulos que ainda resistem no PB não se encontram em distribuição complementar com pronomes expressos, mas sim em variação com estes, relacionando-se com o facto de o PB estar a tornar-se numa língua de tópico proeminente.

Com base em dados reunidos no projeto luso-brasileiro *Estudo Comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias*, apoiado numa amostra socialmente estratificada de Lisboa, Funchal e Rio de Janeiro, o capítulo 11 propõe-se determinar se as diferenças na concordância nominal e verbal nas variedades do PE e do PB permitem falar de padrões linguísticos categóricos, semicategóricos ou variáveis e, assim, determinar diferenças tipológicas e de tendência nestes fenómenos em variação. Para tal, são estudadas as variáveis: concordância de número no sintagma nominal; concordância verbal de 3ª pessoa e concordância de 1ª pessoa em verbos e em construções predicativas.

A partir dos dados do corpus, o estudo conclui que os padrões de concordância do plural no interior do SN divergem no PE e no PB, sendo que no PE a marcação de todos os constituintes do SN com a desinência do plural parece ser categórica, atingindo quase 100% das ocorrências em todas as classes sociais, ao passo que, no PB, o número de ocorrências de constituintes não marcados com a desinência de plural aponta para um padrão variável, no discurso de falantes menos escolarizados, e semicategórico, em discurso de falantes mais escolarizados. O estudo permite também determinar

que a variação é afetada por fatores estruturais (saliência posicional, fónica e semântica) e sociais (grau de escolarização, faixa etária e género). Quanto à concordância verbal de 3ª pessoa do plural, a forma padronizada de marcação do verbo com a desinência de pessoa (*eles usam*) compete com uma variante com ausência desta marcação (*eles usa*), saliente, sobretudo, no PB, onde o fenómeno está relacionado com fatores sociais como o grau de escolarização e o traço rural vs urbano e, onde a variação aponta para a ação de uma regra variável. Fatores internos (constituição gramatical do SN, posição face ao verbo, paralelismo discursivo, propriedades do sujeito, saliência fónica da forma verbal) interagem com os fatores sociais para gerar diferentes graus de cumprimento do padrão. Quanto à concordância nas duas formas de 1ª pessoa do plural - *nós* e *a gente* – atestadas nas variedades de PB e PE, o PE manifesta maior taxa de ocorrência da concordância no plural (*a gente cantamos*) do que o PB. Dos dados, as autoras extraem generalizações relevantes que parecem distanciar as variedades PB e PE, quanto ao modelo de marcação do plural. O estudo abre pistas importantes para desenvolvimentos futuros, pela extensão a outras amostras, e pela exploração da hipótese teórica de correlação entre o tipo de regras linguísticas e a tipologização de fenómenos gramaticais e de línguas /variedades.

O capítulo 12 contribui significativamente para o volume em apreciação como um dos capítulos que assume uma perspetiva de variação diacrónica, referindo alguns aspetos da evolução do infinitivo flexionado desde o século XII até à atualidade, e revendo as propriedades e a distribuição da construção em diferentes variedades do português atual (nomeadamente, português europeu, brasileiro, moçambicano e angolano). A descrição diacrónica bem como os dados do comportamento do infinitivo flexionado nas variedades atuais conduzem as autoras a considerar que esta construção não configura um fenómeno unificado e, por isso, a defender a existência de três tipos de infinitivos flexionados, que diferem entre as formas que exibem características similares a um verbo finito (infinitivo flexionado

independente; infinitivo flexionado dependente) até às formas que se aproximam do infinitivo não flexionado (infinitivo flexionado controlado ou “infinitivo pseudo-flexionado”). Se relativamente aos dados diacrónicos, que ajudam a compreender as diferenças observáveis na atualidade, são fornecidas informações metodológicas, que permitem compreender a recolha dos mesmos de subcorpora desde o século XIII até ao século XIX, já relativamente aos dados do que as autoras designam como PEC (Português Europeu Contemporâneo), encontramos duas situações diversas. Ora as autoras recorrem a outros estudos sobre o comportamento destas construções em diferentes variedades do português, assumindo como válidas as tendências apontadas pelos autores dos mesmos estudos; ora as autoras referem exemplos do PEC, não disponibilizando uma descrição metodológica deste corpus. Não obstante esta falta de informação metodológica, sobre os corpora e os métodos de tratamento dos dados, o estudo proporciona uma descrição exaustiva das propriedades das construções de infinitivo flexionado, apontando para a importante conclusão de que esta construção ocorre numa variedade de contextos superior à que normalmente é descrita e reconhecida no PE padrão.

A partir de um corpus oral do português de São Tomé, recolhido entre 2008 e 2011, o estudo apresentado no capítulo 13, descreve a alternância entre duas estratégias existentes nesta variedade para expressar o argumento dativo com o papel temático de Recipiente, a saber: uma construção ditransitiva preposicionada (acompanhada das preposições *a* ou *para*) e uma construção de duplo objeto, avaliando o influxo de variáveis internas e externas nesta variação. O capítulo abre, assim, a janela sobre um conjunto de variedades menos trabalhadas no volume, contribuindo significativamente para a sua diversidade. Começando por traçar um quadro da situação linguística atual em São Tomé, com o domínio do português de São Tomé sobre os crioulos, as autoras partem para a descrição das construções em estudo, comparando o funcionamento de línguas como o inglês, com alternância entre a construção ditransitiva preposicionada e a

construção de duplo objeto, e o PE, que apenas permite a primeira, com a preposição *a*. Esta abordagem ao tema permitirá às autoras explicar as variações ocorrentes na construção dativa em variedades não europeias do português como uma reanálise do argumento dativo, possivelmente resultante de um *input* semântico ambíguo deste argumento no PE e/ou do contacto entre línguas. Os dados da amostra foram analisados tendo em conta variáveis linguísticas como o tipo de verbo dativo e a animidade do Recipiente, que se mostraram relevantes na distribuição das construções. Já quanto à variável social testada, correspondente ao grau de escolarização dos informantes, divididos em dois níveis educacionais, não fica muito claro o influxo da mesma nos resultados, abrindo portas para um estudo mais profundo nesta área, nomeadamente com a criação de mais níveis de escolarização e outras variáveis independentes externas, como a idade, por exemplo. Os dados comprovaram que o português de São Tomé exhibe uma alternância entre as construções em estudo. A mesma resultará, por um lado, do contacto entre línguas (transferência do crioulo de São Tomé, onde a construção de duplo objeto é usada para expressar Recipientes) e, por outro, do acesso a princípios de uma Gramática Universal condicionadora, neste caso, da expressão dos dativos.

O capítulo que encerra o volume analisa a variação entre os pretéritos perfeito e mais-que-perfeito composto na expressão da anterioridade de uma situação face a outra no passado, noção que é específica da segunda forma, mas que poderá também ser recoberta pela primeira, que, voltada para expressar anterioridade face ao momento da enunciação, também desenvolveu, no uso, este valor secundário de expressão de anterioridade face a um momento passado. O estudo utiliza amostras comparáveis de PE (Lisboa) e PB (Rio de Janeiro) oral, socialmente estratificadas em fatores como idade, género e grau de escolarização e testa três variáveis linguísticas no uso do pretérito perfeito simples com interpretação de mais-que-perfeito: a flexão de pessoa, a referência de tempo e

o tipo de frase. Os dados recolhidos comprovam que a frequência do pretérito perfeito, com a leitura em apreciação, suplanta a do mais-que-perfeito composto. Relativamente às variáveis linguísticas testadas, a variável “flexão de pessoa” não demonstrou ser relevante na distribuição do pretérito perfeito com leitura de mais-que-perfeito. Em contrapartida, a variável “ponto de referência” demonstrou atuar como fator relevante nesta distribuição, sendo que a ocorrência do pretérito perfeito com leitura de mais-que-perfeito, em ambas as variedades estudadas, torna-se tanto mais frequente quanto exista na frase uma forma verbal ou uma expressão adverbial que imponha fronteiras perfectivas explícitas. Já a variável “tipo de frase” demonstrou que os contextos prototípicos de ocorrência desta interpretação do pretérito perfeito são as frases hipotáticas, sobretudo causais e temporais, introduzidas pelo conector “depois”. As autoras atingem, assim, conclusões relevantes sobre as variáveis internas que condicionam esta variação, comprovando que a alternância entre o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito composto, na expressão da anterioridade no passado, decorre sobretudo de fatores semântico-discursivos e não de fatores morfológicos. Ficaram por testar as variáveis externas que a amostra socialmente estratificada permitiria e que não foram incluídas no estudo.

Ao ser um dos primeiros volumes coletivos a concentrar tantos estudos sobre variação no português atual, a publicação *Studies on variation in Portuguese* afirma-se como notavelmente inovadora. Os estudos isolam variáveis dependentes de diversos níveis linguísticos, permitindo uma cobertura interessante de fenómenos; avaliam o influxo de diferentes variáveis independentes externas e possibilitam um panorama grande-angular sobre diversas variedades geográficas do português.

Embora com algumas constantes no tratamento do fenómeno da variação e mudança e o predomínio de determinados quadros teóricos, existe, no volume, espaço para alguma diversidade teórico-metodológica, o que torna o livro eclético e compreensivo. Esta mesma

diversidade acarreta, por vezes, alguns desequilíbrios entre capítulos, que, apesar de existirem, não perturbam a qualidade global da obra. A atualidade dos tópicos e dos quadros teóricos é outro dos aspetos a merecer saliência.

Em síntese, o livro é um importante contributo para a descrição do português, constituindo uma obra de leitura imprescindível para todos quantos estejam interessados na compreensão de fenómenos de variação e mudança do português contemporâneo.

REFERÊNCIAS:

- Labov, W. 1972. *Sociolinguistic Patterns*. University of Pennsylvania Press.
- Barbosa, P.; Rato, A.; Barroso, H.; Santos, I.; Teixeira, J. P., Marques, M. A.; Pereira, E.; Paiva, M. C. (2014). *Perfil sociolinguístico da fala bracarense [Corpus]*. Disponível em http://cehum.ilch.uminho.pt/fala_bracarense.
- Rodrigues, C. 2003. *Lisboa e Braga: Fonologia e variação*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia; Fundação Calouste Gulbenkian.

